

Eduardo Tadeu Roque Amaral



**A ausência/presença de artigo definido
diante de antropônimos em três
localidades de Minas Gerais:
Campanha, Minas Novas e Paracatu**

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais

Eduardo Tadeu Roque Amaral

**A ausência/presença de artigo definido diante de
antropônimos em três localidades de Minas Gerais:
Campanha, Minas Novas e Paracatu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

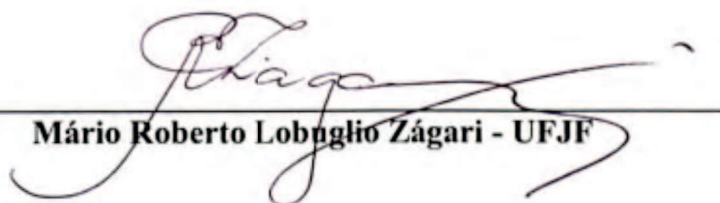
Área de concentração: Lingüística
Linha de pesquisa: Estudo da variação e mudança lingüística
Orientadora: Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante M. Cohen.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2003

Dissertação aprovada em 07/03/2003 pela Banca Examinadora
constituída pelos Professores Doutores:



Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen - UFMG
Orientadora



Mário Roberto Lobnglio Zágari - UFJF



Evelyne Jeanne A. A. Madeleine Dogliani Madureira - UFMG

A Minas.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante M. Cohen, pela dedicação e empenho com que me orientou.

Aos professores Jânia M. Ramos, Lorenzo T. Vitral, Marco Antônio de Oliveira e Yara G. Liberato, pelos esclarecimentos e pelas sugestões.

À professora Maria Cândida Trindade C. de Seabra, por ter me incentivado desde muito cedo.

À Soélis Teixeira do Prado Mendes, por toda a colaboração e por ter aberto o caminho que me levou à realização deste trabalho.

Aos professores do Setor de Espanhol do Departamento de Letras Românicas da FALE/UFMG, pelo apoio que me deram.

A todos do Programa de Pós-graduação em Lingüística, pela oportunidade oferecida e pelos auxílios concedidos para a pesquisa.

Aos meus pais, Hildo Tadeu do Amaral e Terezinha S. R. Amaral, e às minhas irmãs, Cláudia Roque Amaral e Cristina Roque do Amaral Lamartine (e família).

Ao Carlos Felipe Cordeiro Silva, pelas várias contribuições.

Aos amigos Ana Paula Huback, Bruno Zenóbio, Caroline Craveiro, Cristiana Elisa, Evaldo Balbino, Franklin Milagres, Junia dos Santos Cruz, Luzia Gorete, Márcia Souto Ferreira, Míriam da Consolação e Tatiana Salgueiro.

Aos informantes de Campanha, Minas Novas e Paracatu, pela contribuição, sem a qual este trabalho teria sido inviável. Agradeço também ao Everardo (Campanha), à Thaís Mirelle (Minas Novas) e à Idalena O. Chaves (Paracatu), por terem facilitado o contato com os informantes.

Por último, agradecimento especial ao artigo definido, por estar às vezes presente, às vezes ausente, e ao antropônimo, por existir.

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	7
LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE MAPAS	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE TABELAS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
1. O ANTROPÔNIMO E O ARTIGO DEFINIDO	15
1.1. O antropônimo	16
1.1.1. Os nomes próprios na gramática tradicional	16
1.1.2. Significado e referência	17
1.1.3. O plural dos <i>nomes próprios</i>	19
1.1.4. De nomes próprios a nomes comuns	22
1.1.5. As funções dos nomes próprios	25
1.1.6. O antropônimo entre os nomes próprios	27
1.2. O artigo definido	28
1.2.1. O artigo definido e a classe da qual faz parte	28
1.2.2. O artigo definido na gramática tradicional	29
1.2.3. O artigo definido: alguns estudos realizados	30
1.3. A ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos	38
1.3.1. A gramática tradicional e a <i>Gramática de usos do português</i>	40
1.3.2. A ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos: estudos realizados	42
1.3.2.1. Moisés (1995)	42
1.3.2.2. Mendes (2000)	44
1.3.2.3. Silva (1996a) e Silva (1996b)	46
1.3.2.4. Callou e Silva (1997) e Costa (1998)	48
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	52
2.1. Língua e sociedade: os estudos dialetológicos e sociolingüísticos	54
2.1.1. O <i>Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais</i> e a divisão dos falares de Minas	59
2.1.2. A sintaxe nos estudos dialetológicos	62
2.1.3. A pesquisa sociolingüística	64
2.2. Métodos e procedimentos	66
2.2.1. A coleta de dados	66
2.2.1.1. A rede de pontos	66
2.2.1.1.1. Campanha	70
2.2.1.1.2. Minas Novas	72
2.2.1.1.3. Paracatu	74
2.2.1.2. A escolha dos informantes	81

2.2.1.3. O entrevistador	87
2.2.1.4. O questionário ou roteiro de entrevista	88
2.2.2. As transcrições	91
2.2.3. Tratamento quantitativo	93
2.2.3.1. Casos excluídos da análise quantitativa	93
2.2.3.2. Os grupos de fatores	98
3. ANÁLISE DOS DADOS	104
3.1. Os resultados nas três localidades	105
3.1.1. Resultados de Campanha	105
3.1.2. Resultados de Minas Novas	107
3.1.3. Resultados de Paracatu	109
3.2. Comparação dos resultados das três localidades	112
3.3. Considerações sobre outras estruturas envolvendo antropônimos	119
3.3.1. Antropônimos precedidos por demonstrativos	119
3.3.2. Antropônimos em estruturas de genitivo	121
3.3.3. Antropônimos com <i>complementos adjetivais</i>	122
3.3.4. <i>Antropônimos</i> como topônimos	125
CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
ANEXO	140

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion – Campanha/MG	76
Foto 2: Palácio Episcopal São José – Campanha/MG	76
Foto 3: Catedral de Santo Antônio – Campanha/MG	76
Foto 4: Seminário das Dores – Campanha/MG	77
Foto 5: Centro Comercial da Princesa – Campanha/MG	77
Foto 6: Capela de São José – Minas Novas/MG	77
Foto 7: Matriz de São Francisco – Minas Novas/MG	78
Foto 8: Igreja Nossa Senhora do Amparo – Minas Novas/MG	78
Foto 9: Sobradão – Minas Novas/MG	78
Foto 10: Artesanato do Vale do Jequitinhonha – Minas Novas/MG	79
Foto 11: Rádio Bom Sucesso no Solar dos Badaró – Minas Novas/MG	79
Foto 12: Matriz de Santo Antônio – Minas Novas/MG	79
Foto 13: Câmara Municipal – Paracatu/MG	80
Foto 14: Chafariz da Traiana – Paracatu/MG	80
Foto 15: Cine Teatro Santo Antônio – Paracatu/MG	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência de uso do artigo diante de antropônimos (Callou e Silva, 1997:14)	49
Gráfico 2: Distribuição das variantes no <i>corpus</i> de Campanha	106
Gráfico 3: Distribuição das variantes no <i>corpus</i> de Minas Novas	108
Gráfico 4: Distribuição das variantes no <i>corpus</i> de Paracatu	110
Gráfico 5: Distribuição da presença do artigo em função da faixa etária em Minas Novas e Paracatu.....	113
Gráfico 6: Distribuição da presença do artigo em função da posição do antropônimo no turno nos dados de Campanha e Paracatu.....	114
Gráfico 7: Distribuição da presença do artigo em função da intimidade nos dados de Campanha e Minas Novas	115
Gráfico 8: Distribuição das variantes nos <i>corpora</i> das três localidades	116
Gráfico 9: Distribuição das variantes em cinco localidades de Minas Gerais	117

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Exemplo de carta do <i>Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático del Uruguay</i>	56
Mapa 2: Áreas lingüísticas do Brasil (Nascentes, 1953)	58
Mapa 3: Falares de Minas Gerais (Zágari, 1998)	60
Mapa 4: Localização de Campanha, Minas Novas e Paracatu no Estado	69
Mapa 5: Distribuição da presença do artigo definido diante de antropônimo em cinco localidades de Minas Gerais	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro de entrevista	90
Quadro 2: Normas adotadas para a transcrição das gravações	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informantes de Campanha	86
Tabela 2: Informantes de Minas Novas	86
Tabela 3: Informantes de Paracatu	87
Tabela 4: Número de ocorrências de antropônimos em cada localidade	105
Tabela 5: Distribuição das variantes no <i>corpus</i> de Campanha	106
Tabela 6: Distribuição da presença do artigo em função da posição do antropônimo no turno no <i>corpus</i> de Campanha	107
Tabela 7: Distribuição da presença do artigo em função da intimidade no <i>corpus</i> de Campanha	107
Tabela 8: Distribuição das variantes no <i>corpus</i> de Minas Novas	108
Tabela 9: Distribuição da presença do artigo em função da faixa etária no <i>corpus</i> de Minas Novas	109
Tabela 10: Distribuição da presença do artigo em função da intimidade no <i>corpus</i> de Minas Novas	109
Tabela 11: Distribuição das variantes no <i>corpus</i> de Paracatu	110
Tabela 12: Distribuição da presença do artigo em função da faixa etária no <i>corpus</i> de Paracatu	111
Tabela 13: Distribuição da presença do artigo em função do nível de escolaridade no <i>corpus</i> de Paracatu	111
Tabela 14: Distribuição da presença do artigo em função da posição do antropônimo no turno no <i>corpus</i> de Paracatu	111
Tabela 15: Cruzamento dos fatores faixa etária e nível de escolaridade nos dados de Paracatu	113
Tabela 16: Índice de ocorrência de antropônimos em estrutura de genitivo de acordo com a presença ou ausência de artigo em cada uma das três localidades	122

RESUMO

Este trabalho descreve a variação regional da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais.

São discutidos vários trabalhos que tratam da definição e da caracterização do nome próprio – com atenção especial ao antropônimo – e do artigo definido. Também são comentadas algumas pesquisas feitas sobre a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos.

A pesquisa tem como base teórico-metodológica alguns pressupostos da Dialectologia e outros da Sociolinguística Variacionista. Os *corpora* são constituídos de gravações de língua oral contemporânea feitas nos municípios de Campanha, Minas Novas e Paracatu, com informantes de duas faixas etárias e de dois níveis de escolaridade. Para o tratamento quantitativo das ocorrências de antropônimos encontradas é utilizado o programa de análise de dados variáveis *Goldvarb 2001*.

Na análise quantitativa dos dados, são identificados fatores favorecedores e desfavorecedores da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Com os resultados obtidos neste trabalho, é comprovada a existência da variação regional em Minas do fenômeno estudado, indicada por Moisés (1995) e Mendes (2000). Confirma-se ainda a possibilidade de delimitação de áreas lingüísticas a partir de fenômenos sintáticos, o que não tem sido feito na tradição dos estudos dialetológicos. Esta pesquisa indica também que o fenômeno estudado parece configurar áreas lingüísticas no espaço mineiro diferentes daquelas em que estão os falares propostos por Zágari (1998). São comentadas ainda diversas estruturas envolvendo o antropônimo, como aquelas em que ele é precedido por demonstrativo, outras em que aparece em estruturas de genitivo, algumas em que possui *complementos adjetivais* ou como topônimo.

ABSTRACT

The present work describes the absence/presence of the definite article before proper nouns (anthroponymy) as a variable areal phenomenon in Minas Gerais.

Many works which deal with the definition and characterization of the proper noun – especially the anthroponymy – and of the definite article are discussed. Some research on the absence/presence of the definite article before anthroponymies are also commented.

The research is based upon some theoretical and methodological support of Dialectology and Variationist Sociolinguistics. The *corpora* are constituted by contemporary oral language records collected in the municipal districts of Campanha, Minas Novas and Paracatu, with informants from two different age groups and also two school levels. For the quantitative treatment of collected anthroponymies occurrences, the variable data analysis program *Goldvarb 2001* is used.

In the quantitative analysis of data, factors favouring or disfavouring the absence/presence of the definite article before anthroponymies are identified. The existence of regional variation of the studied phenomenon raised by Moisés (1995) and Mendes (2000) is confirmed. It is also proved the possibility of delimitation of linguistic areas considering syntactic phenomena, which has not been done in the tradition of dialectological studies. Based on this, it is also pointed out the possibility of the existence of linguistic areas in Minas Gerais that do not coincide with the ones proposed by Zágari (1998), based mainly on phonetic and lexical phenomena. Other structures involving the anthroponymy are also commented: when it is preceded by demonstratives, or it is in a genitive construction, it is followed by adjectival complements or it is a toponymy.



Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer uma descrição da variação da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimo na língua oral contemporânea de três localidades do Estado de Minas Gerais, identificando fatores favorecedores e desfavorecedores das variantes. São exemplos de antropônimos com e sem artigo, respectivamente:

- (1) num sei se **a Beatriz** te contô (CMP-SFD/246)¹
- (2) pois é... **Eder** deve sabê muita coisa (MNV1-MAR/105)

Em (1), o artigo **a** precede o antropônimo **Beatriz** e em (2) não há nenhum artigo precedendo o antropônimo **Eder**.

Por um lado, trabalhos anteriores, como o de Moisés (1995) e Mendes (2000), indicam que a ausência/presença de artigo diante de antropônimo parece constituir um caso de variação regional em Minas Gerais. O primeiro constata que no português culto de Belo Horizonte há uma tendência ao emprego do artigo definido e o segundo, que os falantes idosos de Barra Longa/MG tendem a utilizar o artigo zero antes de antropônimo.

Por outro lado, há o fato de fenômenos sintáticos freqüentemente receberem pouca ou nenhuma atenção nas pesquisas dialetológicas, seja porque os estudiosos da área seguem uma tradição européia que observa principalmente as variações nos níveis fônico e léxico, seja porque crêem que as variedades regionais não apresentam grandes diferenças no nível da oração, como Radtke e Thun (1999).

Essas diferentes posições demonstram a necessidade de pesquisar o fenômeno da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em outras localidades do Estado e formar uma base de dados que proporcione uma descrição mais detalhada sobre a possível variação diatópica. Os resultados obtidos com essa pesquisa

¹ Entre parênteses, estão as informações para a localização do exemplo nos *corpora* em anexo. As três primeiras letras se referem à localidade em que se realizou a gravação: CMP (Campanha), MNV (Minas Novas) e PRC (Paracatu). A seguir, está o número da fita em que foi gravada a entrevista. As três letras seguintes apresentam as iniciais do informante e o número que lhes segue, a linha onde é possível localizar o exemplo. Assim, (1), gravado em Campanha, na fita 1, foi produzido pela informante SFD e pode ser localizado na linha 266.

podem ainda ser confrontados com a divisão dos três falares mineiros proposta por Zágari (1998). A hipótese inicial é de que o fenômeno estudado constitui um caso de variação regional, cuja distribuição no espaço geográfico de Minas não se enquadra na divisão de falares feita pelo autor citado, que considera que a variação sintática é regida pelos estratos sociais e pela escolaridade.

As localidades escolhidas para a coleta dos dados que serviram à análise são Campanha, no Sul de Minas, Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha e Paracatu, no Noroeste do Estado. A partir de um roteiro de entrevista, elaborado para esta pesquisa, foram feitas gravações de língua oral com informantes de duas faixas etárias e de dois níveis de escolaridade. Para o tratamento quantitativo das ocorrências de antropônimos encontradas nos *corpora*, foi utilizado o programa de análise de dados variáveis Goldvarb 2001, que possibilitou revelar alguns fatores favorecedores e desfavorecedores das variantes. A coleta de dados e a análise que será apresentada basearam-se em alguns pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia e outros da Sociolinguística Variacionista.

Com os resultados obtidos e agora apresentados, acredita-se estar contribuindo para o mapeamento da variação da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimo no Estado de Minas Gerais e colaborando também para os estudos da *língua* falada pelos mineiros, ainda muito pouco conhecida.

Vejamos então como está estruturado este trabalho.

O capítulo 1 divide-se em três partes. Na primeira, trata-se da caracterização e definição do nome próprio, em especial do antropônimo. São discutidas, principalmente, as seguintes questões: significado e referência do nome próprio, a partir de Lyons (1977); a possibilidade de ser pluralizado, com base em Jespersen (1965) e Coseriu (1967); a passagem do nome próprio a comum, a partir de Valério (2000). Retorna-se a Lyons (1977) e discute-se a questão das funções que o nome próprio pode assumir. Chega-se assim, ao antropônimo, objeto de análise deste trabalho. A segunda parte trata do artigo definido. São discutidas as posições de gramáticos tradicionais e de alguns estudos lingüísticos recentes que abordaram o assunto, como Halliday e Hasan (1976), Lyons (1978), Negri (1986), Liberato (1997) e Lima (1997). Na terceira parte, trata-se da ausência/presença do artigo antes de antropônimos. Após serem citados

alguns casos em outras línguas, passa-se ao português, comentando o que dizem alguns gramáticos tradicionais e apresentando os resultados de alguns estudos lingüísticos que abordaram diretamente o fenômeno: Moisés (1995), Mendes (2000), Silva (1996a), Silva (1996b), Callou e Silva (1997) e Costa (1998).

No capítulo 2, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a realização deste trabalho. Ele divide-se em duas partes. Na primeira, apresenta-se um breve histórico dos estudos dialetológicos, com atenção especial à preocupação que os estudiosos da área ofereceram à sintaxe e ao fenômeno objeto de análise aqui. Também são comentados alguns pressupostos teóricos da Sociolingüística Variacionista, principalmente os que foram úteis à realização deste trabalho. Na segunda parte, são apresentados, detalhadamente, os métodos e procedimentos utilizados. Começa-se explicando os critérios usados para a escolha das três localidades, dos informantes, do entrevistador e para a elaboração do roteiro de entrevista. A seguir, comentam-se os critérios adotados para a transcrição dos dados e por último o tratamento quantitativo a que foram submetidos.

No capítulo 3, é apresentada a análise dos dados coletados. Primeiramente, são mostrados os resultados quantitativos das três localidades e depois é feita uma comparação entre eles, chegando-se às conclusões possíveis. Comparam-se também os resultados de Campanha, Minas Novas e Paracatu, com os de Barra Longa e Belo Horizonte. A seguir, comentam-se algumas estruturas que merecem uma atenção especial, como aquelas em que o antropônimo é precedido por demonstrativo, as que apresentam este elemento em uma estrutura de genitivo, as que possuem um complemento adjetival seguindo o antropônimo e aquelas em que ele passa a ser um topônimo.

Por último, apresento as conclusões deste trabalho, com indicações para futuras pesquisas.



Capítulo 1

O antropônimo e o artigo definido

Este capítulo divide-se em três seções. O tema central da primeira é o nome próprio, com atenção especial ao antropônimo; o da segunda, o artigo definido; e o da terceira, alguns estudos realizados sobre a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos.

1.1. O ANTROPÔNIMO

Os antropônimos fazem parte de um grupo de palavras definidas tradicionalmente como *nomes próprios* (ou *substantivos próprios*). São um subgrupo desse grupo porque se referem apenas aos nomes próprios de pessoas. A seguir, será visto o que afirmam alguns gramáticos tradicionais sobre o assunto.

1.1.1. Os nomes próprios na gramática tradicional

Os gramáticos tradicionais opõem os *substantivos próprios* aos *substantivos comuns*. Cunha e Cintra (1985:172), por exemplo, afirmam que os primeiros são aqueles que designam determinado indivíduo da espécie (designação específica), como *Pedro*, *Brasil* e *Lisboa*, que se aplicam a um determinado homem, a um país e a uma cidade, e os segundos, os que designam a totalidade de seres de uma espécie (designação genérica) ou uma abstração, como *homem*, *país*, *cidade*, que se empregam para nomear todos os seres e coisas das respectivas classes. Bechara (2001:113) aponta ainda que os substantivos próprios podem se aplicar a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Sendo assim, para o autor, cada *João*, cada *Isabel*, e cada *Açores* é uma pessoa ou ilha considerada como inconfundível para as demais pessoas.

Entretanto, para uma melhor definição e caracterização do *nome próprio*, outras questões têm sido levantadas, como a de possuir ou não um significado e de poder ou não ser pluralizado. Essas questões serão abordadas a seguir, bem como a que trata da passagem do nome próprio a comum e a das funções que ele pode assumir. Algumas delas foram discutidas por Mendes (2000). Aqui serão retomadas algumas idéias importantes expostas pela autora, além de outras que possibilitem caracterizá-lo melhor.

1.1.2. Significado e referência

Com relação à existência de significado dos nomes próprios, ou seja, se possuem ou não um significado, várias têm sido as posições. Dubois et alli (1998:491) chamam de nome próprio uma “subcategoria dos nomes formada de termos que, semanticamente, se referem a um objeto extralingüístico, específico e único, destacado por sua denominação dos objetos da mesma espécie”. Para os autores, o nome próprio não possui outra significação senão a do nome dele próprio.²

Jespersen (1965) defende a existência de significação de tais elementos e ressalta a necessidade de considerar o contexto em que estão inseridos. Para o autor, sempre que um nome próprio é usado, ele faz o ouvinte pensar em todo um conjunto de qualidades distintivas, sendo assim um elemento que *conota* o maior número de atributos. Ele critica Stuart Mill³ e seus seguidores pelo fato de colocarem muita ênfase no valor de dicionário, desconsiderando a situação contextual e alegando que os nomes próprios nada conotam, pois não têm nenhuma significação.⁴

Por outro lado, Lyons (1977) critica Jespersen, afirmando que este tira proveito de um equívoco entre o sentido filosófico e o sentido mais corrente de *conotação*. Segundo Lyons, a respeito da polêmica de saber se os nomes próprios têm ou não sentido, é mais aceito que possuem **referência** e não sentido (Lyons, 1977:180).

Para exemplificar a noção de referência, Lyons (1977:147) diz que, ao enunciar a frase *Napoleão é corso*, o falante se refere a um certo indivíduo (Napoleão) por meio de uma *expressão referencial*. Se for a referência bem sucedida, esta expressão referencial possibilitará que o ouvinte identifique o indivíduo em questão: o *referente*. O autor acentua que esta noção de referência é dependente do enunciado, já que “sempre que dizemos que uma expressão de uma dada frase é dotada de referência, partimos do

² Dizem ainda que, sintaticamente, são autodeterminados, o que acarretaria a ausência do artigo definido no emprego corrente, o que não se verifica de forma generalizada no caso dos antropônimos descritos neste trabalho.

³ MILL, Stuart. *System of Logic*. I. Ch.II.

⁴ Jespersen se opunha à posição de Mill, segundo a qual os nomes próprios não conotam, pois não indicam atributos, não dizem nada a respeito do nome, como *homem*, que conota certos atributos: ter vida animal, ser racional, etc.

princípio de que a frase em questão foi ou podia ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto apropriado.” (Lyons, 1977:150)

Apesar de ser o falante que refere, dando à expressão uma referência em um *ato de referência*, conforme Lyons, é terminologicamente conveniente que se diga que uma expressão se refere ao seu referente, como é a prática adotada por ele e também será a deste trabalho.

Voltando à questão do significado dos nomes próprios, Lyons (1977:180) ainda diz que o fato de poderem tornar-se comuns com o decorrer do tempo não invalida o princípio de que não têm sentido. Segundo o autor, os nomes próprios podem, com o passar do tempo, tornar-se comuns. A palavra do italiano *cicerone*, exemplifica ele, é usada em várias línguas para “guia de museu”. Se isso não invalida o princípio de que os nomes próprios não têm sentido, Lyons pode concluir que é falaciosa a afirmação de Jespersen de que os nomes próprios conotam o maior número de atributos.

Como outro argumento de que os nomes próprios não têm sentido, Lyons diz que *Francisco* e *macho* não se relacionam da mesma maneira que *homem* ou *rapaz* e *macho*. Se acontecesse de uma mulher chamar-se *Francisco*, diríamos *Francisco é muito esperta* e essa frase seria gramaticalmente aceita e semanticamente aceitável, exemplifica o autor. Por este exemplo, pode-se observar que se aplica bem o rótulo de *etiqueta identificativa* dado ao nome próprio por Gómez Torrego (2000:35).

Como se vê, a noção de referência é fundamental para a definição de nomes próprios. No entanto, com relação à sua maior ou menor referencialidade, Lyons afirma que as *descrições definidas*, (SN definido mais uma asserção descritiva, p. ex.: *O homem alto ali na frente.*) são mais referenciais que eles. O autor diz que, mesmo não conhecendo o nome de um lugar ou uma pessoa, pode-se fazer-lhe referência por meio de uma descrição definida e ainda conclui que é possível conceber uma língua sem nomes próprios, mas seria impossível conceber uma sem recorrer a uma descrição definida. Com efeito, como se verá mais adiante, durante a coleta de dados para este trabalho, os informantes usavam descrições definidas em lugar dos respectivos antropônimos, principalmente quando sabiam que a pessoa referida não fazia parte do universo de conhecimento do pesquisador.

1.1.3. O plural dos *nomes próprios*

Com respeito à possibilidade de os nomes próprios terem ou não plural, Jespersen (1965:69) afirma que, no sentido estrito, nenhum nome próprio pode ter plural, da mesma forma que é impensável um plural de *eu*. De acordo com o autor, só existe um *eu*, um *John* e uma *Roma*, se entendemos por nome próprio uma pessoa ou cidade individual no momento de uma fala. Entretanto, continua, modificando esse sentido, seria possível haver o plural, como no caso de (os exemplos são do autor):

- a) indivíduos designados pelo mesmo nome: *na festa havia três Joões e quatro Marias;*
- b) membros da mesma família: *todos os Tymperleys têm narizes longos;*
- c) pessoas (ou coisas) como o indivíduo denotado pelo nome: *os Edisons e os Marconis podem emocionar o mundo com novidades chocantes;*
- d) metonímia, o nome próprio usado pelo trabalho do indivíduo denotado pelo nome: *há dois Rembrandts nesta galeria.*⁵

Ao discutir a questão da unicidade do nome próprio e sua relação com a pluralização como traços para diferenciá-lo do nome comum, Coseriu (1967:263) analisa os exemplos dados por Jespersen, retomados acima. Segundo aquele autor, os casos como os de c) e d) não são nomes próprios, mas claramente nomes comuns, nomes de *classe*. A questão da unicidade nem se levanta para esses exemplos, prossegue Coseriu.

Dificuldade maior aparece em casos como o de a), já que o mesmo nome se aplicaria a muitos indivíduos, continua Coseriu. Por causa dessa dificuldade, várias têm sido as posições adotadas, entre as quais a de postular que a distinção entre nome próprio e comum é artificial e logicamente impossível (Dauzat⁶ *apud* Coseriu,

⁵ Os exemplos do original em inglês são:

- a) in the party there were three *Johns* and four *Marys*;
- b) all the *Tymperleys* have long noses;
- c) *Edisons* and *Marconis* may thrill the world with astounding novelties;
- d) there are two *Rembrandts* in this gallery.

⁶ DAUZAT, A. *Les noms de personnes. Origine et evolution*. 18e mille, Paris, 1946. pág. 1 e segs.

1967:264), ou que existem nomes próprios mais genuínos (F. Brunot⁷ *apud* Coseriu, 1967:264) ou ainda que há os nomes próprios da língua, os da fala e outros intermediários (Bally⁸ *apud* Coseriu, 1967:265). Coseriu discorda dessas posições e concorda com aqueles que postulam que a diferença entre nome próprio e nome comum não reside no número. Para o autor, a idéia de que no número estaria a distinção se deve a uma exigência errônea de biunivocidade e a uma confusão com respeito ao conceito de palavra. Em parte, isso se explicaria por uma reinterpretação do adjetivo *próprio*. Em nota, Coseriu (1967:267) explica que *próprio* se reinterpreta como *perteneciente sólo a*, mas que o significado primitivo de ονομα κυριον, lat. *nomen proprium* era o de *nome autêntico, nome propriamente tal*. Portanto, continua o autor, “aunque existan nombres unívocos, no puede tomarse como rasgo definitorio y necesario, puesto que hay muchos que no lo son” (Coseriu, 1967:267). Coseriu conclui dizendo que também nesse caso, de *Joões e Marias*, temos nomes próprios apelativos, nomes de *classe*. Para o autor, as palavras <Juan>, <Maria> “se emplean aquí para designar las clases de objetos que tienen en común el ser nombrados, cada uno individualmente, con los nombres propios multívocos *Juan, María*” (Coseriu, 1967:269) O nome próprio, ao contrário, não se aplica a uma classe já existente na realidade, como acontece com o nome comum *cachorro*.

Talvez essa falsa idéia de biunivocidade criticada por Coseriu explique a inclusão de nomes como *lua* e *sol* entre os nomes próprios, como faz, para o espanhol, Alarcos Llorach (1999:83). Este autor afirma que os nomes próprios designam objetos únicos e inclusive distingue aqueles que são únicos em absoluto, como *el Sol* ou *la Luna*, ou únicos na situação de fala, ou seja, no universo de conhecimentos comuns ao falante e ao ouvinte, como *João*, etc.

Outro autor que também apresenta posição contrária à de Alarcos Llorach é Bechara (2001:113-114), para quem não são nomes próprios *lua, sol, fevereiro, segunda-feira, papa*. Este autor argumenta que o fato de serem nomes individualizados se deve ao contexto extralingüístico e ao conhecimento de que no contexto *natural* nosso só há uma lua, um sol, um mês fevereiro, um só dia da semana chamado segunda-

⁷ BRUNOT, F. *La pensée et la langue*. reimpr., Paris, 1953, pág. 95.

⁸ BALLY, Ch. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna, 1950. p.80-82, 97, 291, 296.

feira, e um só papa. Se escritos com letras maiúsculas, prossegue, é por pura convenção ortográfica.

Retomando a análise de Coseriu dos exemplos de Jespersen, com relação aos casos como os de b), membros da mesma família, aquele autor sustenta que, quando se diz, por exemplo, *Claudii* (lat.) ou *los Sánchez* (esp.), não significa que sejam plurais de *Claudius* (un *Claudius* + un *Claudius* + un *Claudius*...) ou de *Sánchez*, embora um indivíduo possa, em certa circunstância, ser identificado por estes elementos, que estarão sendo aplicados a um indivíduo determinado e não como membro de classe. Nesses casos teríamos também nomes comuns, de classe ou de tipo (Coseriu, 1967:275).

Com base no exposto por Coseriu, os casos como os de Jespersen não deveriam ser considerados como nomes próprios, mas como nomes comuns. Posição semelhante assumem alguns autores contemporâneos, como Bechara (2001) e Mateus et al. (1983), que, embora não apresentem uma análise detalhada como a de Coseriu, consideram que os nomes próprios empregados no plural são nomes comuns. São exemplos de Bechara (2001): *os Antônios, as Marias, as Romas, os Azevedos, os Maias, os Rembrandts, os Machados de Assis, os Fords* (estes três últimos no chamado uso metonímico).

Como se viu, Coseriu (1967:270) argumenta que o nome próprio não é nome de *classe*, nem se aplica a uma classe já existente na realidade. Esta é também a opinião de Neves (2000:69), para quem os nomes próprios (*substantivos próprios* segundo a autora) “identificando um referente único com identidade distinta dos demais referentes, não evidenciam traços ou marcas de caracterização de uma classe, e não trazem, pois, uma descrição de seus referentes.” Esta também será a posição adotada neste trabalho para os antropônimos analisados.

Neste trabalho, de acordo com o exposto, as ocorrências encontradas nos *corpora* que foram semelhantes àquelas comentadas acima serão desconsideradas na análise quantitativa, por possuírem traços de nomes comuns. São exemplos:

- (3) que tinha **outras Coraci** na minha época... é/era um nome comum naquela época... na época que eu nasci... depois num tiveram outras... **outras Coracis** eu não vi (PRC2-CSM/218-220)

(4) aqui tem os Ferrera Lopes tamém (CMP3-BRE/119-120)⁹

1.1.4. De nomes próprios a nomes comuns

Na subseção anterior, foram discutidos vários casos que não deveriam ser considerados nomes próprios. Todos os exemplos estavam pluralizados e os chamados *nomes próprios* foram considerados nomes comuns. Há outros casos porém em que um nome próprio pode *tornar-se* um nome comum. A seguir, discutem-se alguns exemplos.

De acordo com Lyons (1977:181), se fosse pedido aos membros de uma comunidade lingüística que dissessem o que sabem ou crêem sobre o portador de um nome, forneceriam um conjunto de descrições de identificação, que conformariam o que, para ele (Lyons), Searle chama de *suporte descritivo*. Esse suporte descritivo possibilita o nome ser utilizado predicativamente. Por exemplo, sobre *Cícero* poderiam dizer: *foi o maior orador romano, foi o autor das Verrinas, Cícero denunciou Catilina no Senado*, etc. Essas descrições, continua Lyons, possibilitam dizer *Ele não é nenhum Cícero* (em que Cícero simboliza eloqüência).

Bechara (2001:114) explica exemplos como os de acima afirmando que “os personagens históricos, artísticos e literários pagam o tributo de sua fama com o desgaste do valor individualizante do seu nome próprio que, por isso, passa a comum”. Assim, o nome Judas, além de ser um dos apóstolos, é a encarnação do *traidor*, do amigo falso, conclui o autor. Ex.: *Fulano é um Judas*. O mesmo acontece com Cícero e cicerone, dos exemplos de Lyons, e também com *don-juan* (de Bechara), em que o nome do personagem da literatura espanhola é usado com o significado de homem famoso, galanteador, irresistível às mulheres.

Há, porém, outros casos no português em que determinados antropônimos, não necessariamente originados de personagens famosos, adquirem um significado específico, como *ricardão* (amante), *mauricinho* (bras.)/*betinho* (lus.) e *patricinha* (rapaz ou moça excessivamente cuidadoso/a com seu aspecto e que buscam adequar-se à moda).

⁹ Sobre as ocorrências com patronímicos, veja-se também o item f) de 2.2.3.1.

Casos como os anteriores são analisados por Valério (2000). O autor, em sua dissertação, trata da passagem do nome próprio a comum (chamada por ele de *transposição* ou *transubcategorização*) e destaca a falta de atenção ao assunto por parte de gramáticos e lingüistas, além de chamar atenção para problemas existentes como o tratamento único dado a fatos diversos ou a própria nomenclatura, constituída de termos idênticos atribuídos a fenômenos diferentes ou termos diferentes aos mesmos fatos. Com uma abordagem do nome próprio sob o ponto de vista que ele chama de semiológico, analisa dados de língua escrita extraídos de edições eletrônicas do jornal Folha de São Paulo. Valério (2000:72) agrupa seus exemplos entre os nomes acompanhados de determinante – que para ele é “qualquer termo que está ao redor do núcleo” – e nomes empregados no plural. Com respeito a este último grupo, o autor afirma que o morfema de número já indicia que não se trata de nome próprio, o que vai ao encontro da análise proposta na subseção anterior, a partir de Coseriu (1967), Mateus et al. (1983) e Bechara (2001). (25) é um exemplo de Valério¹⁰ (permanece a mesma numeração do autor):

(25) Os heróis da Grécia nunca foram **Romeus e Julietas**.

Entre os exemplos do primeiro grupo, Valério (2000) distingue aqueles em que os determinantes não instauram antonomásia¹¹, daqueles em que é instaurada. Dentro do primeiro caso, está o seu exemplo (35) e do segundo, (95):

(35) Já o **Hércules disneyano** é todo programado.

(95) Ocorre que Fernando Henrique é o **nosso Gorbachov**.

¹⁰ Além de antropônimos, Valério analisa ocorrências com outros nomes próprios. Porém, para a exemplificação aqui serão privilegiados, na maioria das vezes, os exemplos antroponímicos do autor, por ser os que interessam diretamente aos objetivos deste trabalho.

¹¹ A definição de *antonomásia* é tomada de Dubois et al. (1973): figura de estilo pela qual, para designar uma pessoa, utiliza-se um nome comum no lugar de um nome próprio ou o nome próprio no lugar de um nome comum. Por exemplo, a um idealista amalucado chama-se *Dom Quixote* e a um bonachão conformado *Sancho Pança*.

O trabalho de Valério é, sem dúvida, de fundamental importância para o estudo dos antropônimos e dos nomes próprios em geral. Porém, a inclusão de vários elementos no classe de *determinantes* faz com que o autor não perceba diferenças importantes, o que será visto a seguir.

Para ele, em (35), a presença do adjetivo cria o pressuposto de que existe uma classe “Hércules” e se fala de um hércules, o disneyano, e por isso, por ser membro de uma classe, não poderia ser nome próprio, o que está de acordo com a análise proposta aqui. Entretanto, o mesmo não acontece em (33):

- (33) “Ando Jururu”, levada como heavy metal raivosinho assaltado pelos **chatos Raimundos**, espelha a retração da impagável Rita de 74, hippie, grávida, maconheira e extremamente feminina/feminista.

Nesse caso, antepor o adjetivo *chatos* ao nome próprio *Raimundos* não significa que se esteja pressupondo que há outros raimundos que não são chatos, conforme a análise de Valério. O que se faz é apenas caracterizá-los como *chatos*. Considere-se agora o exemplo (51) do mesmo autor:

- (51) Numa entrevista recente, já nos anos 90, concedida a **um estupefato Win Wenders**, Godard revelou que costuma utilizar, para mixar os sons de seus filmes, uma mesa com 24 canais, tal a quantidade de informação proveniente de origens diferentes que entra na composição total da trilha.

Para Valério (2000), a pressuposição de classe também se dá em (51), proporcionada por *um* e *estupefato*, chamados de *determinantes*, e por isso *Win Wenders* seria um nome comum. Poderia-se agora questionar se a pressuposição de classe seria dada por *um* e *estupefato* simultaneamente, ou apenas por um destes elementos.

De qualquer forma, pode-se ver, por estes exemplos, que não se pode tratar da mesma maneira os elementos que acompanham o antropônimo. Além do mais, é necessário também distinguir a posição de cada um, como no caso dos adjetivos, se estão antepostos ou pospostos ao nome.

Entre os casos analisados nesta pesquisa, há um que não é comentado pelas gramáticas, mas que foi encontrado com certa frequência nos *corpora*. Não se trata de

um nome próprio passando a comum, como nos exemplos anteriores, mas de um nome próprio antropônimo sendo usado como topônimo. Algumas vezes, os informantes entrevistados, ao se referirem a um lugar, utilizavam um nome próprio de uma pessoa, como nos exemplos abaixo. Este nome próprio, conforme o que está sendo exposto aqui, não pode ser considerado um antropônimo.

(5) hoje mesmo a gente tava falano... de i[r] lá **no Paulo** comprá né?
(CMP3- AMA/103-104)

(6) cê deve levá ele é lá **ni Menam** (MNV1-MPR/101)

Estes casos serão vistos em 3.3.4.

Com base nos exemplos comentados, pode-se concordar com Jespersen (1965:70), para quem é impossível traçar uma linha de demarcação entre nomes próprios e nomes comuns. Os exemplos dados por ele são os seguintes: *A estrada de Dover* (que leva a Dover), não é um nome próprio, mas pode vir a ser, como em *The Green Park*, usado com o artigo, ou também sem ele: *Green Park*, claramente um nome próprio, da mesma maneira que *Central Park*, *New College*, *Newcastle*, etc. No inglês, ainda segundo Jespersen, e diferentemente do que acontece no italiano e no alemão, a ausência do artigo é uma das marcas exteriores pelas quais podemos conhecer um nome próprio e nomes comuns. Com o português, como se pode ver por este trabalho e por outros que serão comentados mais adiante, também não podemos distinguir nomes próprios e comuns pela ausência/presença do artigo.

1.1.5. As funções dos nomes próprios

Segundo Lyons (1977:178), os nomes próprios têm duas funções: referencial e vocativa. Com relação à primeira, o autor afirma que eles estariam entre as expressões referenciais singulares, juntamente com sintagmas nominais definidos e pronomes pessoais. Os sintagmas nominais definidos identificam o referente,

possibilitando o ouvinte/leitor distingui-lo de todos os outros indivíduos do universo discursivo. Ex.: *o homem alto ali à frente*.

Embora, conforme o autor, seja possível reconhecer os três tipos de expressões referencias singulares, há casos limítrofes. Muitos nomes de lugar e de família tiveram origem em descrições definidas ou títulos e os nomes próprios são regularmente convertidos em lexemas descritivos e usados como tal em expressões referenciais ou predicativas. O exemplo citado é o caso de *usted* no espanhol: de título honorífico que veio de descrição definida e depois se tornou pronome. Caso semelhante temos em português com a forma *você* (cf. Said Ali, 1976 *apud* Ramos, 1997:43-44).

As semelhanças existentes entre as expressões referenciais singulares postuladas por Lyons talvez possam explicar o fato de López García (1998:97) incluir, entre os nomes próprios, os nomes das pessoas do diálogo (como *eu, tu, etc.*). Este autor assim se justifica: o nome *Maria* designa uma pessoa sem descrevê-la quando os outros se referem a ela. Entretanto, se é a própria Maria que fala, ela se referirá a si mesma utilizando *eu*, palavra que também não a descreve, como o faria uma expressão tal como *a mulher alta do casaco verde*. Como outro argumento a seu favor, o autor retoma o problema de classificar itens como *eu, tu, etc.* como pronomes, na medida em que não podem substituir o nome, como tradicionalmente se afirma.

Com respeito à função vocativa dos nomes próprios, seriam utilizados nesse caso para atrair a atenção da pessoa que está sendo chamada ou intimidada.

É necessário distinguir, continua Lyons (1977:178), o uso referencial ou vocativo dos nomes próprios dos usos nos chamados *enunciados apelativos*¹², como em *Apresento-te o João e Ele chama-se João Silva*. Nesses exemplos, ocorre o que o autor denomina de *nominação didática*, em que se ensina a alguém, formal ou informalmente, que um nome particular está associado a uma pessoa, objeto ou lugar particular por uma convenção preexistente.

Na análise quantitativa dos dados deste trabalho, não serão considerados, como se verá adiante em 2.2.3.1, os casos em que o antropônimo aparece em função vocativa ou em *enunciados apelativos* (nominação didática).

1.1.6. O antropônimo entre os nomes próprios

No conjunto dos nomes próprios, costuma-se colocar aqueles que se referem a pessoas, como os nomes de registro (também chamados nomes de batismo), os sobrenomes, apelidos, pseudônimos, etc.; topônimos, nomes de cidades, países, rios, mares; os títulos de obras, os nomes de empresas, instituições, marcas, ciências, movimentos intelectuais, etc. De todos, este trabalho se ocupa apenas daqueles que se referem a pessoas, que, tradicionalmente, são chamados de antropônimos.

Câmara Júnior (1984:53-54) afirma que

“Geralmente o indivíduo se identifica por dois ou mais vocábulos antroponímicos que formam uma locução. Aí se destaca o prenome, que é o nome próprio individual, e o SOBRENOME, *ou* APELIDO, que situa melhor o indivíduo em função da sua procedência geográfica, da sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física ou moral, de uma circunstância de nascimento.”

De fato, ao nascer, cada indivíduo recebe um nome (prenome e sobrenome) pelo qual será identificado ao longo de sua vida. No entanto, por diversas razões, poderá ser identificado através de outros nomes, criados por invenção própria, como acontece com os pseudônimos ou os chamados nomes de artista, ou por invenção alheia, como é o caso do apelido ou hipocorístico (cf. também Lozano Ramírez, 1999).

Embora possam existir motivações tanto para a atribuição dos nomes às pessoas (como no caso dos nomes próprios criados por anagramas ou por combinação de sílabas), quanto para o uso de um determinado nome (pode-se chamar um indivíduo ou referir-se a ele pelo seu prenome, sobrenome, prenome e sobrenome, por um apelido, etc.) neste trabalho, sob o rótulo de *antropônimos*, incluem-se aqui itens que recebem diferentes denominações como: nomes de registro ou de batismo, alcunhas, sobrenomes, apelidos, pseudônimos, determinados epítetos, hipocorísticos. Acredita-se que este termo seja o mais adequado, uma vez que possibilita delimitar quais nomes próprios estão sendo objeto de análise.

¹² Para Dubois et al. (1998), por outro lado, o *vocativo* também exerce a *função apelativa*.

1.2. O ARTIGO DEFINIDO

1.2.1. O artigo definido e a classe da qual faz parte

Para a maioria dos gramáticos, os artigos constituem uma classe fechada de palavras, composta pelos elementos *o, a, os, as*, chamados de *artigos definidos* e *um, uma, uns, umas*, denominados *artigos indefinidos*. Outros gramáticos, no entanto, adotam posições diferentes, como os espanhóis Alarcos Llorach (1970) e (1999), Gómez Torrego (2000) e o brasileiro Bechara (2001).

Entre os gramáticos do espanhol, Alarcos Llorach afirma que, embora *un* (e variações) tenha um comportamento semelhante ao de *el* (e variações), não pode ser considerado artigo. Conforme o autor, *un* conserva seu acento, sendo portanto uma palavra tônica e podendo assim cumprir um papel no enunciado sem a participação de outros elementos. Por outro lado, ainda conforme Alarcos Llorach, *el* é um signo dependente, exige a presença de outro autônomo (ou outros), com o qual constitui um sintagma unitário dentro da oração. Além do mais, o autor afirma que o artigo [definido], embora também seja um determinante, o é de maneira diferente que os demais assim considerados. Ele seria um acidente do substantivo, assim como os morfemas de número, e pode ou não estar presente, acarretando com isso uma diferença de significado. São exemplos dados: *Sopla el viento. ≠ Sopla viento. Vino en el coche ≠ Vino en coche* (cf. Alarcos Llorach, 1970:170 e Alarcos Llorach, 1999:80-81).

Bechara (2001:153) também chama a atenção para as diferenças que existem entre os chamados artigos definidos e artigos indefinidos, afirmando que se distinguem pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais. Entretanto, em sua obra, diferentemente dos autores espanhóis, continua tratando *um* (e variações) como *artigo indefinido*.

Para outros estudiosos, os chamados artigos definidos pertencem a uma classe de determinantes, como é o caso de Perini (1995:317), que coloca o *o* e outros itens dentro da classe fechada dos que podem desempenhar a função de *determinante*:

“Assim, os itens que podem ser Det em português são menos de uma dezena: *o, um* (artigo), *este, esse, aquele*, e talvez *cada*,

todo (no singular), *que* (todos com seus femininos e plurais, quando os possuem).”

À parte das diversas posições sobre a classificação dos chamados *artigos*, este trabalho ocupa-se principalmente da ocorrência ou ausência de *o* e *a* antes de antropônimos – digo *principalmente* porque, embora ocorrências de antropônimos precedidos de, por exemplo, demonstrativos, não sejam o foco do presente trabalho, receberão também alguma atenção dentro da análise. Estes dois itens, *o* e *a*, continuarão sendo chamados de *artigos definidos*, como tradicionalmente são conhecidos.

Como foi visto anteriormente em 1.1, quando itens como *os, as, um, uma, uns, umas*, ocorrem antes de itens que poderiam ser tidos como *antropônimos*, não temos propriamente um caso de nome próprio, mas sim um nome comum. Por isso, aqui não serão objeto de análise as ocorrências com estes itens. Com efeito, na fala dos informantes selecionados para a pesquisa, não houve nenhuma ocorrência com *os, as, um, uma, uns, umas*.¹³

Na próxima subseção, serão comentados alguns estudos que trataram do artigo definido, do mesmo modo que foi feito para os nomes próprios/antropônimos na seção anterior (1.1). Embora vários autores o coloquem junto a outros itens, a partir de agora atenção especial será dada ao que tem sido afirmado sobre o artigo definido, tanto pelos gramáticos tradicionais, quanto por estudos lingüísticos recentes.

1.2.2. O artigo definido na gramática tradicional

Cunha e Cintra (1985:199) chamam de artigo definido a palavra *o* (com as variações *a, os, as*) que se antepõe ao substantivo para indicar “que se trata de um ser já conhecido do leitor ou ouvinte, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência”. Acrescentam ainda que o artigo é o elemento que introduz o substantivo, indicando-lhe gênero e número.

Para Bechara (2001:153), artigo definido (ou simplesmente artigo) são as palavras *o, a, os, as* “que se antepõem a substantivos com reduzido valor semântico

¹³ Foi registrada a ocorrência abaixo na fala de um jovem que conversava com a informante da pesquisa:

demonstrativo e com função precípua de adjunto desses substantivos”. O autor chama a atenção para o valor *atualizador* do artigo, do qual, para Bechara, decorrem os valores contextuais:

“o artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos de mesma classe, como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte – quer através do discurso (que dele faz menção), quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é, quando não ulteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos (assim, “o homem é um animal racional” equivale a “aquilo que conhecemos pela palavra *homem*...””) (p.153)

Bechara (2001) afirma ainda que do valor atualizador do artigo decorre o fato de ele poder ser dispensado quando outro identificador adnominal já introduz este valor, o que poderia ser feito por um demonstrativo (este homem), possessivo (meu livro), ou antes de um nome próprio que, segundo ele, já é por si atual e individual. Com respeito à presença do artigo antes de possessivo, o gramático reconhece que tem havido um aumento no português da fase antiga à moderna e diz que é um uso redundante, apoiando-se na classificação de Pacheco Júnior¹⁴ com o termo: *muleta gramatical*. Alguns trabalhos já tentaram dar outras explicações ao fenômeno, como Silva (1996a), Silva (1996b) e Callou e Silva (1997). Com relação à presença do artigo definido antes do nome próprio, Bechara não chega a chamá-la também de *muleta gramatical*. Pelos trabalhos que serão apresentados em 1.3 e pelos dados desta pesquisa, sabemos que o nome próprio, mesmo sendo considerado individual, pode ser precedido de artigo em alguns casos do português.

1.2.3. O artigo definido: alguns estudos realizados

O artigo definido surgiu nas línguas românicas a partir de uma reorganização do sistema demonstrativo do latim, mais especificamente de *ille* e *ipse*,

(i) eu prifiro um assim sabe?... um Leonardo di Caprio (PRC9-JGL/351)

que, após sofrerem diferentes evoluções morfofonêmicas, deram origem aos atuais artigos definidos, presentes em todas as línguas românicas (Cf. Elia, 1979:209 e segs.) . Com relação às causas que deram origem a esses elementos e à época em que surgiram, várias têm sido as posições. Abordá-las, no entanto, foge à proposta deste trabalho, que não possui o objetivo de tratar da evolução histórica do artigo.¹⁵

Considerando as pesquisas fora do âmbito da Lingüística Histórica, observa-se que o artigo definido tem sido objeto de estudo tanto por parte de pesquisadores da Filosofia quanto da Lingüística. Entre os filósofos que se ocuparam do assunto estão Frege, Russel, Strawson, Donnellan e outros. Algumas das críticas feitas por lingüistas aos trabalhos deles baseiam-se, por exemplo, no fato de associarem o artigo definido à noção de unicidade e/ou de apresentarem uma visão referencial com uma conseqüente preocupação com o mundo real, com o chamado *valor de verdade*. Aqui não serão retomadas as posições filosóficas (para isso, pode-se consultar os trabalhos de Negri (1986), Lima (1997) e Liberato (1997)), mas apenas algumas lingüísticas mais recentes.

Alguns estudos lingüísticos recentes sobre o artigo definido o associam às idéias de foricidade e/ou dêixis e outros o analisam sob distintas perspectivas teóricas, seja uma lingüística cognitiva ou uma enunciativa. Passa-se agora a comentar tais estudos, nos quais será observada com maior atenção a questão da ausência/presença de artigo antes de antropônimo. Apesar de nenhum deles ter tratado diretamente o assunto, será verificado se o que postulam para o artigo definido se aplica também aos casos em que ele antecede o nome próprio de pessoa.

Halliday e Hasan (1976:70-71) incluem o artigo *the* na classe dos determinantes específicos, junto aos demonstrativos e possessivos. Os autores dizem que *the* – como os demonstrativos – serve para identificar um indivíduo ou subclasse particular dentro da classe designada pelo nome. Para os autores, o artigo definido não tem nenhum conteúdo, sendo, nesse aspecto, diferente de outros determinantes, como possessivos e demonstrativos. Ele apenas indica, continuam Halliday e Hasan, que o item em questão é específico e identificável, que a informação necessária para identificação é recuperável em algum lugar, seja na situação – exoforicamente – ou no

¹⁴ SILVA JÚNIOR, Pacheco. *Noções de semântica*. Rio de Janeiro: Fr. Alves, 1903. p.141.

¹⁵ Para uma resenha de algumas posições, pode-se consultar o trabalho de Mendes (2000).

texto – endoforicamente. A partir de então, os autores distinguem diferentes usos fóricos do artigo definido.

No primeiro caso, da referência exofórica, o item poderia ser identificado de duas maneiras:

- a) o indivíduo ou a subclasse particular a que se faz referência é identificável em uma situação específica: *Não vá, o trem está vindo*, em que *o trem* é “o trem que estamos esperando” (p.71);
- b) o referente é identificado extralingüísticamente, seja qual for a situação, o que ocorre sob duas condições:
 - i) existe apenas um membro da classe de objetos referida (*o sol*) ou se assume a existência de um só (*o governo*);
 - ii) a referência se faz a toda a classe (*as estrelas*; *À medida que a criança cresce, ela aprende a ser independente*) (p.71).¹⁶

Se, por outro lado, a referência for endofórica, haveria duas possibilidades:

- a) catáfora, em que o artigo é um sinal de identidade ou identificabilidade, mostrando que os critérios para identificação do nome são recuperáveis, por exemplo, no mesmo grupo nominal em que se encontra: *A subida do Monte Everest*¹⁷;
- b) anáfora (único caso em que, para os autores, o artigo é coesivo), em que a informação a respeito do nome está no texto precedente. (Nesse ponto, os autores advertem que a função de *segunda menção* normalmente atribuída ao artigo não é encontrada na maioria dos usos do inglês, língua em que predominaria a função catafórica.)

Os autores concluem dizendo que o nome que o artigo modifica possui um referente específico, cuja identificação não será propiciada por ele, pelo artigo, que seria ‘artigo definido’ no sentido de que sua função é assinalar definitude, sem que ele mesmo contribua para a definição, nem diga onde a informação se encontra. Ela será

¹⁶ Os exemplos do original em inglês são:

a) Don't go: the train's coming;

b) i) the sun; the government;

ii) the stars; As the child grows, he learns to be independent.

¹⁷ O exemplo do original em inglês é: The ascent of Mount Everest.

localizada, terminam, em algum lugar da estrutura, do texto, da situação ou da cultura (Halliday e Hasan, 1976:74).

Mendes (2000) também retoma as idéias de Halliday e Hasan (1976), mas afirma que, como o trabalho dela não se preocupa com elementos que formam a coesão textual – objetivo daqueles autores – não utiliza a teoria deles. A autora salienta porém que a presença de artigo antes de nome próprio estaria relacionada ao primeiro tipo de exófora.

Entretanto, ao contrário do que sugere Mendes (2000), a noção de foricidade exposta por Halliday e Hasan não se aplica à presença de artigo antes de antropônimo. Considere-se primeiro a exófora. A presença do artigo não interfere na identificação do referente que, sendo um antropônimo, já por si só garante a identificação. Por este motivo, ele pode também aparecer desarticulado, de acordo com o que se observa em (7) e (8):

(7) era **Juão de Deus** né que tinha mais (MNV1-MAR/26)

(8) na festa do Rusário era o **Juão de Deus** morreu né? (MNV1-MAR/39)

Nos exemplos (7) e (8), o referente de *Juão de Deus* pode ser identificado independentemente da presença do artigo.

Seja considerada agora a endófora. O antropônimo pode ser introduzido no discurso já com o artigo definido, o que invalida a sua função de artigo de segunda menção e pode, além do mais, ser retomado sem o artigo. Sejam os exemplos:

(9) *PESQUISADOR 2*: qual que é o/o filho da senhora que faz?
INFORMANTE 3: o **Bené** (PRC4/5-COA/195-196)

(10) *INFORMANTE 3*: depois que ele morreu o **Bené** fez
INFORMANTE 2: ele morreu?
INFORMANTE 3: morreu ué
PESQUISADOR 2: nossa eu nem lembro
INFORMANTE 3: ele... **Bené** fez ele direitim ((risos)) (PRC4/5-COO/COA/209-213)

Em (9), *Bené* é introduzido no discurso com o artigo definido e em (10) é retomado sem o artigo, o que comprova que a relação artigo definido e segunda menção não se aplica aos casos em que antecede antropônimos.

Se a noção de foricidade não se aplica aos casos acima mencionados, com relação ao uso de demonstrativos antes de antropônimos ela será relevante, conforme se verá em 3.3.1. A seguir, será comentada a análise de Lyons (1978) para o artigo definido.

No segundo volume de *Semantics*, Lyons (1978) trata o artigo com base em uma teoria sobre a dêixis. Para o autor, o termo *dêixis*, originado do grego *apontar*, ou *indicar*, é usado hoje para se referir à função de pronomes pessoais e demonstrativos, de tempo (*tense*), e de uma variedade de outros traços gramaticais e lexicais que relacionam as elocuições às coordenadas espaço-temporais do ato de elocução. O termo *deiktikos*, continua Lyons, teria sido traduzido pelos gramáticos latinos para *demonstrativos*. No grego antigo, prossegue, não se distinguiam, em termos de forma e funções sintáticas e semânticas, pronomes demonstrativos, artigo definido e pronome relativo. O termo *artigo* teria sido então aplicado a todos eles, porque eram considerados conectivos de vários tipos (*arthron*, no grego, *articulos*, no latim, significavam *conexão, união*.) Só posteriormente, termina Lyons, é que foi utilizado o termo *pronome* (Lyons, 1978:636).

Por *dêixis* o autor entende que é:

“a localização e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades dos quais são falados ou referidos, em relação ao contexto espaço-temporal criado e mantido pelo ato da elocução e pela participação nele, tipicamente, de um falante e de pelo menos um destinatário” (Lyons, 1978:637)¹⁸

Em uma expressão anafórica, Lyons (1978:670) afirma que seu componente dêítico direciona a atenção do ouvinte para uma certa parte do texto ou co-texto e lhe diz que ele encontrará o referente naquele ponto. Os exemplos são os seguintes: a) *This*

¹⁸ Do original em inglês: “the location and identification of persons, objects, events, processes and activities being talked about, or referred to, in relation to the spatiotemporal context created and

animal (em expressão anafórica) direciona a atenção do ouvinte para o referente mais próximo no discurso; b) *That animal* leva a um referente mais distante textualmente; c) *The animal* faz referência a algum animal que possui uma localização textual, mas não oferece ao ouvinte nenhuma informação sobre essa localização.

Lyons argumenta ainda que a dêixis é mais básica que a anáfora. Para o autor, a anáfora pressupõe que o referente deve já ter seu lugar no universo do discurso, enquanto a dêixis não. Um dos exemplos dados pelo autor em que não há anáfora – se definida com a noção de antecedente – é o seguinte: O falante dá as condolências para um amigo, cuja esposa morreu em um acidente de carro e diz: *I was terribly upset to hear the news: I only saw her last week* (p.672). Esse exemplo, para o autor, mostra que entidades não precisam ter sido mencionadas para que estejam presentes no universo do discurso. Lyons conclui que a dêixis é um dos principais meios possíveis para introduzir entidades no discurso, às quais se possa fazer referência posteriormente.

Avançando na discussão anterior, Negri (1986) defende uma abordagem dêitica para o artigo definido que dê conta da sua natureza pragmática e, para isso, confronta tal abordagem com hipóteses explicativas como a referencial, a dos gramáticos tradicionais, a dos gerativistas e outras também dêiticas. Em seu trabalho, apoiando-se em Llorach (1970), para quem os artigos definido e indefinido não pertencem à mesma categoria, ao apresentar diferentes usos do definido, afirma que ele pode ocorrer em “expressões que podem ser caracterizadas como referenciais individualizantes, anafóricas, atributivas, genéricas e puramente dêiticas.” (Negri, 1986:124)

Entre os exemplos da autora, não há nenhum com antropônimo. Os que se aproximariam a um uso como os que estão sendo analisados neste trabalho, são os seguintes (a numeração da autora está mantida):

(3.56) O Sena está poluído.

(3.57) Fechado o Congresso.

Negri argumenta que em enunciados como esses a referência individualizante da expressão introduzida pelo artigo é garantida por uma identificação inequívoca dessa expressão. Nada mais é dito sobre esses exemplos. Talvez considere (3.56) e (3.57) semelhantes a (3.55) *Morre o papa.*, sobre o qual afirma que há uma garantia de individualização cultural, pois só há um papa.

Se a autora concorda com a afirmação de Llorach (1970) de que o artigo definido se opõe à sua ausência e não ao indefinido, seria necessário contrapor os casos de acima, em que há o artigo, aos casos em que ele não aparece. No entanto, isso não é feito por Negri. Observa-se assim que a sua análise não dá conta da variação do presente estudo, a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos.

Comenta-se agora o trabalho de Liberato (1997), que desenvolve uma análise de alguns aspectos do SN em português, baseada na sua função referencial – para a autora, a composição do SN é parcialmente condicionada por esta função.

Com respeito aos artigos, Liberato demonstra que “as noções de identificabilidade e unicidade, tal como propostas na literatura lingüística e filosófica, ou seja, aplicadas ao processo de individualização do referente, são semelhantes e não são adequadas para explicar a diferença entre **o** e **um**” (p.156). Em seu trabalho, a autora identifica a função *recortador*, definida como

“Recortador: identifica se o referente é constituído da totalidade ou de parte dos elementos da menor classe delimitada qualitativamente.”

Entre os itens que poderiam exercer tal função, estão *artigo definido* (recortador universal), *artigo indefinido* (recortador parcial), além de *dois, três, muitos, vários, certos, alguns, etc.*

A função identificada por Liberato não se aplica ao caso dos antropônimos. Seria necessário, tomando (7) como exemplo, assumir que existe uma classe {*Juão de Deus*} e que o artigo antes de *Juão de Deus* indicasse a totalidade dessa classe (?). Ainda assim, não se resolveria o caso da ausência do artigo. Vale dizer aqui que, embora a autora reconheça que nomes próprios e SNs descritivos sejam duas maneiras de identificar o referente, ela deixa claro que não vai se ocupar daqueles em sua tese.

Com uma perspectiva teórica diferente das anteriores, Lima (1997) faz uma análise do uso dos artigos definido, indefinido e zero com base em uma teoria de linguagem, a Teoria das Operações Enunciativas de Culioli, que, de acordo com a autora, “concebe o enunciado como um processo de construção de significação, ou seja, de valores referenciais por meio de operações.” (Lima, 1997:1). O que ela faz é, partindo do que chama de *marcas do artigo na língua*, examinar as operações que sustentam e que fazem com que um determinado artigo assuma um certo valor. Vejam-se alguns exemplos dados pela autora. Em (a numeração é a original):

4. Certo dia ia indo para lá quando vi uns homens com machados, serrotes e pensei; – Será que vão destruir a minha laranjeira! E fui chegando cada vez mais perto e vi que os homens começavam a cortá-la.

Lima diz que ocorre uma operação de flechagem. O artigo definido no plural indicaria a totalidade das ocorrências extraídas, no caso, a totalidade de homens vistos por A. Neste ponto, percebe-se uma semelhança entre a função identificada por Liberato (1997) e a operação descrita por Lima (1997).

Sobre as operações de flechagem, relacionadas ao artigo definido, a autora diz que Culioli (1976 *apud* Lima, 1997:33) distingue a *flechagem contextual* da *flechagem situacional*. A primeira seria proveniente de uma anáfora, de expressões nominais complexas (nome + prep + nome) e de proposições relativas. No caso da segunda, haveria uma identificação contrastiva. A respeito do exemplo que apresenta para este último caso, *Passe-me a caneta, por favor*, a autora afirma que o artigo definido “marca uma flechagem através da qual ‘caneta’ é distinta de todos os outros elementos pertencentes à classe das ‘canetas’ em função da presença do elemento ‘caneta’ na situação em que é produzido o enunciado.” Vê-se claramente que esse é um caso de uso dêitico, de acordo com o que foi exposto acima.

São várias as operações analisadas por Lima em diferentes usos dos artigos definido, indefinido e zero. Obviamente, não serão retomados aqui. Vejam-se aqueles que se aproximam do tema deste trabalho.

A autora não se detém sobre a presença ou ausência do artigo definido antes de antropônimos. Quando cita exemplos com nomes próprios, o faz para afirmar a

necessidade da presença de artigo definido em vez de indefinido, como em *O grande empresário Ermírio de Moraes ouviu no terceiro andar (...)*, enunciado que, segundo Lima, seria agramatical com o uso do artigo indefinido. Para ela, o nome próprio se liga a um processo de individualização que se incompatibiliza com o artigo indefinido (p.166).

Os trabalhos anteriores analisaram o artigo definido sob diferentes aspectos, mas nenhum deles tratou especificamente da ausência/presença do artigo antes de antropônimo. Observou-se que as distinções que propõem para o uso/não-uso do artigo antes de nomes não se aplicam quando estes são antropônimos. Discutem-se agora alguns trabalhos que trataram diretamente da variação estudada aqui.

1.3. A AUSÊNCIA/PRESENÇA DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS

Existe um comportamento diferenciado entre as línguas no que se refere à ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo. Antes de passar para os estudos do fenômeno em português, vejamos algumas descrições sobre o tema feitas para as seguintes línguas: romeno, húngaro, búlgaro, albanês, grego, italiano e espanhol.

Souza (1994) apresenta uma descrição dos usos dos artigos no romeno e em outros quatro idiomas geograficamente próximos: húngaro, búlgaro, albanês e grego. Considerando o romeno, língua caracterizada pela posposição do artigo definido e pela declinação em substantivos e determinantes, o autor diz que os únicos casos em que o artigo definido é anteposto são o genitivo e o dativo de nomes próprios masculinos e, mais recentemente, femininos (p.52-54). São exemplos seus:

1) casa.a lui Petre
casa.AD AD/Gen Petre
“a casa de Petre”

2) cas.a Mari.ei / cas.a lui Maria
casa.AD Maria.AD/Gen / casa.AD AD/Gen Maria
“a casa de Maria” (p.54) (sic)

Com respeito à ausência/presença do artigo definido, o autor diz que os femininos são sempre empregados com artigo e os masculinos e neutros só o são no

genitivo/dativo, sendo ele anteposto (p.135). Os topônimos e demais nomes próprios romenos, conforme Souza, recebem o artigo no nominativo, genitivo e dativo, sendo ele sempre enclítico (p.134).

Considerando o albanês, Souza (1994) diz que esta língua comporta-se como o grego moderno: topônimos e antropônimos masculinos e femininos recebem o artigo definido em todo o paradigma da declinação (p.136) – exceção seria feita aos usos não referenciais do nome próprio, como predicados nominais e complementos de verbos como *chamar-se* (estes últimos tratados aqui sob o rótulo de *nominação didática*).

Em húngaro, o uso do artigo definido antes de nomes próprios seria influenciado pelo tipo de registro, marcando um contexto mais informal (Souza, 1994:138) e em búlgaro, de acordo com o mesmo autor, os nomes próprios (antropônimos e topônimos) não são usados com o artigo (p.137).

No italiano, à parte da variação da ausência/presença de artigo definido antes de sobrenomes e apelidos que, conforme os gramáticos Dardano e Trifone (1995:157), pode depender de fatores como o tipo de registro e a referência a personagens famosos ou populares, os antropônimos recusam o artigo. São exemplos dos autores: *Daniele è un bravo ragazzo; ho scritto a Paola*. Entretanto, Dardano e Trifone afirmam que na região setentrional da Itália eles são precedidos de artigo: *ho visto la Carla; aspetto il Riccardo*. Pelo exposto, observa-se que na Itália o fenômeno da ausência/presença de artigo diante de antropônimo constitui um caso de variação regional.

Sobre o espanhol, os gramáticos afirmam que antes de antropônimos (desacompanhados de adjetivos) não se usa o artigo definido. Porém, vale a pena observar o que diz Gómez Torrego (2000): “Los nombres propios de persona no se combinan con artículo; de ahí que sea vulgar decir: **la María, *el Manolo, *la Rocío*” (grifo meu). Essa afirmação indica que a ausência/presença de artigo pode ser um caso de variação na língua espanhola (que provavelmente não se aplique a todas as zonas hispanoparlantes). Seria necessário entretanto uma futura pesquisa com dados desse idioma.

Passa-se agora aos casos do português. A ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos é um fenômeno que já chamou a atenção de vários autores. Entretanto, são poucos os trabalhos que tentaram oferecer uma descrição para o assunto. Quase sempre, as informações (às vezes impressionísticas) limitam-se a dizer que o antropônimo pode ocorrer ora articulado ora desarticulado. Nesta seção, será visto o que dizem algumas gramáticas históricas e tradicionais sobre o assunto, bem como os resultados encontrados por trabalhos que o enfocaram diretamente.

1.3.1. A gramática tradicional e a *Gramática de usos do português*

Em sua dissertação, Mendes (2000:20 e segs.) expõe o que vários autores tradicionais apresentam com relação à ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos. Nesta seção, comentam-se brevemente os trabalhos que são citados pela autora e, apresentam-se outros, que oferecem informações diferentes daquelas que constam em sua dissertação.

A autora retoma João de Barros e verifica que a ausência de artigo definido antes de antropônimo pregada pelo autor para o século XVI é encontrada nos seus dados de Barra Longa/MG, tanto nos de língua escrita pretérita quanto nos de língua oral contemporânea. Também Jerônimo Soares Barboza e Cláudio Brandão afirmam que o nome próprio dispensa o artigo definido, exceto quando precedidos de adjetivos.

Cunha e Cintra (1985) afirmam que o nome próprio deveria dispensar o artigo, mas razões diversas concorrem para que a norma não seja observada (p.216).¹⁹ Em seguida, apresentam vários casos de usos e omissões do artigo diante de antropônimos. A seguir, retoma-se a descrição que apresentam.

¹⁹ É curioso observar que afirmação semelhante já havia sido feita pelos gramáticos de Port-Royal. Arnaud e Lancelot (2001), em sua *Gramática de Port-Royal* – obra do século XVII que foi uma tentativa de expor o que seria comum a todas as línguas ou as particularidades de cada uma –, assumindo uma posição mais racionalista, afirmam que o artigo não deveria ser usado antes do nome próprio, já que este designa uma coisa singular e determinada. Entretanto, depois de dizerem que nem sempre o uso concorda com a razão, citam exemplos do francês, língua em que seria possível encontrar artigo diante de antropônimos, não comumente como no italiano. Conforme os autores, o artigo definido seria usado antes de nomes de pessoas só em caso de desprezo ou antes daqueles que tivessem sido formados a partir de nomes comuns, como *Le Roi* (O Rei).

Segundo os autores, os nomes próprios de pessoas não levam artigo, principalmente os que se referem a personalidades muito conhecidas, como *Camões*, *Dante*, *Napoleão*, mas é empregado se eles vêm precedidos de qualificativos (*O divino Dante*.), com um determinativo ou qualificativo, que denotam um aspecto, uma época ou uma circunstância da vida do indivíduo (*Era o Daniel de outrora que eu tinha diante de mim*.), em sentido depreciativo ([...] *o Zé da T'resa*), no plural (*Os dois Plínios*., *Eu vejo os Cipiões*, *vejo os Emílios*., *Os Goyas do Museu do Prado* - este último em um uso metonímico).

Nas observações que fazem, Cunha e Cintra dizem que é freqüente no Brasil e geral em Portugal o uso do artigo definido antes de nomes de batismo, o que lhes daria um tom de afetividade ou familiaridade. Assim, para os autores, os exemplos *Geraldo saiu agora*. e *O Geraldo saiu agora*. se diferenciariam pelo fato de que o primeiro (para eles, só possível em Portugal na língua escrita) apresenta a pessoa envolta de certa distinção, sentida como alguém mais distante, ao passo que o segundo, aponta a pessoa como alguém familiar, caseiro (p.218). Seriam ainda as alcunhas comumente precedidas de artigo (*Morreu o Palhaça*).

Também Neves (2000), em sua *Gramática de usos do português*, cujo objetivo é prover uma descrição de uso efetivo dos itens da língua (p.14), utilizando exemplos retirados do *corpus* constituído por textos escritos de literaturas romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, cita vários casos de uso e não uso do artigo antes de antropônimos. De acordo com a autora, o artigo definido é utilizado antes de antropônimos de pessoas conhecidas ou famosas, especialmente no registro coloquial (*Nosso povo é direcionado, faz o que o Roberto Marinha manda*.). Reconhece a autora, entretanto, que este é um uso ligado a costume regional, familiar ou pessoal (grifo meu) e por isso também há ocorrências de antropônimo sem o artigo (*Achei Elvira meio esquisita*.) (Neves, 2000:404). Continuando, afirma que não se usa o artigo se o registro é elevado e se se trata de pessoa famosa, mas não popular (*Antero de Quental foi budista, asseverando Penha que Junqueiro também o teria sido (...) Darwin e Tolstói (...) também o foram, inconscientemente*.)

Segundo Neves, também se utiliza o artigo antes de alcunhas (*Olha a Zefa*), embora possam aparecer também desarticuladas. É utilizado ainda, conforme a autora,

antes de: nomes designando dinastia (*Quem fez a gama e a glória de Roma foram os Césares ou os escravos e a plebe?*); sobrenomes designando um casal, uma família (Os Andradas *jamais deixaram de ter um representante no Congresso Nacional.*); nomes ou sobrenomes de artista para designação de suas obras (*Logo fico sabendo ser o dono do quarto, e por conseguinte da cama e do Picasso na parede.*); títulos, seguidos ou não do nome da pessoa (*Escrevendo estas linhas, tenho em mente o General Rondon e sua obra nas fronteiras do Brasil.*); uma designação colocada como cognome, em aposição a um nome próprio, ocorrência que também pode aparecer desarticulada (*Achou estranho que os reis já mortos estivessem ali e não houvesse nenhum retrato de Pedro, o Pacífico.*); uma classe de indivíduos, caracterizada a partir de atributos semelhantes aos da pessoa designada (*Um país para dar certo depende mais dos Dungas ou dos Romários?*) (Neves, 2000:405-407).

Com relação aos usos citados, verificamos que muitas vezes há uma tentativa de descrição/normatização que está longe de ser alcançada. A variação do fenômeno é percebida por todos os gramáticos, mas regras absolutas não conseguem dar conta de explicá-lo.

Alguns trabalhos recentes enfocaram diretamente o assunto. Embora o tenham feito com pressupostos teóricos distintos, basearam-se em uma análise de um *corpus* de determinada região. A seguir, comenta-se cada um desses trabalhos, apresentando os resultados obtidos, o que possibilitará visualizar um pouco a variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em alguns pontos do Brasil. Primeiramente, serão vistos os que utilizaram dados de localidades de Minas Gerais e posteriormente os que trabalharam com *corpora* de outros Estados.

1.3.2. A ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos: estudos realizados

1.3.2.1. Moisés (1995)

O objetivo de Moisés (1995) era investigar as condições de ocorrência do artigo no português culto falado em Belo Horizonte, orientada por uma abordagem

funcional-discursiva que, segundo suas palavras, considera a função comunicativa da linguagem. Para realizar a sua investigação, ela trabalha com dois *corpora*: o primeiro, formado por dez narrativas orais referentes a um mesmo filme, em que um falante o relatava a um ouvinte que não o havia assistido, e o segundo, composto por uma gravação de trinta minutos de conversa espontânea envolvendo seis falantes. Todos os seus informantes haviam concluído ou estavam concluindo curso superior (caracterizando o português culto da cidade), possuíam entre 21 e 39 anos de idade e eram residentes em Belo Horizonte fazia no mínimo 8 anos.

Na análise dos dados, como somente a conversa espontânea, ou seja, o segundo *corpus*, registrou ocorrências significativas de nomes próprios com ou sem artigos, (configurando 19,4% do total dos casos analisados contra 0,4% encontrados nas narrativas orais), a autora só utiliza esse *corpus* para a análise com esses elementos. Observa-se aqui que o trabalho da autora já oferece uma indicação de que a ocorrência de antropônimo, articulado ou não, está condicionada a determinados fatores textuais e extratextuais, o que será desenvolvido mais adiante em 2.2.1.4.

Nos dados de Moisés acima mencionados, ela encontra 76% de ocorrências de artigo definido antes de nome próprio, contra 24% de artigo-zero. Considerando somente a análise com antropônimos, ou seja, descartando os nomes próprios que se referiam a instituições, revistas, cursos, livros e peças de teatro, a autora encontra 61,5% de casos de uso do artigo definido contra 23% de ocorrências zero. Em sua análise, Moisés observa que, quando a preposição não atua, o nome próprio é articulado com mais frequência na posição SN1, à esquerda do verbo, diferentemente de quando há uma preposição, e a articulação se torna muito mais frequente na posição de SN2. Entretanto, não é feita nenhuma distinção dentro da classe de preposições.

Uma das conclusões a que a autora chega é a seguinte:

“...há uma tendência ao emprego do Art. Def junto ao antropônimo, mais nitidamente flagrada quando esse ocorre à esquerda do verbo. Ao que indicam os dados, o SN1 com N próprio de pessoa, com a função de sujeito ou de tópico de

sentença, recebe mais facilmente a marca do Art Def. (MOISÉS, 1995: 144-5)²⁰

Uma segunda conclusão a que chega se relaciona com a questão da presença de familiaridade ou intimidade apontada pelas gramáticas tradicionais como uma explicação para o uso do artigo definido antes de antropônimos. Embora a autora reconheça que, para comprovar ou negar esta justificativa, seria necessário um volume maior e mais variado de ocorrências de nome próprio, o que observa nos dados obtidos é que a intimidade entre falante e/ou ouvinte e o referente do antropônimo não é suficiente para garantir o uso ou não do artigo definido, contrariando o que dizem os gramáticos tradicionais (v. subseção anterior). Ela verifica que o mesmo falante utiliza o mesmo nome próprio ora articulado ora não articulado, independentemente do fato de que ele apareça no SN1 ou no SN2.

Ainda que o trabalho de Moisés tenha sido realizado com uma perspectiva teórico-metodológica diferente da que está sendo apresentada aqui, ele é de grande importância, na medida em que analisa dados orais de Belo Horizonte e apresenta resultados significativos sobre a ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos, que podem, dessa forma, contribuir para a configuração do mapa lingüístico desse fenômeno em Minas Gerais.

1.3.2.2. Mendes (2000)

Mendes (2000) investiga a ausência de artigo definido diante de antropônimos no português mineiro da cidade de Barra Longa, cidade situada a 172 km de Belo Horizonte, na Zona da Mata (v. mapa 4). Como o objetivo era realizar uma pesquisa diacrônica, verificando se o fenômeno em questão caracterizava-se como um caso de retenção lingüística, ela trabalhou com um *corpus* de língua escrita pretérita, constituído por 17 textos notariais e eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX e um *corpus* de língua oral contemporânea, constituído por *unidades temáticas* de gravações de conversas espontâneas realizadas com informantes idosos nascidos em Barra Longa. Os

²⁰ Em seu trabalho, a autora separa os sintagmas que se encontram à esquerda do verbo, SN1, daqueles

exemplos abaixo pertencem aos dois *corpora* da autora (conserva-se a numeração do seu trabalho):

- (4) ‘... que somente são minhas as que forão de Ø Paulo da Costa sitas entre as mesmas cazas do Santissimo...’ (língua escrita pretérita)
 (7) ‘eu istudei no Colégio Mariana no tempo de: Ø... Iolanda... ((boi)) no tempo de: Ø... Nair Garcia’ (língua oral contemporânea)

Entre os resultados obtidos, Mendes constata que a comunidade pesquisada reteve uma estrutura da língua pretérita dos séculos XVIII e XIX, que por sua vez remonta à língua latina. Além dessa que foi a principal conclusão do seu trabalho, a autora, a partir da análise sintática dos dados verifica que, na língua oral contemporânea da comunidade barra-longuense²¹, a ausência de artigo definido antes de antropônimo é condicionada à não ocorrência de nenhum item à esquerda do antropônimo, exceto quando, nesta posição, ocorrem os Qv *dona, doutor, tio, sá*.

Qv é um termo empregado pela autora para identificar itens como *mulher* (no sentido de esposa), *marido, tio, filho, irmão, primo*, etc. em posição anterior ao nome próprio, já que as propostas de análise consultadas não eram suficientes para caracterizar tais itens. Convém ressaltar que, para fazer a descrição dos dados, Mendes uniu a proposta de Perini (1996) para a área esquerda do SN, com sugestões de acréscimos, à de Mateus et alii (1989) para a área direita.

Após um levantamento quantitativo das ocorrências de antropônimo com ou sem artigo, Mendes (2000:138) afirma que:

“embora na LOC (língua oral contemporânea) sejam encontrados NSN-NPr e NSN2-NPr articulados independente de ocorrem (sic) quaisquer itens à esquerda deles, os falantes da cidade de Barra Longa tendem a utilizar, com maior freqüência, o artigo zero diante de NSN-NPr e/ou de Qv + NSN-NPr.”

Embora o trabalho de Mendes (2000) tenha sido diacrônico, com uma concepção de Linguística Histórica claramente definida, os resultados da autora, assim

que estão à direita, SN2.

como os de Moisés (1995) são de extrema relevância para a pesquisa que se apresenta aqui. As duas autoras trabalharam efetivamente com dados de língua oral, analisando o mesmo fenômeno em dois pontos distintos do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte e Barra Longa, e puderam dessa forma fornecer dados sobre a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em ambas localidades.

1.3.2.3. Silva (1996a) e Silva (1996b)

Com os dados do *Corpus Censo* (Rio de Janeiro), Silva (1996a) investiga a ausência/presença de artigo diante de antropônimos e de possessivos e afirma que a presença parece estar relacionada a problemas de discurso e a fatores de ordem semântica, como a presença dos interlocutores, a entrada de elementos ainda não conhecidos no discurso, a não especificidade do possuído e a referência a pessoas já conhecidas. Vejamos os resultados obtidos pela autora no que se refere à ausência/presença de artigo definido antes de antropônimos.

Antes, porém, é necessário observar que, dos dados analisados pela autora, foram eliminados aqueles do tipo *O livro do Pedro está na minha casa*. Segundo Silva (1996a:128), casos como deste exemplo, em que os artigos são precedidos por preposição com a qual podem contrair-se, mostraram-se categóricos, no sentido de favorecerem a presença do artigo, o que não ocorre nos dados obtidos para este trabalho, como se verá adiante.

As variáveis utilizadas pela autora para a análise foram as seguintes:

- a) *status* informacional (elemento novo X não novo);
- b) domínio público (personagens de domínio público X personagens não conhecidos pelo ouvinte);
- c) familiaridade de tratamento (batismo ou nome de família X batismo e nome de família X presença de título);
- d) escolarização (primário X ginásio X 2º grau);
- e) idade (7-14 X 15-25 X 26-49 X 50-71);

²¹ Detenho-me nos resultados desses dados, uma vez que os de língua escrita pretérita não interessam ao presente trabalho.

- f) sexo (masculino X feminino);
- g) mercado ocupacional (cotação alta X média X baixa);
- h) mídia (exposição forte X média X fraca);
- i) sensibilidade lingüística (alta X média X baixa).

Os resultados das variáveis a), b) e c) são os seguintes: com relação ao status informacional, o fato de o personagem ter sido ou não mencionado antes, a presença do artigo foi levemente estimulada pela variante elemento novo (67% - 0,54 novo; 72% - 0,46 não novo). Com respeito à familiaridade do falante com relação ao personagem citado, observou-se uma forte correlação entre a realização do artigo e a familiaridade com a entidade mencionada (batismo ou nome de família: 74% - 0,69; batismo e nome de família: 57% - 0,50; presença de título: 48% - 0,30). Com relação à variável domínio público, apenas os adultos mostraram-se sensíveis (personagem de domínio público: 69% - 0,45; personagem não conhecido pelo ouvinte: 73% - 0,55).

Com base nos resultados acima, a autora conclui que i) a familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada faz com que o falante se empenhe em definir melhor a entidade quando considera que o ouvinte não compartilha com ele desse conhecimento. Então, há um aumento no uso de artigos. ii) a familiaridade que o falante tem acerca da entidade faz com que ele aumente a realização do artigo. Assim, os nomes próprios de entidades familiares recebem mais o artigo que os nomes menos familiares.

Uma vez que os gramáticos relacionam o uso do artigo diante de antropônimos (para a autora, patronímicos) à questão da familiaridade, a autora examina livros didáticos infantis e verifica 13% de uso nos textos em prosa que, comparados com 73% da língua oral, levam-na a concluir que “a presença de artigo diante de patronímicos é característica de língua oral” (Silva 1996a:138). Em trabalho que realizei anteriormente (não publicado), observei que, em entrevistas publicadas em revistas de circulação nacional, a frequência de artigo definido antes de antropônimos é maior nos contextos onde se reproduz a fala do entrevistado do que naqueles escritos posteriormente pelos jornalistas para as revistas, o que também indica que a presença de artigo é um traço mais típico da língua oral.

Silva (1996a) afirma ainda que não é possível rastrear a frequência dos artigos diante de patronímicos através dos séculos (como havia feito com o artigo antes de possessivo), alegando o fato de que a maioria dos autores nunca usa o artigo. No entanto, este trabalho foi realizado por Mendes (2000), que constatou a retenção de uma estrutura lingüística pelos habitantes de Barra Longa/MG, e mesmo por Callou e Silva (1997).

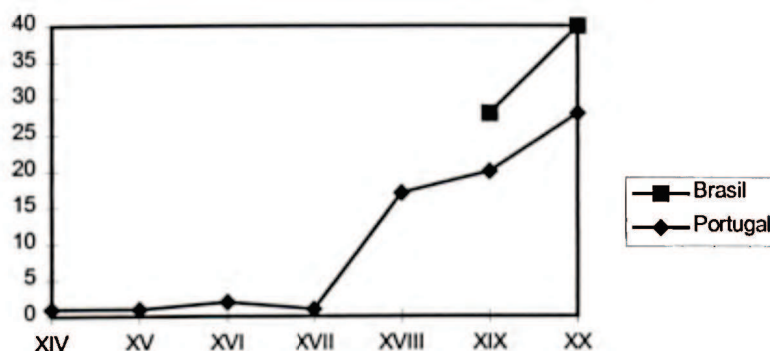
Com relação às outras variáveis, de d) a i), os resultados encontrados foram os seguintes: nos adultos, a variável d) escolarização atuou no sentido de privilegiar o emprego do artigo. Conforme os dados de Silva (1996b), os adultos com 2º grau (Ensino Médio) utilizam mais freqüentemente o artigo antes de patronímicos (76% - 0,57) que aqueles do primário (70% - 0,44) e do ginásio (66% - 0,49) (primário e ginásio correspondem ao atual Ensino Fundamental). Cruzando as variáveis d) escolarização e f) sexo, foi observado que os homens não parecem ser sensíveis à escolaridade e as mulheres aumentam regularmente o uso do artigo antes de patronímicos. Os dados de Silva mostraram que as mulheres empregam o artigo de forma ligeiramente mais regular à medida que se escolarizam (primário: 67% - 0,45; ginásio: 76% - 0,49; 2º grau: 82% - 0,56). Com respeito à variável e) idade, observou-se que as mulheres de idade mais avançada empregam mais os artigos, ao passo que os homens os utilizam menos. De forma integral, esta variável foi tida como irrelevante. A variável g) mostrou que os homens de ocupação profissional com alta cotação foi ligeiramente maior (80% - 0,56) que aqueles de média (54% - 0,48) e baixa (62% - 0,46). Em relação à h) exposição à mídia, viu-se que os informantes mais expostos à mídia usam mais freqüentemente o artigo antes de patronímicos (73% - 0,56) que os de exposição média (68% - 0,55) e fraca (70% - 0,40). A última variável, i) sensibilidade lingüística, mostrou que os falantes de alta sensibilidade lingüística usam mais o artigo (75% - 0,55) que os de média (70% - 0,52) e baixa (59% - 0,43).

1.3.2.4. Callou e Silva (1997) e Costa (1998)

Callou e Silva (1997) apresentam o resultado de análise diacrônica do uso/não-uso do artigo definido antes de possessivos e de antropônimos, com base em

corpora de língua escrita de Portugal e do Brasil. São analisados textos do português europeu do século XIII até hoje e do português brasileiro a partir do século XIX. (Callou e Silva (1997:13) argumentam que os textos dos séculos anteriores não retratam exatamente o português do Brasil.) Os resultados são apresentados no gráfico seguinte:

Gráfico 1 - Frequência de uso do artigo diante de antropônimos (Callou e Silva, 1997:14)



Pelo gráfico, observa-se que há um aumento significativo do uso de artigo diante de antropônimos a partir do século XVII em Portugal e também que, nos dois países, desde o século XIX, tem havido um aumento do uso do artigo no mesmo contexto.

Costa (1998) também pesquisou a ausência/presença de artigo definido no período arcaico. Observando o fenômeno em textos do século XIII a meados do século XVI, a autora encontra apenas 2 ocorrências de art. + NPP [nome próprio de pessoa], ambas do final do período arcaico (séc. XVI) – as outras ocorrências foram de NPP sem artigo (94,27%) e art.+ det [determinante] + NPP (5,6%) sendo os casos de determinantes: dito(s), dita(s), dauãdito(a), fobredito, mesmo, almirante. Uma das ocorrências, a própria autora afirma ser um caso de nome próprio com uma “conotação” de nome comum, “uma vez que é usado no sentido genérico, para designar um certo tipo de indivíduo” (Costa, 1998:118):

(...) Este perdám, conseguiu el-rei Ezequias, David, e **a Madalena** em casa de Simám leproso (...)

Voltando ao trabalho de Callou e Silva (1997), a partir dos resultados anteriores, as autoras fazem então uma análise com *corpora* de língua oral (falantes de nível universitário do projeto NURC, que engloba Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife). Conforme Callou e Silva, os grupos de fatores que favoreceram o uso do artigo foram: a) a presença de preposição; b) função sintática; c) grau de familiaridade; d) região de origem; e e) prosódia.

A partir de a), verificou-se o forte condicionamento do artigo à presença de preposições que com elas se contrai: *em, de, a, para* (45% - 0,77) em comparação com os casos com preposições em que não há a contração: *com* e *sobre* (17% - 0,0) e sem preposição (43% - 0,49). Com relação ao grupo b), a escala dos fatores favorecedores foi a seguinte: vocativo (inibidor do artigo), aposto (24% - 0,12), sem função definida (47% - 0,28), genitivo (51% - 0,34), objeto indireto (50% - 0,35), objeto indireto (46% - 0,41), predicativo (50% - 0,47), sujeito (45% - 0,61), tópico (82% - 0,95), adjunto adverbial (76% - 0,98). O fator c) mostrou-se relevante somente nos dados do Rio de Janeiro: pessoa de intimidade do falante (49% - 0,67), nome público (37% - 0,23), não há referência quanto ao grau de intimidade (17% - 0,26). O fator d) região de origem revelou que as capitais do Sul e Sudeste utilizam o artigo com maior frequência (Porto Alegre: 79% - 0,81; São Paulo: 87% - 0,88; Rio de Janeiro: 43% - 0,52; Salvador: 32% - 0,30; Recife: 17% - 0,20). O fator e) apontou uma preferência pelo uso do artigo em vocábulos de até duas sílabas (2 sílabas (1ª tônica): 80% - 0,71; 2 sílabas (1ª átona): 72% - 0,70; 3 (ou +) sílabas (1ª átona): 50% - 0,46; 3 (ou +) sílabas (1ª tônica) 17% - 0,15).

Com respeito aos resultados do grupo d), região de origem, as autoras chamam a atenção para o fato de se realizar menos o artigo onde há maior conservadorismo lingüístico, além de afirmarem: “quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo.” (Callou e Silva, 1997:22). Porém, elas não esclarecem o que seria esse conservadorismo lingüístico. Associá-lo à antigüidade da colonização não parece ser adequado, pelo que foi observado no caso dos municípios mineiros (ver 2.2.1.1).

Entre as conclusões, Callou e Silva levantam a hipótese da distribuição regional do artigo relacionar-se à diferença de ritmo entre a fala do norte/nordeste e

sul/sudeste do país, uma explicação que vai além da questão da *definitude*. Para testar a hipótese das autores, seria necessário analisar a variação de traços prosódicos também em Minas Gerais, uma vez que aqui já há a variação sintática da ausência/presença do artigo antes de antropônimos.

Apesar de o trabalho de Callou e Silva ser relevante para o conhecimento da ausência/presença do artigo definido antes de antropônimo no Brasil, incluir a região como fator condicionador, da forma que fizeram, não parece ser uma boa alternativa. Primeiramente, pode-se indagar até que ponto seria possível dizer que *a região* favorece uma determinada variante. Em segundo lugar, durante a análise variável, uma região poderia anular o efeito de outros grupos de fatores, como foi observado em testes realizados com os dados deste trabalho.

Todos os trabalhos anteriores trataram a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos com *corpora* de diferentes localidades do Brasil e fornecem dados sobre a variação estudada. Como foi exposto na Introdução, este trabalho vem contribuir para o conhecimento do mesmo fenômeno em outras localidades. Vejamos então quais são os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa realizada.



Capítulo 2

Pressupostos teórico-metodológicos

As diferenças dialetais ou de falares sempre despertaram interesse entre os homens. É bastante comum encontrar pessoas (não lingüistas) fazendo comentários sobre o jeito diferente de falar de alguém que mora em outra região. Não é difícil, por exemplo, para um brasileiro reconhecer se um falante é do Nordeste ou do Sul do país, observando os seus traços lingüísticos. Da mesma forma, em Minas Gerais, é possível, muitas vezes, reconhecer a origem de uma pessoa através da observação das características de sua fala.

Observações como essas, ou seja, de diferenças dialetais, já aparecem no diálogo *Crátilo*, de Platão. No início desta obra, Sócrates e Hermógenes discutem quais seriam as propriedades do *nome*. Hermógenes, ao responder à pergunta de Sócrates se as coisas teriam tantos nomes quantos os que se lhes atribuíssem, diz que observa que em diferentes cidades as mesmas coisas têm nomes diferentes, verdade verificada comparando helenos com helenos e helenos com bárbaros (Platão, 1973:122). Pode-se notar que, além da questão da arbitrariedade do signo lingüístico, observada pelas diferenças dos nomes entre helenos e bárbaros, o comentário feito com relação às diferenças entre helenos e helenos, diz respeito às diferenças léxicas dialetais existentes que já tinham sido notadas.

Um exemplo mais trágico de reconhecimento de diferença dialetal, lembrado por Chambers e Trudgill (1998:13), é o que aparece no Antigo Testamento, em Juízes 12, 4-6. Os habitantes de Galaad, após derrotar os de Efraim, ocuparam os vaus do Jordão. Cada vez que um fugitivo de Efraim queria passar, perguntavam-lhe se era efraimita. Depois de responder *não*, pediam-lhe que dissesse *chibótet*, nome correspondente à espiga de milho. O efraimita pronunciava *Sibólet* e por isso era preso e degolado (Bíblia sagrada, 1998:290-291). Dessa forma, como se pode notar, a diferença de pronúncia servia para identificar a origem do falante.

Apesar de observações sobre as diferenças dialetais estarem presentes ao longo da História, foi somente no século XIX que os estudos sistemáticos de dialetologia tiveram início. A seguir, apresenta-se um breve histórico desses estudos, com base principalmente em Chambers e Trudgill (1998) e Ferreira e Cardoso (1994), com o objetivo de situar a questão dos estudos dos fatos sintáticos na área, que não

recebem o mesmo tratamento que os fônicos e léxicos. Também será dada atenção à questão da ausência do estudo do fenômeno da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, no caso dos trabalhos em língua portuguesa.

2.1. LÍNGUA E SOCIEDADE: OS ESTUDOS DIALETOLÓGICOS E SOCIOLINGÜÍSTICOS

Os estudos dialetológicos surgiram de forma sistemática na segunda metade do século XIX e foram uma resposta aos trabalhos filológicos que vinham se desenvolvendo e aos avanços que mais tarde dariam espaço à Lingüística Moderna. Os neogramáticos estavam preocupados com a busca da regularidade das leis fonéticas e as diferenças dialetais eram uma clara evidência da variação lingüística. Nesse contexto, surge a Geografia Lingüística, um método para registrar as diferenças dialetais.

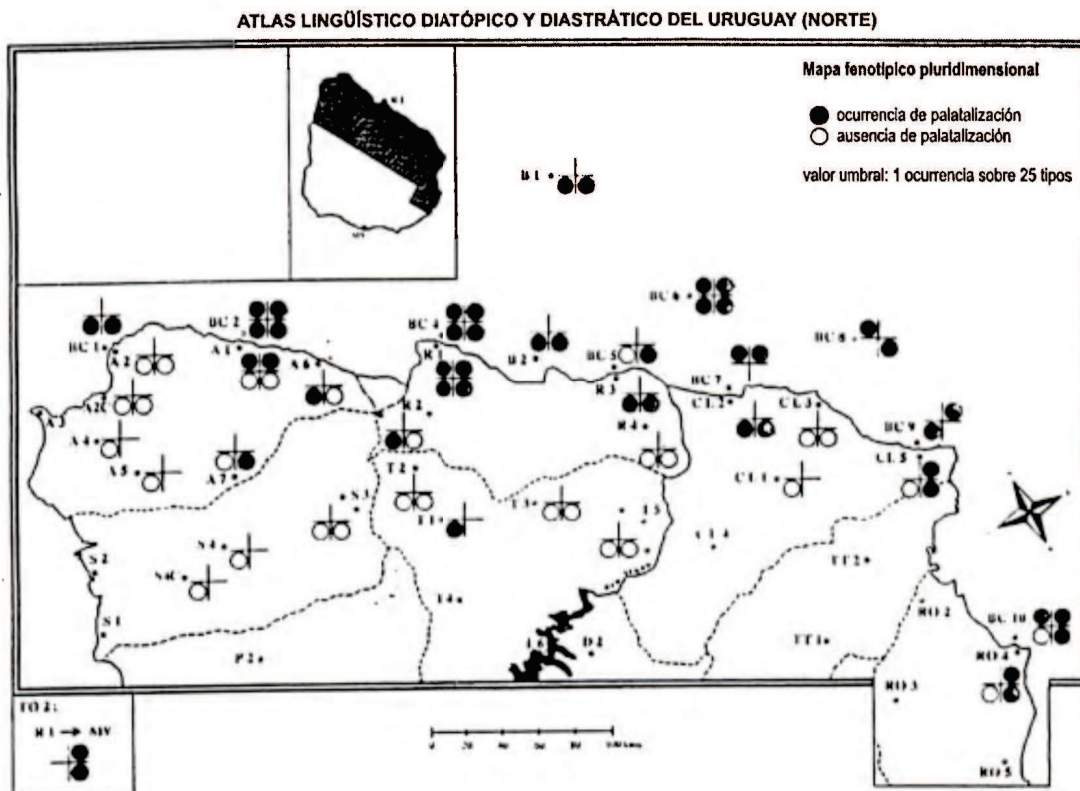
A primeira entrevista dialetal dentro da Geografia Lingüística foi realizada, segundo Chambers e Trudgill (1998:15) por Georg Wenker, em 1876, na Alemanha. Uma lista de frases em alemão padrão foi enviada a escolas de todo o país, para que fossem transcritas no dialeto local. Como obteve uma grande quantidade de dados, Wenker acabou publicando, em 1881, um atlas com dados do centro e norte do país, com o título de *Sprachatlas des Deutschen Reichs*. Este foi o primeiro atlas lingüístico publicado. Na Dinamarca, de 1898 a 1912, foram publicados os resultados de um trabalho semelhante realizado por Marius Kristensen.

Jules Gilliéron, na França, aprimorou o método de Wenker. O autor francês elaborou um questionário lingüístico e substituiu o envio postal por um pesquisador para ir às localidades recolher os dados com uma transcrição fonética. Edmond Edmont, um francês sem formação lingüística, foi treinado por ele para realizar a pesquisa de campo e durante quatro anos (1896 a 1900) percorreu 639 pontos diferentes da França colhendo os dados, que eram enviados para Gilliéron. A publicação do *Atlas Linguistique de la France* (ALF) foi feita entre 1902 e 1910 (cf. Chambers e Trudgill, 1998).

A metodologia de Gilliéron inspirou, na primeira metade do século XX, outros trabalhos dialetológicos em diversos países, como Estados Unidos, Itália, Suíça,

Espanha, Romênia, Inglaterra, Brasil, entre outros, cujos pesquisadores se empenharam em realizar atlas lingüísticos, fossem nacionais ou regionais. Na segunda metade do século XX, com o surgimento da Sociolingüística ou Teoria da Variação, vários trabalhos dialetológicos tomaram outro rumo. Como afirmam Chambers e Trudgill (1998), uma dialetologia urbana começa a fazer parte desses trabalhos.

Um exemplo recente de um trabalho dialetológico com uma nova metodologia é o *Atlas lingüístico diatópico e diastrático del Uruguay* (ADDU), no qual, segundo Elizaincín y Thun, estão envolvidos um grupo de lingüistas uruguaios e um grupo de romanistas alemães. Para os dois autores citados, esse atlas diverge de outros que utilizaram a metodologia tradicional, como o *Atlas Linguistique de la France*, o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* e o *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Colombia*. Conforme ainda Elizaincín e Thun, o ADDU opõe os grupos urbanos aos grupos rurais, distingue dois níveis socioculturais (de acordo com a escolaridade), opõe também a fala dos jovens à dos velhos, registra as diferenças de três estilos de fala, etc. Um exemplo de uma carta desse trabalho é o Mapa 1, onde, para cada localidade, há uma cruz. A leitura é feita da seguinte forma: os dois compartimentos superiores da cruz correspondem aos dois grupos socioculturais altos e os dois inferiores, aos dois grupos socioculturais baixos. Além disso, os dois compartimentos à esquerda correspondem à fala dos velhos e os da direita, à dos jovens.



**Mapa 1 – Exemplo de carta do
Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay**

Alguns pontos importantes relacionados a essa nova metodologia serão discutidos em 2.2.

No Brasil, segundo Ferreira e Cardoso (1994), a primeira manifestação de natureza dialetal foi o capítulo escrito em 1826 por Domingos Borges de Barros ao livro *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe*, em que apontava características da língua do novo mundo. A partir de então, as autoras dividem a história dos estudos dialetais brasileiros em 3 fases:

Primeira fase: de 1826 a 1920, caracterizada pela publicação de diversas obras voltadas para o estudo do léxico e de suas especificidades no português no Brasil. Surgem dicionários, vocabulários e léxicos regionais.

Segunda fase: iniciada em 1920 com a publicação de *O dialeto caipira*, de Antenor Nascentes, que se preocupou com a dialeção do português do Brasil, porém

sem ainda com uma pesquisa sistemática *in loco*, e seguida por *O linguajar carioca em 1922*, de Antenor Nascentes.

São também desse período algumas obras que tratam do léxico regional, outras que se preocupam com questões da língua portuguesa no Brasil, como *A língua do Brasil*, 1946, de Gladstone Chaves de Melo, outras que tratam de aspectos de uma área geográfica específica, como *A língua do Nordeste*, 1934, de Mário Marroquim, ou que se preocupam com presença de elementos africanos na língua portuguesa do Brasil, como *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, 1933, de Jacques Raimundo (cf. Ferreira e Cardoso, 1994).

É importante ressaltar que, diferentemente de outros autores da época, Marroquim (1934:168) já observa uma variação dialetal no uso/não-uso do artigo antes de antropônimos. Segundo o autor, em Alagoas os nomes próprios vêm acompanhados de determinativo articular, como em *A Maria está na escola*, enquanto em Pernambuco não se usa o artigo: *Maria está na escola*. As informações não decorrem, todavia, de pesquisa realizada de forma sistemática com um *corpus* específico.

No segundo capítulo da segunda edição de *O linguajar carioca*, obra publicada em 1953, cujo objetivo, segundo o autor, era fixar o linguajar da cidade do Rio de Janeiro no primeiro centenário da Independência, Nascentes situa o linguajar carioca dentro do conjunto do falar brasileiro, propõe uma divisão dialetal (reelaborando a de 1922), feita a partir de suas observações realizadas nas viagens por todo o país (Mapa 2) e critica as divisões anteriores, como a de Júlio Ribeiro, de 1891, de Maximiliano Maciel, de 1950 e de Rodolfo Garcia, de 1915. A seguir, apresenta as características do *linguajar carioca* — que seria uma variedade do subfalar fluminense — no âmbito da Fonética, da Morfologia, da Sintaxe, do Léxico e apresenta um vocabulário com locuções populares no Rio de Janeiro. Porém, nenhuma menção é feita à ausência/presença do artigo definido antes de antropônimos.



Mapa 2 – Áreas lingüísticas do Brasil (Nascentes, 1953)

Terceira fase: caracteriza-se pelo trabalho com *corpus* lingüístico recolhido sistematicamente e pelo desenvolvimento da Geografia Lingüística no Brasil. Em 1952, surge a iniciativa de se fazer o atlas lingüístico nacional, cuja realização será tida como impraticável pela amplitude do território nacional.²² Desde então, vêm-se realizando atlas lingüísticos regionais, como o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1962), o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (1977), o *Atlas Lingüístico da Paraíba* (1984), o *Atlas Lingüístico do Sergipe* (1987), o *Atlas Lingüístico do Paraná* (1996) e o *Atlas Lingüístico-etnográfico da região Sul*, além de dissertações e teses que são resultados de pesquisas dialetais específicas (cf. também Aragão, 1997). A seguir, serão comentadas a pesquisa realizada em Minas Gerais que resultou no *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG) e a posterior divisão do Estado em três falares.

²² Essa iniciativa será retomada em Salvador, em 1996, por pesquisadores da área, com a criação do Comitê Nacional do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Mota e Cardoso, 2000; Comitê Nacional do Projeto AliB, 2001).

2.1.1. O *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* e a divisão dos falares de Minas Gerais

Em 1977, seguindo a orientação de Antenor Nascentes de elaboração de atlas regionais que posteriormente pudessem compor um atlas geral, Ribeiro et al. publicam o primeiro volume do *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*, resultado de uma pesquisa dialetológica realizada no Estado. Uma equipe de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme Ribeiro et al. (1977), percorreu milhares de quilômetros, realizando uma pesquisa direta, *in loco*, em 116 municípios mineiros, entre grandes e pequenos centros, colhendo dados através de uma gravação de conversação semi-dirigida e fazendo uso de um questionário com 415 perguntas, elaborado para esse objetivo e ordenado em grupos semânticos. Foram inquiridos homens e mulheres com idade variável de 30 a 50 anos, com nenhuma ou pouca escolaridade. Ainda segundo os autores, foi realizada também uma pesquisa indireta, por correspondência e questionário próprio enviado a 672 municípios, com o objetivo de testar e controlar as respostas obtidas em determinadas áreas.

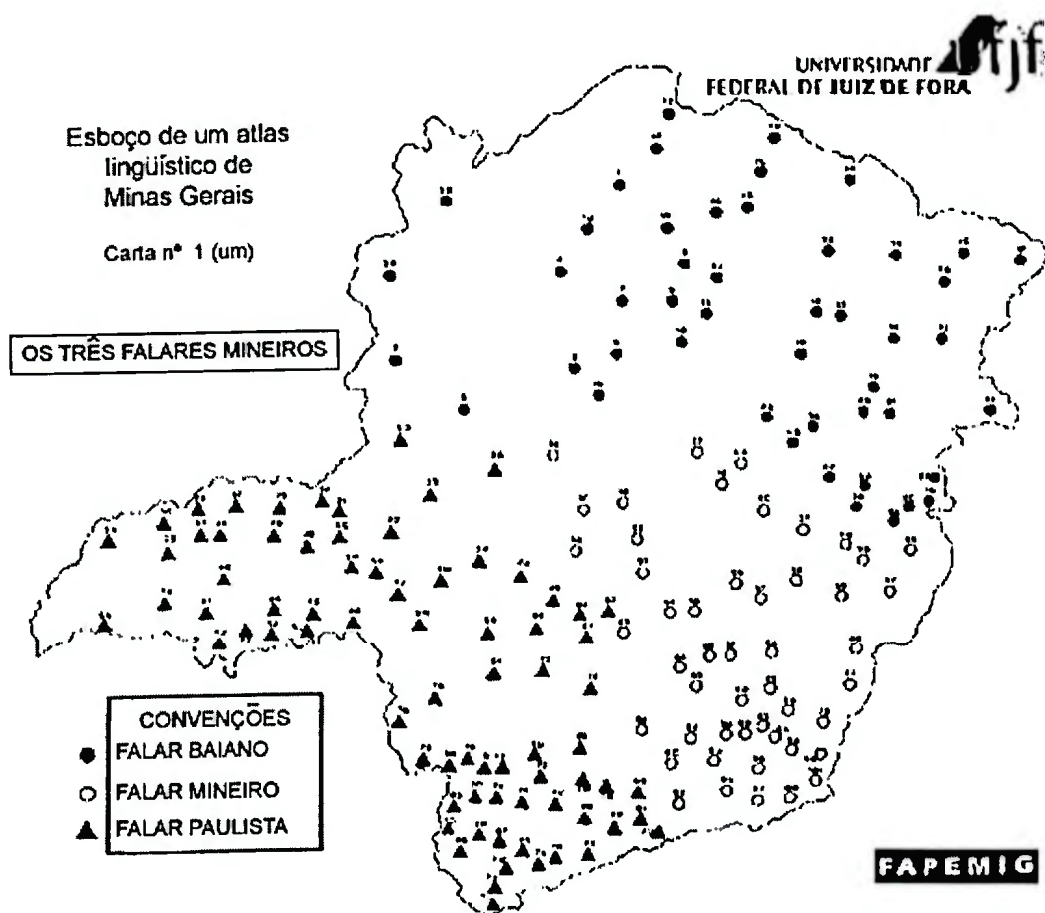
A publicação de 1977 apresenta cartas léxicas e fonéticas, elaboradas com os dados obtidos a partir de inquéritos dirigidos que, segundo os autores (Ribeiro et al., 1977:18), objetivavam apresentar a variação lexical mineira em dois campos semânticos definidos (tempo e folguedos infantis de rua) e três segmentos (fones) nos limites virtuais de sua distribuição diatópica.

Ao explicar a metodologia do trabalho, os autores do EALMG expressam a necessidade de suprimir inteiramente o diálogo de conotação morfossintática, alegando uma inviabilidade em aplicá-lo. Não dizem, porém, quais os problemas tinham e nem explicam por que foi considerado inviável. Apontam somente que deveria ser reformulado antes de ser utilizado (Ribeiro et al., 1977:226).

Posteriormente, Zágari (1998) apresenta uma divisão de Minas Gerais em três falares: *baiano*, *paulista* e *mineiro*. São palavras do autor:

“Minas Gerais apresenta acentos, fones, ritmos de fala e preferências lexicais distintas em, pelo menos, três de suas regiões, independentemente de seus estratos sociais. Há um falar

no sul e no Triângulo que se distingue do Norte, os quais, por sinal, se diversificam do da região formada pelas Zona da Mata, Metalúrgica, Vertentes e Belo Horizonte e arredores.” (Zágari, 1998:32) (Cf. Mapa 3.)



Mapa 3 – Falares de Minas Gerais (Zágari, 1998)

Adotando a noção de *falares* de Câmara Júnior, entendidos como “línguas de pequenas regiões, através de um território lingüístico dado, que se distinguem uma das outras por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas numa língua comum” (Câmara Júnior, 1968:151 *apud* Zágari, 1998:33), o autor caracteriza da seguinte forma os três falares:

- i) **falar baiano**: caracterizado pela predominância das vogais pretônicas baixas, como em [ɔr'valu], [sɛ'rɛnu]; presença da africada [tʃ] antecedendo a vogal alta [i], como em ['mutʃu]; realização de [t] e [d] como coronais, como em [i'dadi] e ['dɛti] e nasalidade fora da sílaba tônica em itens como [bã'nãna]. Possui também itens lexicais cujo significado é desconhecido em outras regiões, como *neve* (= cerração), entre outros; (p.34)
- ii) **falar paulista**: caracterizado pelo **r** retroflexo [ɹ] como em *aborto*, por um ritmo de fala mais veloz e por certas preferências lexicais, como *ramona* (=grampo), entre outras; (p.34)
- iii) **falar mineiro**: sem nenhum dos traços acima, seria caracterizado por desfazer constantemente os ditongos [aj], [ej] e [ow] quando não finais e pelo surgimento de outros, quando finais e antecidos de sibilante, como em [a'xoys], ['fajs] e ['nojs] (p.35).

Os dados com os quais se definiram os falares de Minas são principalmente de natureza fônica e léxica. Nenhum fenômeno sintático é mencionado. Zágari (1998:32) ainda afirma que esses falares, “que possuem características próprias em seu aspecto fonético e no ritmo da fala, não se divergem no aspecto sintático, cuja gramática passa a funcionar de acordo com os estratos sociais e o maior ou menor índice de escolaridade”.

Na região do mesmo falar, o mineiro, trabalhos como os de Moisés (1995) e Mendes (2000), comentados no primeiro capítulo, sugerem a presença de uma variação sintática no Estado, o que oferece indícios de que são necessários novos dados para comprovar ou não a afirmação acima. Contribuir para um melhor entendimento dessa questão constitui um dos objetivos deste trabalho, que leva em conta não somente aspectos diatópicos, mas também diastráticos.

Afirmou-se acima que Zágari (1998) define três falares em Minas e que, para fazê-lo, adotou a noção de *falar* de Câmara Júnior, que diverge daquela apresentada

por outros autores. Ferreira et al. (1996:483), por exemplo, afirmam que na tradição da escola lisboeta de dialetologia “o termo *dialeto* é usado para variedades que definem uma zona, enquanto *falar* é reservado a variedades que ocupam apenas uma localidade”.

O que se observa é que há uma longa discussão sobre as definições de *falar*, *dialeto* e *língua*, que não se retomará aqui. Também será adotada a noção de *falar* de Câmara Júnior, embora não seja o objetivo deste trabalho delimitar áreas lingüísticas (falares), mas apenas fornecer contribuições para que futuras pesquisas o façam.

Com a ausência de dados de natureza morfossintática nos trabalhos comentados acima, perde-se a oportunidade de obter uma descrição sobre as possíveis variações existentes em Minas Gerais, entre elas a da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Na verdade, essa ausência se relaciona com outra questão, que é a da pouca inclusão de fenômenos morfossintáticos nos estudos dialetológicos, tema que será tratado a seguir.

2.1.2. A sintaxe nos estudos dialetológicos

Na história dos estudos dialetológicos que seguem a tradição européia, a sintaxe tem recebido pouca ou nenhuma atenção. Conforme aponta Cohen (2000a), embora a variação sintática seja conhecida, estudada e discutida pelos estudiosos da língua, não tem sido utilizada para definir áreas lingüísticas no nosso estado. Com efeito, as questões sintáticas (ou morfossintáticas) têm estado presente nos trabalhos contemporâneos, mas não com o mesmo peso que as questões fônicas e léxicas, que sempre predominaram. Considerando os questionários do projeto ALiB, por exemplo, 170 questões compõem o fonético-fonológico, 202, o semântico-lexical e apenas 49, o questionário morfossintático. Da mesma forma, o questionário do *Atlas Lingüístico Mexicano*, compunha-se, segundo Zamura Munné e Guitart (1988:175), de 407 questões de fonética, 350 de léxico e 243 de morfossintaxe.

Para entender um pouco essa predominância de questões fônicas e léxicas, é preciso voltar à história dos estudos dialetais. Os primeiros atlas de grande domínio utilizavam perguntas gerais, que pudessem ser aplicadas a culturas, dialetos e inclusive

línguas diferentes. Esse foi o caso do ALF e do *Sprach-und Sachatlas Italiens und der Südschweiz* (AIS), publicado entre 1928 e 1940, que segundo García Mouton (1996:68)

“respondían a una necesidad de contar con una visión de conjunto, de saber sobre una situación dialectal que podía verse alterada en poco tiempo. Al entrevistar territorios tan extensos, la red de encuesta no podía ser estrecha, no se podía encuestar en muchos lugares; el cuestionario, en estos casos, tenía que caracterizar a través de sus preguntas a grandes pinceladas, y poco más, para poder adaptarse a culturas diferentes, dialectos e incluso lenguas distintas, y a tierras alejadas entre sí, de modo que para este tipo de atlas sólo resultaban útiles las preguntas más generales.” (grifos meus)

Dessa forma preparavam um questionário de perguntas que atingissem um nível lexical que pudesse ser compartilhado por diferentes populações. Outros trabalhos dialetológicos realizados na primeira metade do século XX também seguiram esse caminho.

Ainda que novas variáveis estejam sendo utilizadas nas pesquisas dialetais atuais, como se verá, a maior parte dos questionários dialetológicos se centraliza em questões de caráter fônico e léxico, separadas em grupos de campos semânticos distintos. Sobre este método explicam Chambers e Trudgill (1998:23-24):

“A organização básica do questionário é geralmente de acordo com campos semânticos. Uma vez que as unidades léxicas e as categorias gramaticais que se espera que revelem variantes dialetais são determinadas, elas são reunidas em grupos semanticamente similares, com a esperança de que o informante se centre mais no tema que na forma de suas respostas. Tanto para as pesquisas inglesas quanto para as americanas, os campos semânticos incluem áreas tais como: técnicas agrícolas, flora e fauna, clima, atividades sociais, parentesco e assim por diante.”²³

²³ Do original em inglês: “The basic organisation of the questionnaire is generally according to semantic fields. Once the lexical items and grammatical categories that are expected to reveal dialectal variants are determined, they are then clustered into semantically similar groups in the hope that the informant will be encouraged to focus on the subject matter rather than on the form of his answers. For both the English and the American surveys, the semantic fields include such areas as farming techniques, flora and fauna, the weather, social activities, kinship and so on.”

Radtke e Thun (1999:47), por sua vez, falam da dificuldade *de estimular configurações sintáticas de formas comparáveis* (sic) e por isso a sintaxe seria uma filha “enteada” da Geolingüística. Afirmam ainda os autores que podemos apenas fazer conjeturas sobre a dimensão da variação sintática e que, apesar disso, não devem ser grandes as diferenças entre as variedades no nível da oração. No entanto, adiantando o que será visto adiante, este trabalho vem demonstrar que, no que se refere à ausência/presença do artigo definido antes de antropônimo, há um explícito caso de variação dialetal.

2.1.3. A pesquisa sociolingüística

Paralelos aos últimos trabalhos dialetológicos citados (da segunda metade do século XX), preocupados com a variação lingüística no espaço ou variação horizontal, realizam-se pesquisas sociolingüísticas que se ocupam da variação lingüística vertical, principalmente nos grandes centros urbanos. Esses trabalhos utilizam uma abordagem teórico-metodológica inspirada no modelo laboviano, que começou a ser desenvolvido na década de 60.

O objeto de estudo da Sociolingüística Laboviana, Variacionista ou Quantitativa (doravante Sociolingüística) é a gramática de uma *comunidade de fala*, que tem, como característica, a heterogeneidade, ou seja, assume-se que a variação é inerente ao sistema lingüístico e busca-se sistematizá-la, correlacionando formas variantes a fatores internos ou externos à língua. Estabelece-se assim uma relação entre língua e sociedade. Vale a pena ressaltar aqui que, antes do desenvolvimento dos estudos sociolingüísticos, essa relação já vinha sendo feita, de outra maneira, pelos dialetólogos e já tinha sido postulada por outros lingüistas como Schuchardt e Meillet (cf. Faraco, 1991:96-97).

As unidades de análise da Sociolingüística são as formas lingüísticas *variantes*, definidas como sendo duas ou mais maneiras alternativas de dizer a mesma coisa e com o mesmo valor de verdade (Labov, 1972:208). Chama-se *variável lingüística* o conjunto dessas variantes, que podem, de acordo com o uso que se faz

delas socialmente, ser classificadas como: i) variante padrão ou não-padrão; ii) variante de prestígio ou estigmatizada; iii) variante inovadora ou conservadora.

Neste trabalho, assume-se que a presença e a ausência de artigo definido antes de antropônimos constituem variantes, uma vez que se enquadram na definição acima. Entretanto, classificá-las de acordo com o que foi exposto parece ser problemático. Baseando-se na posição dos gramáticos mais tradicionais, seria padrão a ausência do artigo antes de antropônimos (recorde-se que para a maioria deles a presença é associada à linguagem coloquial ou familiar). Com relação ao prestígio, não seria possível classificar as variantes deste trabalho em *forma de prestígio* ou *forma estigmatizada*. Nenhuma delas parece receber avaliação social negativa. Com respeito à última classificação, *inovadora X conservadora*, embora a questão da mudança em progresso não seja o foco desta pesquisa, poder-se-ia chamar de variante inovadora a presença do artigo antes de antropônimos, baseando-se nos trabalhos com uma abordagem histórica realizados sobre o assunto (Mendes, 2000; Costa (1998); Callou e Silva (1997)).

Tem sido bastante vasta a produção na área da Sociolinguística, mas há dois projetos que merecem ser citados, uma vez que, a partir dos dados obtidos pelos seus pesquisadores, já foram realizados trabalhos sobre a ausência/presença de artigo diante de antropônimos, conforme exposto no capítulo anterior. São eles o projeto *NURC* (Projeto de Estudo Conjunto da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil), que engloba cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, e o *Projeto Censo*, da cidade do Rio de Janeiro.

A partir de agora, será apresentada toda a metodologia utilizada para esta pesquisa, demonstrando os métodos e procedimentos utilizados desde a coleta de dados até a sua quantificação.

2. 2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

2.2.1. A coleta de dados

Como a intenção do trabalho aqui apresentado era registrar a variação regional de um fenômeno lingüístico, foi utilizada a metodologia da Geografia Lingüística que, como afirma García Mouton (1996:63), estuda a variação da língua no espaço e a reflete sobre mapas. Algumas adaptações, no entanto, tiveram de ser feitas.

A Geografia Lingüística opera com os seguintes elementos: rede de pontos, informante, entrevistador e questionário. Todos eles, bem como as adaptações que se fizeram necessárias, serão comentados a seguir.

2.2.1.1. Rede de pontos

O Estado de Minas Gerais possui 853 municípios, distribuídos em uma área de 588.384 km², o que o coloca em 4º maior Estado brasileiro em extensão, maior inclusive que países como a França. Como é praticamente impossível realizar uma pesquisa dialetal que abranja toda essa área, isto é, realizando pesquisa *in loco* em todos os municípios, qualquer trabalho dessa natureza que se queira pôr em prática terá que definir critérios para a escolha das localidades a serem pesquisadas.

Os primeiros trabalhos dialetológicos se realizavam com dados de regiões isoladas, evitando os grandes centros urbanos. As características do mundo moderno, principalmente o deslocamento de grande parte da população do campo para as cidades, obrigaram os estudiosos a reconsiderar a proposta inicial. Atualmente, muitos trabalhos dialetológicos incluem tanto zonas rurais como grandes cidades.

Segundo Ferreira e Cardoso (1994), na etapa do estabelecimento da rede de pontos ou localidades em um trabalho da área, fatores como os abaixo relacionados devem ser levados em conta, para oferecer ao investigador informações sobre aspectos extralingüísticos que possam atuar no sistema lingüístico:

- a) distribuição geográfica dos pontos;
- b) densidade demográfica da região;

- c) os limites geopolíticos;
- d) importância da localidade no estado ou região;
- e) existência de zonas dialetais já delimitadas;
- f) tempo de existência da localidade;
- g) história, processo de povoamento e grau de desenvolvimento da localidade;
- h) grau de isolamento da localidade;

Como a idéia inicial deste trabalho não era realizar um atlas lingüístico e sim um estudo da variação de um fenômeno sintático específico, alguns dos fatores acima tiveram maior relevância na escolha das localidades.

O primeiro entre eles foi o fator e), uma vez que já havia uma proposta de divisão de falares definida para Minas Gerais, a de Zágari (1998). Embora ela tenha sido elaborada a partir de dados de natureza fônica e léxica, como visto anteriormente em 2.1.1, objetivava-se confrontá-la com os dados de natureza sintática obtidos. Dessa forma, escolheram-se três pontos de diferentes regiões do Estado e que também possibilitassem fornecer dados dos três falares mineiros previamente definidos.²⁴

O fator f) também teve grande relevância. Evitou-se ir a cidades novas, uma vez que se buscavam informantes nascidos na região e preferencialmente filhos de pais também da região, para que se pudesse obter uma fala desenvolvida na localidade. Informantes com esse perfil dificilmente seriam encontrados em municípios novos. Com efeito, as cidades onde foram gravadas as entrevistas, Campanha, Minas Novas e Paracatu, são todas do século XVIII. O primeiro ponto em que foram coletados dados, Paracatu, coincidia, na verdade, com as localidades escolhidas pelas equipes do Projeto Filologia Bandeirante e para a sua escolha foram seguidos critérios deste projeto, como havia acontecido com a cidade de Barra Longa/MG – a meta inicial do referido projeto era fazer uma incursão nas trilhas das bandeiras de fins do século XVII e sua repercussão no século XVIII, com o objetivo de recolher traços da língua portuguesa antiga ou dos séculos XVII e XVIII (v. Cohen, 1997:79; Megale, 2000). Chega-se assim ao fator g) história, processo de povoamento e grau de desenvolvimento da localidade.

²⁴ Do falar *mineiro* foram considerados os resultados dos trabalhos de Moisés (1995) e de Mendes (2000), conforme visto em 1.3.2.

Os bandeirantes, de fato, começaram um processo de penetração no território que hoje forma o Estado de Minas Gerais. Apesar de andarem por toda parte e explorarem a região, conforme Prado Júnior (1977:39), não fixavam povoações. Foi na primeira metade do século XVIII que se deu uma intensa e rápida dispersão pelo território, após a descoberta do ouro na última década do século XVII. Do sul ao norte, de acordo com o mesmo autor, a mineração criou uma via de povoamento, que levou à formação das vilas de São João e São João Del-Rei (hoje Tiradentes), Vila Rica (hoje Ouro Preto), Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e Arraial do Tejuco (Diamantina). Para Prado Júnior (1977), foram pontos secundários da mineração: Minas Novas, Minas do Rio Verde (hoje Campanha), Minas do Itajubá, Minas do Paracatu, este estando entre as últimas descobertas, em 1744.

Com o declínio da atividade de mineração, ocorre um processo de despovoamento das áreas em que ela era realizada. O movimento é centrífugo, da área central para a periferia: Minas vai deixando de ser mineradora para tornar-se pastoril. Paracatu é um caso de forte despovoamento, centralizando suas atividades na pecuária (cf. Prado Júnior, 1977).

Todos os municípios em que se realizou a coleta de dados para esta pesquisa, Campanha, Minas Novas e Paracatu, têm características históricas semelhantes. Todos eles foram fundados durante o século XVIII e constituíram pontos secundários da mineração. Com isso, não está se afirmando que essas três cidades poderiam conservar traços lingüísticos da época — nem é esse o objetivo aqui — porque, como se viu, com a crise da mineração, as áreas começaram ser despovoadas. Entretanto, observou-se que o fato de não constituírem localidades recentes facilita o trabalho com faixas etárias diferentes e com a busca de informantes cuja família seja da região.

Diferentemente de outros pontos que foram locais de extração de metais e pedras preciosas e que hoje constituem importantes centros turísticos, como Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Tiradentes, ou fazem parte da região metropolitana de Belo Horizonte, como Caeté e Sabará, os três pontos escolhidos não se enquadram nessa caracterização. Apesar do potencial turístico de cada um, parece não possuírem o

mesmo fluxo de pessoas como as localidades citadas, o que também foi observado, para que fosse facilitada a localização de informantes com o perfil desejado.

Embora existam semelhanças históricas entre as três localidades, atualmente Campanha, Minas Novas e Paracatu possuem realidades sócio-econômicas bem diferentes, o que poderá ser visto na caracterização que se fará de cada uma. Como a coleta de dados foi feita em regiões bem distintas do Estado, como são, por exemplo, o Sul de Minas e o Vale do Jequitinhonha, já era esperado que essas diferenças fossem encontradas.

Com relação à distribuição geográfica dos pontos, fator a), considerando a divisão do Estado em macrorregiões feita pelo Instituto de Geociências Aplicadas, a cidade de Paracatu está situada no Noroeste, Minas Novas, no Jequitinhonha e Campanha, no Sul de Minas. Observe-se o Mapa 4:



Mapa 4 – Localização de Campanha, Minas Novas e Paracatu

A seguir, será apresentada a caracterização das localidades onde foi feita a coleta de dados, com alguns aspectos do passado e do presente de cada uma.

2.2.1.1.1. Campanha

Caracterização²⁵

Localização: Sul de Minas (cf. Mapa 4).

Distância rodoviária até Belo Horizonte: 316 km.

Área: 336,04 km².

População residente em 2000:

Urbana: 11.735

Rural: 2.363

Total: 14.098 habitantes

Matrículas em estabelecimentos de ensino:

Ensino fundamental: 2.690

Ensino médio: 735

Taxa de alfabetização: 89,00

Arrecadação Municipal: R\$ 1.699.466

Campanha ontem e hoje: breve descrição

A origem de Campanha está associada à figura do ouvidor-mor Cipriano José da Rocha que, em 2 de outubro de 1737, chegou à região e encontrou população regular, vivendo em ruas traçadas e boas casas, constituída por brancos e negros que extraíam o ouro de forma clandestina. Era uma povoação surgida das bandeiras paulistas que para ali haviam ido no século XVII. Cipriano tomou posse do local, construiu a casa de fundição de ouro, uma capela, iniciou plantações e deu nome ao arraial de Arraial de São Cipriano (cf. Rezende, 2002, Ferreira, 1958). Em 12 de dezembro de 1737, ao

²⁵ Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGC), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DER-MG).

voltar para São João del Rey, o lugar voltou a chamar-se Arraial de Santo Antônio, nome que os moradores anteriores haviam escolhido, de acordo com Rezende (2002). Em 1741, de acordo com a mesma autora, o arraial é elevado à Freguesia de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde. Em 1798, consegue autonomia administrativa e eleva-se à categoria de vila (município), segundo Ferreira (1958), com o nome de Campanha da Princesa da Beira (Vila Campanha da Princesa, desmembrando-se de São João del Rey). Em 1840, ainda segundo o mesmo autor, Campanha é elevada à categoria de cidade. Ainda no século XIX, a cidade perde territórios para a formação dos municípios de Baependi, Jacuí, Pouso Alegre, entre outros (cf. também Costa, 1997).

Vejam-se agora alguns aspectos atuais de Campanha.

A cidade de Campanha fica a 7 km da rodovia Fernão Dias e é considerada a porta de entrada para o Circuito das Águas (região turística formada pelos municípios de Cambuquira, Caxambu, São Lourenço, Aiuruoca, etc.). Na área econômica, de acordo com Rezende (2002), predomina a agropecuária, com destaque para a produção de café, leite, milho, laranja e poncã. Também são produzidos, segundo a mesma autora, artefatos de aço, madeira cimento, etc. Destaque também merece o artesanato da região, com tapetes de diversos tipos, obras de madeira, etc. Entre as instituições culturais apresentadas por Rezende (2002), estão o Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, com acervo de documentos do século XVIII em diante, o Arquivo da Cúria Diocesana, com acervo eclesiástico desde 1739, o Museu Regional do Sul de Minas, o Museu Casa de Vital Brazil, a Academia Sul Mineira de Letras e a Sede da Diocese da Campanha (Bispado). Com relação aos monumentos históricos, a autora cita, entre outros, a casa onde residiram Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora, o antigo Colégio Sion (1906), onde hoje é a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion (Foto 1), o Palácio Episcopal São José (Foto 2), a Catedral de Santo Antônio, de 1820 (Foto 3), e a Casa de Vital Brazil (1830). Entre as fotos aqui apresentadas, vejam-se ainda o Seminário das Dores (Foto 4) e o Centro Comercial da Princesa (Foto 5).

2.2.1.1.2. Minas Novas

Caracterização²⁶

Localização: Jequitinhonha (cf. Mapa 4).

Distância rodoviária até Belo Horizonte: 548 km.

Área: 1828,55 km².

População residente em 2000:

Urbana: 7.730

Rural: 22.916

Total: 30.646 habitantes

Matrículas em estabelecimentos de ensino:

Ensino fundamental: 8.834

Ensino médio: 948

Taxa de alfabetização: 72,00

Arrecadação Municipal: R\$ 530.235

Minas Novas ontem e hoje: breve descrição

Por volta de 1727, Sebastião Leme do Prado, segundo Ferreira (1959:94), chefiou o primeiro grupo de homens brancos, bandeirantes ou aventureiros paulistas, que chegou à região, onde teria encontrado com facilidade ouro e diamantes, o que explicaria o nome de Bom Sucesso para o córrego. O povoado fundado, de acordo com informações do Departamento Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Minas Novas, recebeu o nome de Arraial das Lavras Novas dos Campos de São Pedro do Fanado do Araçuaí. No ano seguinte, 1728, segundo Costa (1997), cria-se a Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado. Nessa época, era abundante a extração de ouro na região e grandes quantidades eram enviadas à Coroa. Em 1730, conforme Diogo de Vasconcelos (*apud* Costa, 1997) é criada a Vila de Nossa Senhora

²⁶ Fonte: Institutos de Geociências Aplicadas (IGC), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DER-MG).

do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí. Ferreira (1959:94) aponta que, em 1840, a vila foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Minas Novas. Nessa época, pertencia administrativamente à capitania de Porto Seguro da Bahia. Mais tarde, em 1857, incorporou-se à comarca de Serro Frio, da capitania de Minas Gerais. No século XIX e XX, várias paróquias e distritos foram desmembrados de Minas Novas, para constituírem novos municípios, entre eles, Água Boa, Araçuaí, Capelinha, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jequitinhonha, Leme do Prado, Salto da Divisa, Teófilo Otoni e Turmalina (cf. Costa, 1997).

Vejamos alguns aspectos atuais do município.

Minas Novas está localizada no nordeste de Minas Gerais, na zona do alto Jequitinhonha e vive atualmente da agricultura de subsistência, do artesanato e do comércio. Apesar da importância histórica da cidade para o Estado, a preservação e o turismo não recebem os merecidos investimentos, conforme lamentam os próprios moradores. Do passado do município, pode-se ver hoje as igrejas do século XVIII: a Capela de São Gonçalo, a mais antiga da cidade segundo a tradição local, a Capela de São José (Foto 6), a única de traçado octogonal do Brasil colônia, a Matriz de São Francisco (Foto 7), construída pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da antiga Vila do Fanado, de acordo com informações do Centro de Cultura Popular Fanadeiro de Minas Novas e do Departamento de Cultura – SMCELT/Minas Novas, a Igreja Nossa Senhora do Amparo (Foto 8), construída sob os auspícios da irmandade dos Homens Pardos da antiga Vila do Fanado, de acordo com as mesmas fontes. Pode-se ver ainda a foto do Sobradão (Foto9), prédio de quatro andares, construído em 1821, todo em pau-a-pique, que, de acordo com Taucce (2002), destinava-se a ser a sede do governo da Província (Estado) do Jequitinhonha, do qual Minas Novas seria a capital, objetivos nunca concretizados. Hoje, o prédio, orgulho dos moradores e importante exemplar para a arquitetura colonial, entre outros usos, abriga obras do artesanato do Vale do Jequitinhonha, algumas das quais podem ser vistas na Foto 10. Veja-se por último a foto do Solar dos Badarós, casarão onde funciona a Rádio Bom Sucesso (Foto 11).

2.2.1.1.3. Paracatu

Caracterização²⁷

Localização: Noroeste de Minas (cf. Mapa 4).

Distância rodoviária até Belo Horizonte: 482 km.

Área: 8.213,97 km².

População residente em 2000:

Urbana: 63.014

Rural: 12.202

Total: 75.216 habitantes

Matrículas em estabelecimentos de ensino:

Ensino fundamental: 16.697

Ensino médio: 4.391

Taxa de alfabetização: 89,20

Arrecadação Municipal: R\$ 10.230.321

Paracatu ontem e hoje: breve descrição

Segundo Ferreira (1959:250), são várias as versões relativas ao início do povoado que deu origem à atual cidade de Paracatu. Uma delas data o seu surgimento do ano de 1717, outra em 1734 ou ainda entre 1743 e 1744. Sabe-se que em 1736 já havia no local cinco grandes igrejas e, conforme Costa (1997:320), anteriormente a esse ano, já se havia criado a paróquia.

Ferreira aponta que, em 1746, Paracatu mantinha comércio com a Bahia (pelos rios Paracatu e São Francisco) e com Sabará, São João del Rei e Vila Rica (por via terrestre). A extração do ouro nessa época era atividade econômica de grande importância e, conforme Pimentel (2002), contribuiu para o rápido crescimento do então Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu. Em 1798, o arraial foi elevado

²⁷ Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGC), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DER-MG).

à categoria de vila com o nome de Paracatu do Príncipe, desmembrado do município de Sabará, e em 1840 elevou-se à categoria de cidade. Fizeram parte de Paracatu o julgado de Araxá, os distritos de Buritis, Guarda-Mor, Santo Antônio da Água Fria (atual Veredas), Rio Preto (atual Unaí), Lajes (atual Bonfinópolis), Morrinhos (atual Arinos), entre outros (cf. Ferreira, 1959 e Costa, 1997).

A grande produção aurífera da antiga vila decaiu e provocou a sua decadência econômica, de acordo com Pimentel (2002). A cidade retomou seu crescimento com base na agropecuária e ainda teve, segundo a mesma autora, uma efervescência cultural no século XIX. Em meados do século XX, Paracatu sofre transformações econômicas e sociais, devido à construção de Brasília, que passa a ser a capital do país. O município mineiro beneficia-se por estar às margens da BR 040, via de acesso à Brasília. Com efeito, os moradores mais antigos de Paracatu destacam as diferenças da cidade do antes para o depois da construção da capital federal.

Atualmente, Paracatu, ainda conforme Pimentel (2002), conta com uma agricultura de técnicas altamente avançadas, ao lado de outra de subsistência, com pecuária intensiva e extensiva e com uma moderna exploração mineral. A cidade tem, hoje em dia, grande importância para a região noroeste de Minas Gerais.

Aqui, pode-se ver algumas construções do passado que se mantiveram em Paracatu, como: a Matriz de Santo Antônio (Foto 12) que, junto à Igreja do Rosário, ambas do século XVIII, foram tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional; a Câmara Municipal (Foto 13); o Chafariz da Traiana (Foto 14). Veja-se também o Cine Teatro Santo Antônio (Foto 15), que fica ao lado da Matriz.

Vejamos, na próxima subseção, a metodologia utilizada para a escolha dos informantes em cada uma das localidades.



Foto 1 – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion – Campanha/MG



Foto 2 – Palácio Episcopal São José – Campanha/MG



Foto 3 – Catedral de Santo Antônio – Campanha/MG



Foto 4 – Seminário das Dores – Campanha/MG



Foto 5 – Centro Comercial da Princesa – Campanha/MG



Foto 6 – Capela de São José – Minas Novas/MG



Foto 7 – Matriz de São Francisco – Minas Novas/MG



Foto 8 – Igreja Nossa Senhora do Amparo – Minas Novas/MG



Foto 9 – Sobradão – Minas Novas/MG



Foto 10 – Artesanato do Vale do Jequitinhonha – Minas Novas/MG



Foto 11 –Rádio Bom Sucesso no Solar dos Badaró – Minas Novas/MG



Foto 12 – Matriz de Santo Antônio – Paracatu/MG



Foto 13 – Câmara Municipal – Paracatu/MG



Foto 14 – Chafariz da Traiana – Paracatu/MG



Foto 15 – Cine Teatro Santo Antônio – Paracatu/MG

2.2.1.2. A escolha dos informantes

A Geolingüística moderna, segundo Radtke e Thun (1999:35), “caminha para tornar-se uma verdadeira ciência da variação, no sentido amplo do grego *diálektos*”. Eles fazem essa afirmação principalmente por causa da ampliação do inventário de parâmetros adotados atualmente nos trabalhos da área. Se muitos estudos anteriores se restringiam à variação diatópica ou areal, não poucos trabalhos hoje em dia se voltam para outros parâmetros, como o diastrático, o diageracional, o diassexual e o diafásico. A ampliação mais freqüente, de acordo com os autores, é feita combinando os parâmetros diastrático e diageracional, como ocorre no *Atlas Lingüístico da Renânia Central* (MRhSA - Mittelrheinischer Sprachatlas), no *Atlas Lingüístico de México* (ALM) e no *Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático del Uruguay* (ADDU), o que, segundo os mesmos autores, possibilita à Geolingüística realizar o desejo antigo de tornar visível a diacronia em cartas lingüísticas diatópicas.

Radtke e Thun (1999:41) discutem ainda a necessidade de *incorporar* nos trabalhos contemporâneos novos parâmetros, como o contato lingüístico, ou seja, a mútua influência que exerce uma língua ou uma variedade sobre outra; o saber metalingüístico dos falantes; e uma divisão do parâmetro diatópico em *topostático* e *topodinâmico*, separando, respectivamente, os falantes fixos à localidade dos falantes móveis.

Todos esses novos parâmetros incluídos nos trabalhos geolingüísticos se contrapõem à antiga metodologia de seleção de informantes. Nos trabalhos do séc. XX que seguiram a Gilliéron, utilizava-se o critério NORMs (nommobile, older, rural males) — ou em português HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário) —, que se relacionava de certa forma ao desejo dos estudiosos do século XIX de encontrar as formas mais antigas da língua. Por causa dessa intenção, justificava-se o perfil do informante. Partia-se do princípio de sua representatividade, ou seja, um informante bem escolhido representaria a fala da sua comunidade. No entanto, para representar a complexidade urbana contemporânea, fez-se necessário reconsiderar esse critério. A Geolingüística passa a aproximar-se, dessa forma, dos avanços realizados nas

pesquisas da Sociolingüística Variacionista, realizadas a partir da década de 60 (v. 2.1.3).

Com efeito, nos trabalhos de abordagem variacionista, tem-se levado em conta diversas variáveis sociais, como a classe social do informante, a idade, o sexo, a raça, a profissão, a escolaridade, etc. Paiva e Scherre (1999) ainda recordam outras mais recentes, como a sensibilidade lingüística e o grau de exposição à mídia. Essas variáveis, de acordo com o fenômeno estudado, teriam maior ou menor relevância no condicionamento de uma certa variante lingüística.

Apesar de reconhecer uma mudança nos estudos geolingüísticos contemporâneos, Cardoso (1999:152) é mais cautelosa no que se refere ao tratamento dos dados, afirmando não ser necessário tratá-los nos estudos dialetais como nos trabalhos variacionistas:

“Creio que a Geolingüística hoje, neste final de milênio começo de um novo, deve continuar a priorizar a variação diatópica, abrindo, porém, espaço para o controle de outras variáveis como sexo, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exaustiva, de modo a complementar os próprios dados pois, não se propondo dizer o absoluto — essa é uma região exclusiva de tal ou qual fenômeno —, retrata as particularidades sem assegurar o caráter de exclusividade.”

Para o trabalho aqui apresentado, foi estabelecido que seriam escolhidos informantes de duas faixas etárias e de dois níveis de escolaridade. Além disso, todos os informantes deveriam ser nascidos na região e preferencialmente filhos de pais também da região.

Com relação à idade dos informantes, em todas as localidades, foram escolhidos aqueles que se enquadravam em duas faixas etárias (dois de cada faixa):

faixa etária 1: de 18 a 30 anos;

faixa etária 2: acima de 50 anos.

Esse critério está bem próximo ao adotado para o ALiB, apesar de se diferenciar de outros trabalhos dialetológicos mais recentes, como o *Atlas lingüístico y etnográfico de Chile por regiones*, para o qual, conforme, Wagner (1998), seriam selecionados informantes entre 45 e 65 anos aproximadamente, já que se pretendia “recoger el habla relativamente estable –ni innovadora ni arcaizante–, que corresponde a la generación vigente”.

A metodologia apresentada aqui também não se assemelha à das pesquisas de natureza variacionista, em que normalmente são adotadas três ou mais faixas etárias. Neste trabalho, não se adotaram mais de duas, já que não se pretendia verificar se há ou não mudança em progresso, mas apenas registrar uma provável variação entre falantes de duas faixas etárias diferentes. Obviamente, os resultados encontrados poderão servir de indícios para futuros trabalhos que pretendam lidar com a questão da mudança.

Com relação à escolaridade, em todas as localidades, foram escolhidos informantes de dois níveis de instrução (dois de cada nível):

nível 1: informantes analfabetos ou de escolaridade primária;

nível 2: informantes de formação secundária ou superior.

Essa divisão, porém, como se verá adiante, gerou algumas dificuldades.

A escolaridade é uma variável que, segundo Paiva e Scherre (1999) está correlacionada à ocorrência de variantes lingüísticas prestigiadas socialmente. De acordo com as autoras, “a escolarização continuada, refinando a consciência lingüística e insistindo na necessidade de padronização, favorece o emprego de determinadas variantes lingüísticas, em especial das que estão sujeitas a uma avaliação social positiva.” Como no Brasil grande parte da população é excluída do acesso à escolaridade formal, conforme as autoras, esta variável suplantaria outras na variação lingüística. Apesar de o fenômeno aqui estudado ser indiferente quanto ao prestígio social, a variável escolaridade foi selecionada para poder avaliar se haveria alguma influência da escola na utilização/não utilização do artigo definido diante de antropônimos nos municípios pesquisados. Nos dados do Rio de Janeiro, de acordo com

o que se viu no primeiro capítulo (Silva, 1996b), o uso do artigo está correlacionado à escolarização, principalmente a partir do 2º grau (atual Ensino Médio).

As diferentes variáveis utilizadas nos trabalhos sociolinguísticos e comentadas anteriormente normalmente são adotadas para pesquisas em grandes centros urbanos, que possuem uma heterogeneidade social acentuada. No caso de estudos em pequenos centros ou em zona rural, é necessário ter muita cautela. De fato, em cidades como Belo Horizonte, que possui mais de dois milhões de habitantes, é possível verificar uma complexa estrutura social, o que pode acarretar uma heterogeneidade linguística também acentuada. Porém, em pequenas cidades a situação é diferente, o que pôde ser verificado nos municípios em que foi realizada a pesquisa. A partir da delimitação dos fatores sociais acima apresentados, alguns problemas metodológicos surgiram, como os que serão expostos a seguir.

Foi exposto acima que o objetivo era encontrar informantes que tivessem nascido no município da pesquisa e cujos pais fossem preferencialmente da região. Esse critério dificultou o trabalho com relação aos informantes de nível 2 de escolaridade e de faixa etária 2, principalmente em Minas Novas. Como neste município o acesso a estabelecimento de ensino é restrito – só há poucos anos existe escola de Ensino Médio –, as pessoas mais velhas moradoras da cidade que hoje têm um nível de escolaridade mais alto tiveram de sair em algum momento de suas vidas para estudar e morar em outro lugar. Fato semelhante ocorre hoje em Campanha, onde muitos estudantes jovens precisam ir estudar em outras cidades, uma vez que a oferta de cursos superiores existente não atende a demanda.

Com respeito aos informantes da mesma faixa etária, a (2), e de nível 1 de escolaridade, não houve problemas: encontram-se facilmente habitantes com esse perfil. Como a situação do ensino no Brasil há algumas décadas era pior que a atual, existe hoje grande quantidade de pessoas velhas sem ou com pouca escolaridade, embora possamos prever (e desejar) que, com as mudanças que têm ocorrido na sistema educacional brasileiro, dentro de alguns anos o número de pessoas com esse perfil seja bem menor. Por isso, os futuros trabalhos linguísticos que pretendam levar em conta fatores sociais como os acima apontados terão de considerar todos esses aspectos.

A escolaridade, ou ausência dela, é outro ponto que levanta alguns problemas. Além de ser ela motivo que leve ou tenha levado as pessoas a viverem ou terem vivido em lugares diferentes da região onde nasceram e viviam, conforme comentado acima, com relação aos informantes jovens, foi muito mais difícil encontrar os que não possuíam nenhuma ou pouca escolaridade (diferentemente dos mais velhos), graças às referidas mudanças no sistema educacional brasileiro. Com efeito, em Paracatu, vários moradores tentavam explicar esse fato comentando os esforços da administração pública local de ampliar consideravelmente o acesso à escola. Em Campanha, a situação do ensino é ainda melhor, dada a ampla oferta de escolas que há no município e a alta concentração da população na zona urbana. Situação diferente foi a de Minas Novas, município onde o sistema educacional é pior que o das outras cidades e a maior parte da população reside na zona rural.²⁸

Para concluir, é preciso levar em consideração que a seleção dos fatores sociais deverá adequar-se ao objetivo da investigação. Toda escolha implica recortes e o pesquisador deve fazê-la com base em seu conhecimento e suas expectativas. Assim sendo, são importantes as palavras de Radtke e Thun (1999:42) para trabalhos feitos em áreas dialetais diferentes:

“Parece ser impossível encontrar critérios simples e aplicáveis em toda parte, para áreas extensas e sociedades complexas. É necessário que decidamos se preferimos obter informantes em número suficiente em cada localidade, flexibilizando os critérios para cada caso, ou operar com critérios rigidamente definidos, correndo o risco de, em determinados lugares, não encontrar nenhum informante adequado.”

É sempre necessário observar isso: se se trabalha com critérios rigidamente definidos, corre-se o risco de não encontrar informantes adequados em algumas localidades. Se em um grande centro urbano, onde os grupos sociais são mais diversificados, é possível que isso aconteça, mesmo com o pesquisador conhecendo-o

²⁸ Pelos motivos expostos, será possível verificar que os informantes MNV3-EDI e PRC7-EUN estão, respectivamente, 1 e 3 anos fora da faixa etária estabelecida. Além do mais, os informantes MNV5-AMA, MNV2-AFR e PRC1-AAB residiram algum tempo em outra cidade. Por último, acrescenta-se que

bem, em localidades que não conheça, com grupos sociais mais ou menos diversificados, o problema se agrava. É pouco provável que, estabelecido um perfil muito controlado de entrevistado, encontre-se em todas as localidades pessoas com este perfil e sobretudo dispostas a colaborar com um projeto de pesquisa no dia, local e horário que o pesquisador dispõe. Se o objetivo é trabalhar com a língua em seu uso numa sociedade, deve-se estar preparado para encontrar grandes diferenças sociais que às vezes poderão se constituir em obstáculos para os objetivos pretendidos.

As tabelas 1, 2 e 3 mostram a relação dos informantes entrevistados para a constituição dos *corpora* desta pesquisa, com a caracterização de cada um.²⁹

Tabela 1 – Informantes de Campanha (CMP)

(Gravações realizadas em 24, 25 e 26 de agosto de 2002.)

Número	Informante	Idade	Escolaridade
1	CMP4-PCE	20	nível 1
2	CMP2-APA	19	nível 2
3	CMP5-LAF	21	nível 2
4	CMP3-AMA	55	nível 1
5	CMP1-LOU	73	nível 1
6	CMP5-SFD	66	nível 2
7	CMP3-BRE	70	nível 2

Tabela 2 – Informantes de Minas Novas (MNV)

(Gravações realizadas em 15, 16 e 17 de fevereiro de 2002.)

Número	Informante	Idade	Escolaridade
8	MNV3-EDI-HIG (1)	17	nível 1
9	MNV3-EDI-HIG (2)	18	nível 1
10	MNV3-EDE	20	nível 2
11	MNV1-MAR	20	nível 2
12	MNV4-JAA	52	nível 1
13	MNV1-MPR	75	nível 1
14	MNV5-AMA	58	nível 2
15	MNV2-AFR	76	nível 2

em Campanha, como se poderá observar pela Tabela 1, só há um entrevistado da faixa etária 1 e de escolaridade nível 1, o que se deve às dificuldades de encontrar habitantes com tal perfil, como foi dito.

²⁹ Durante as viagens que fiz aos municípios para coleta de dados, outras entrevistas com outros habitantes foram gravadas e transcritas. Para constituir o *corpus* de análise deste trabalho, foram selecionadas as transcrições dos 23 informantes das tabelas 1, 2 e 3. Os critérios para escolhê-las foram o melhor enquadramento do informante no perfil estabelecido e a qualidade sonora das gravações.

Tabela 3 – Informantes de Paracatu (PRC)

(Gravações realizadas em 17 e 18 de dezembro de 2001.)

Número	Informante	Idade	Escolaridade
16	PRC9-JGL	18	nível 1
17	PRC9-CLE	30	nível 1
18	PRC8-KMM	27	nível 2
19	PRC7-ROB	20	nível 2
20	PRC4/5-COO-COA (1)	70	nível 1
21	PRC4/5-COO-COA (2)	50	nível 1
22	PRC2-CSM	69	nível 2
23	PRC1-AAB	87	nível 2

2.2.1.3. O entrevistador

Para os trabalhos dialetológicos, Ferreira e Cardoso (1996) reconhecem que a aplicação do questionário pode ser realizada *in loco* ou por correspondência, embora as autoras reconheçam os problemas da segunda opção. Nas pesquisas sociolinguísticas, as entrevistas são realizadas *in loco*, feitas pelo próprio pesquisador ou por outros. Muitas vezes, o sociolinguísta trabalha com um *corpus* de pesquisas anteriores, ou seja, com dados de cuja coleta ele não participou. Uma grande vantagem nesse caso é a economia de tempo na realização de todo o trabalho.

Entretanto, acredita-se que a pessoa mais adequada para realizar a entrevista seja o próprio pesquisador (ou equipe composta para tal fim). Acompanhando as etapas da pesquisa de campo, como a seleção dos informantes, o contato com cada um deles, as gravações, etc., o pesquisador/entrevistador terá condições de fornecer as devidas informações sobre a localidade pesquisada, a participação de terceiros nas entrevistas e, principalmente, as reações do entrevistado: se assumiu uma atitude mais ou menos cooperativa, espontânea, etc. Em caso contrário – de dados coletados em trabalhos anteriores – informações como essas devem estar registradas.

Todas as gravações realizadas em Minas Novas e Campanha foram feitas pelo próprio pesquisador. Em Paracatu, durante algumas entrevistas, outros

pesquisadores também estavam presentes³⁰. Dessa forma, foi possível acompanhar, por exemplo, as diferentes reações dos habitantes das três localidades ao serem solicitados que colaborassem com a pesquisa. Na maioria dos casos, a receptividade foi boa e a gravação ocorreu de forma tranqüila e cooperativa, não se sentindo o informante incômodo com a presença de um gravador. Em poucos casos porém houve uma certa inibição por parte do informante, atitude que não favorecia uma conversa espontânea, objetivo da gravação. Convém ressaltar aqui que, na seleção das gravações que compõem os *corpora* deste trabalho, evitaram-se aquelas em que se notou tal comportamento.

Apesar das vantagens existentes com a entrevista sendo realizada pelo próprio pesquisador, verificou-se que é recomendável a presença, durante a gravação, de alguém que seja do convívio tanto do pesquisador como do informante, principalmente nos casos em que se investiga em uma região com cujos moradores se tem pouco contato. Essa terceira pessoa serve como um elo entre as duas partes e deixa o entrevistado mais à vontade, numa atitude mais cooperativa. Na maioria das gravações, felizmente, foi possível contar com a presença dessa terceira pessoa, sempre um morador da localidade com o qual havia sido feito um contato prévio.

2.2.1.4. O questionário ou roteiro de entrevista

O questionário, de acordo com García Mouton (1996:65), constitui-se em um “conjunto de perguntas a través de las cuales se espera obtener determinados materiales lingüísticos”. Conforme proposto por Ferreira e Cardoso (1994: 31), “se se visa apurar fatos específicos da fonética-fonologia, do léxico, da morfologia, da sintaxe ou da semântica, o questionário deve ser objetivamente orientado para o fim pretendido”. Este é o caso do trabalho apresentado aqui, que possui um fenômeno sintático específico a ser pesquisado.

³⁰ Participaram das gravações em Paracatu as pesquisadoras Maria Antonieta A. M. Cohen e Soélis T. P. Mendes, ambas do Projeto Filologia Bandeirante, além do próprio autor.

O questionário morfo-sintático do projeto ALiB, publicado pelo Comitê Nacional do Projeto AliB (2001), apresenta as seguintes questões referentes à ausência/presença de artigo antes de antropônimos:

“Artigo diante de Nome Próprio

1. Tem filhos / irmãos? Como se chamam? O que eles fazem?
2. Poderia dizer o nome de alguns amigos, vizinhos? Com quem costuma falar mais?”

No entanto, observou-se que era necessário ampliar as questões e elaborar um novo *questionário*, a fim de abranger outros nomes próprios como nomes de personalidades famosas: políticos, artistas, esportistas, etc. Há duas razões para a ampliação desse questionário: a primeira é a hipótese de poder haver variação no uso do artigo dependendo do antropônimo utilizado, conforme observado por trabalhos anteriores; e a segunda, o fato de ser necessário, muitas vezes, para a ocorrência do nome próprio, que os interlocutores tenham conhecimento do referente em questão, ou seja, para que alguém fale de um *Francisco* ou *Aparecida* (sem cair na *nominação didática*, v. 1.1), faz-se necessário que o seu interlocutor tenha um conhecimento prévio da pessoa referida.

É preciso ressaltar que não foi utilizado um *questionário*, como se faz tradicionalmente nos estudos dialetológicos. Foi elaborado um *Roteiro de Entrevista*, que pudesse orientar o pesquisador durante as gravações. Este roteiro aproxima-se da proposta de Tarallo (2000:22) para as entrevistas sociolinguísticas, ou seja, são “módulos (ou roteiros) de perguntas: um questionário-guia de entrevista”. Deve-se ainda acrescentar que ele não foi conduzido no estilo pergunta-resposta, mas como uma conversa informal, com o objetivo de construir uma situação natural de diálogo. Assim, se um informante não possuía domínio sobre algum dos temas incluídos, este era ignorado e procurava-se centralizar a entrevista nos assuntos com os quais o entrevistado sentia-se mais à vontade. Buscava-se chegar, como se faz nos trabalhos sociolinguísticos, ao vernáculo do informante, ou seja, um estilo no qual o mínimo de atenção é dado ao monitoramento da fala.

No quadro 1 abaixo, encontra-se o *Roteiro de Entrevista* utilizado.

Quadro 1: Roteiro de Entrevista**ROTEIRO DE ENTREVISTA****A CIDADE**

1. O que você sabe sobre a **história** da cidade?
2. Quais são as principais **festas** daqui? Você participa delas? Quem são as pessoas que organizam estas festas?

PARENTES

3. Você tem **filhos** (irmãos, sobrinhos, etc.) Como se chamam? O que fazem? Estudam? Trabalham?
4. Tem muitos **parentes** nesta cidade? Quem são? O que fazem? São casados? E fora daqui?

VIZINHOS/AMIGOS

5. Você conhece seus **vizinhos**? Como é a sua relação com eles? Com quem você tem mais contato?
6. Você tem muitos **amigos**? Com quem você tem mais contato?

PERSONALIDADES LOCAIS

7. Quem são as **pessoas mais conhecidas** da **cidade**? Como se chamam? O que fazem? Há algum músico (ator, comerciante ou político) muito conhecido na cidade? Quem?

PERSONALIDADES NACIONAIS

8. Você gosta de **música**? Quem são seus cantores preferidos?
9. Você assiste **televisão**? (Vai ao cinema?) O que mais gosta de ver? Vê **novelas, filmes, programas de auditório**? Quais são seus atores preferidos? E apresentadores?
10. Você gosta de **futebol**? Torce para qual time? E quem você acha que joga melhor na Seleção? Gosta de outro esporte? Admira algum esportista?
11. Você gosta de **literatura**? Quais são seus escritores preferidos? Há algum de quem você não gosta?
12. Se pudesse ser **alguém famoso**, quem você seria?

EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

13. Você já passou por alguma **situação de risco** em que achou que não fosse sobreviver? Já presenciou algum **acidente**?
14. Lembra de algum fato que tenha acontecido aqui na cidade e que tenha tido muita **repercussão**? Com quem foi? Quando foi?

2.2.2. As transcrições

As entrevistas com os informantes foram gravadas em fitas cassete e depois transcritas. Para realizar as transcrições, foram utilizadas as normas que se encontram no Quadro 2, adaptadas daquelas usadas para o Projeto Filologia Bandeirante em 1998, por sua vez baseadas nas normas do Projeto NURC (cf. Amaral, 2000)³¹.

As mudanças nas normas para transcrição se devem à necessidade de adaptá-las aos objetivos da pesquisa. Não existe a melhor transcrição, de acordo com Marcuschi (1991:9). Para este autor, “o essencial é que o analista saiba quais os seus objetivos e não deixe de assinalar o que lhe convém. De um modo geral, a transcrição deve ser limpa e legível, sem sobrecarga de símbolos complicados”.

Como o propósito aqui era analisar as estruturas com antropônimos, precedidos ou não por artigo definido, ou seja, um fenômeno sintático, não foram registradas, por exemplo, variações na entonação ou na duração dos segmentos sonoros, como havia sido feito antes. Também não foram registradas as ocorrências de *r* retroflexo [ɾ], bastante presente na fala dos informantes de Campanha, nem a variação das vogais médias [e] e [ɛ], por exemplo, observada na fala dos informantes de Paracatu e Minas Novas. Mas como todo o material coletado encontra-se gravado e catalogado, futuras pesquisas que se interessem por esses fenômenos poderão utilizá-lo.

Por outro lado, uma vez que se buscava uma transcrição mais próxima da língua oral, mesmo sabendo da impossibilidade de se preservarem na escrita todos os elementos da oralidade, registraram-se, além do que consta no Quadro 2, fenômenos fonológicos como i) elevação/abaixamento das vogais médias pretônicas: intão < então, veve < vive, comunidade < comunidade; ii) vocalização da palatal: trabaia < trabalha, véio < velho; fenômenos de permuta, apagamento ou inserção de diferentes segmentos sonoros: praque < porque, sastifeito < satisfeito, sicurrido < socorrido, judado < ajudado, ês < eles, mantê < manter, ieu < eu, pessoale < pessoal, fezi < fez³².

³¹ Em 2001, a equipe de Minas Gerais do referido projeto alterou as normas de 1998, publicadas em Megale (2000).

³² Os exemplos são de MNV4-JAA.

Todas as transcrições das gravações selecionadas para este trabalho encontram-se em anexo.

Quadro 2: Normas adotadas para a transcrição das gravações

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS ³³
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	o lugar já evoluiu muito já criô... () mandô fazê uma capela (52)
Hipótese do que foi ouvido	(hipótese)	ele foi assassinado (uns acham) que é por causa de briga de terras (211-212)
Truncamento	/	aqui mo/a capi/teve morano aqui (43)
Interrogação	?	cê num importa de pô o otro lá otra vez? (294-295)
Qualquer pausa	...	ela num chega aos quinze mil habitantes... é muito piquena... e ela conservô aqueles hábitos (118-119)
Comentários descritivos do transcritor	((comentários))	mandô ua santa que tem o meu nome... ((folheia o livro))... qué vê (252-253)
Superposição, simultaneidade de vozes	{	<i>INFORMANTE</i> : [...] pode sê de língua... {indígena <i>PESQUISADOR</i> : {indígena (200-201)
Discurso direto	“ ”	ela puxa o livro eu já falei pra ela “num pode puxá” (293)
Supressão de diferentes segmentos sonoros	[]	num falei com ele esse negó[cio] da tinta não... (27)
Corte na transcrição	(...)	<i>INFORMANTE</i> : (de) qualé cidade que vocês são? (...) aqui também eu pesquiso muito (256-259)

³³ Os exemplos são de CMP3-BRE. As linhas em que se encontram estão indicadas entre parênteses.

2.2.3. Tratamento quantitativo

Para o tratamento quantitativo dos dados coletados nas três localidades foi utilizado o programa de análise de dados variáveis Goldvarb 2001 que, conforme seus autores, baseia-se no Goldvarb 2.0 (Rand & Sankoff, 1990), mas responde a uma necessidade de um recurso similar para ser utilizado no Windows (Goldvarb 2.0 é rodado em computadores Macintosh) – v. Robinson, Lawrence e Tagliamonte, 2001.

Para a utilização deste programa, que, de acordo com o que foi explicado, realiza a quantificação de dados variáveis, é necessário que se estabeleça um grupo de fatores que supostamente estariam condicionando a realização de uma ou outra variante – no caso desta pesquisa, a presença ou a ausência do artigo definido diante de antropônimos. Sendo assim, todas as ocorrências variáveis de antropônimos, articulados ou não, foram codificadas de acordo com os fatores estabelecidos, para que pudessem ser feitas as rodadas do programa. Alguns casos porém tiveram de ser excluídos da análise quantitativa, o que será visto na próxima subseção. Vejam-se posteriormente os grupos de fatores definidos para esta análise.

2.2.3.1. Casos excluídos da análise quantitativa

Uma vez que o objetivo da análise quantitativa dos dados desta pesquisa é analisar a variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, alguns casos envolvendo tais itens (ou elementos que poderiam ser tidos como tais) foram excluídos da análise quantitativa, pelo fato de não sofrerem variação quanto à ausência/presença do artigo definido ou por não apresentarem propriamente um antropônimo. Passo em seguida a descrevê-los.

a) Vocativos

O *corpus* apresentou alguns antropônimos com a função conhecida como *vocativo*, como foi visto em 1.1.5. Em todos os casos ((8) oito no total, sendo 5 (cinco)

no discurso direto) a ausência do artigo definido foi categórica, conforme demonstram os exemplos abaixo:

- (11) “ô **Dona Ana**... só viu quê que pa/quê que nós passamo aqui agora?”
(CMP3-AMA/23-24)
- (12) “**Rafael** eu vô vê se o... se o presidente... ainda tá/que ele foi rádio cinegrafista né?” (PRC1-AAB/103)

Dona Ana em (11) e *Rafael* em (12) exercem a função de *vocativos* e aparecem desarticulados.

A ausência de artigo nesse contexto tem sido atribuída, conforme Callou, (1992:33 *apud* Costa, 1998:21) ao alto grau de especificidade da função vocativa. Porém, convém observar que, se no português os vocativos não são articulados, o romeno os apresenta com o artigo, da mesma maneira que o francês o faz em determinados contextos (cf. Souza, 1994:53).

b) **Nominação didática**

Os dados apresentaram alguns antropônimos nos casos em que ocorre o que Lyons (1977:178) chama de *nominação didática*, de acordo com o que foi exposto no capítulo 1: ensina-se a alguém que um nome particular está associado a uma pessoa por uma convenção preexistente. No total, foram 69 ocorrências, das quais são exemplos (13), (14) e (15):

- (13) ai gente lembrei o nome dele... **Manuel Bandera** (CMP2-APA/35)
- (14) *PESQUISADOR*: cumé que ea chama?
INFORMANTE: **Maria Rodrigues Soares** (MNV4-JAA/77-78)
- (15) mas seu Fernando Caitano de Soza tem o apilido de **seu Nanduca**
(PRC2-CSM/210)

Nos casos como os de acima, a ausência do artigo parecia ser categórica. No entanto, as seguintes ocorrências encontradas nos *corpora* não permitem que se afirme que em situação de *nominação didática* o antropônimo seja sempre desarticulado.

(16) *PESQUISADOR*: e a prefeita de agora?... cumé que é o nome dela?
INFORMANTE: a **Telma** (MNV2-AFR/51-52)

(17) *PESQUISADOR*: como que eles chamam?

INFORMANTE: Kleyton

PESQUISADOR: {Kleyton e

INFORMANTE: {isso e a **Kedna**

PESQUISADOR: Kedna?

INFORMANTE: isso (PRC8-KMM/77-82)

(18) *PESQUISADOR*: fala/fala o nome deles

INFORMANTE 2: Rosimeire... a **Rosimeire** a **Ana Lúcia**... o **Júlio Jackes**... Renato (PRC9-JGL/307-308)

c) Demonstrativos

Alguns antropônimos ocorrem no *corpus* precedidos por demonstrativos. Nesse caso, como nos anteriores, a ausência do artigo definido é categórica. Ele não co-ocorre com demonstrativos, como se pode ver pelos exemplos abaixo:

(19) *PESQUISADOR*: novela... qual novela que o sinhô vê?

INFORMANTE: ah... daquela... **daquele Toninho**... daquela ela eu gos[to] de vê (CMP1-LOU/93-94)

(20) aquele **cumpa[de] Tião** que vei[o] aqui com cês... é bem mais véi do que... meu marido (MNV4-JAA/195-196)

Embora as ocorrências de antropônimos com demonstrativos não tenham sido consideradas na análise quantitativa, vale a pena dispensar uma atenção especial a esses casos, o que será feito na seção 3.3.1.

d) Topônimos

O *corpus* revelou casos em que os nomes próprios de pessoas são atribuídos a determinados lugares, como nos exemplos abaixo:

- (21) istudei... aqui no **Zoroastro de Olivera** (CMP4-PCE/22)
 (22) é o segundo cirurgião do **Felício Rocho** (CMP5-SFD/194)
 (23) agoa eu tô ino **no dotor Gustavo** sabe? (CMP3-AMA/114)
 (24) cê deve levá ele é lá **ni Menam** (MNV1-MPR/101)

Nos exemplos, os nomes próprios destacados não se referem a pessoas, mas claramente a lugares. Em (21), *Zoroastro de Olivera* é o nome de uma escola e em (22) *Felício Rocho* é o nome de um hospital. Obviamente, casos como esses foram excluídos da análise quantitativa e nem sequer se encontram destacados no *corpus* em anexo. Em (23) e (24), embora haja a variação da ausência/presença de artigo definido, não se tem propriamente um antropônimo. O falante se refere na verdade a um determinado lugar. Em (23), o que o falante diz, na verdade, é que está indo *no consultório* do doutor Gustavo e em (24) a informante aconselha que o pesquisador seja levado *na casa* de Menam.

Casos como esses serão tratados no terceiro capítulo, 3.3.4.

e) **Metonímicos**

Nos casos abaixo, como nos anteriores, o falante não se refere propriamente a pessoas, realizando o que alguns autores chamam de uso metonímico. Ele se refere, na verdade, à obra produzida pela pessoa mencionada:

- (25) ele era apaixonado com **Camilo Castelo Branco** (CMP3-BRE/167-168)
 (26) como se diz? não vá pra cama sem o **Jô** e dificilmente cu vô pra cama sem o **Jô** (MNV3-EDE/115-116)
 (27) eu gos[to] de **Eça de Queiroz... Graciliano Ramos... Jusé de Alencar... Jusé Lins do Rego...** e vários otos né? (MNV2-AFR/148-149)

Em (25), a paixão à que se refere a informante é pela *obra* de Camilo Castelo Branco; em (26), o que o informante diz é que não vai para a cama sem assistir

o *programa* do Jô Soares e não sem o Jô, a pessoa, e em (27) o falante diz gostar da *obra* dos escritores mencionados. É importante ressaltar que, à exceção de (26), que parece ser uma expressão já fixa “ir pra cama sem o Jô”, todos os outros casos metonímicos ocorridos no *corpus* são desarticulados.

Semelhantes aos casos anteriores são as ocorrências de nomes de duplas musicais, muitas vezes formadas a partir de antropônimos, e que também não se incluíram na análise quantitativa. Todas também aparecem desarticuladas.³⁴ São exemplos:

(28) *PESQUISADOR*: e da... e de música... cê iscuta música?... quê que cê iscuta?

INFORMANTE: Leando e Leonardo... Zezé de Camargo e Luciano... Terrasamba (CMP4-PCE/94-95)

(29) exce/exceção de **Chitãozinho e Xororó** essas porcaria de sertaneja... sertaneja eu gosto pur exemplo... de **Tunico e Tinoco** (MNV2-AFR/115-116)

f) Patronímicos

As pessoas podem ser identificadas pelos seus prenomes, por patronímicos, ou por outras formas, conforme se viu no Capítulo 1. Os casos do *corpus* em que os patronímicos se referem a pessoas, como em (30), fazem parte normalmente da análise quantitativa. Temos aí claramente um antropônimo. No entanto, aqueles que se referem a famílias, como (31), foram excluídos.

(30) eu conheço a Selma... o senhor Leandro Fonseca... mais a mulher dele que era... filha de italiano o **Fonseca** já não era são de portugueses (CMP3-BRE/124-125)

³⁴ Houve casos em que foi difícil decidir se o informante se referia à obra do artista ou ao próprio artista, o que aconteceu, principalmente, com os nomes de cantores ou cantoras. Porém, como foi observada a variação da ausência/presença do artigo definido, decidiu-se incluí-los na análise quantitativa. São exemplos:

(i) eu gos[to] de **Chico Buarque**... de **Jamelão Elizete Cardoso** choro eu tenho muito (MNV2-AFR/127-128)

(ii) gosto muito do **Alejandro Sanz**... toca... acho... legal (MNV3-EDE/158-159)

(31) aqui tem os **Ferrera Lopes** tamém (CMP3-BRE/119-120)

g) **Outros casos**

Não foram consideradas na análise quantitativa as ocorrências de antropônimos nos casos em que não se pôde distinguir se o artigo definido estava presente ou ausente, seja pela nitidez da gravação, como em (32) (os parênteses indicam dúvida na audição), seja pelo contexto precedente, como em (33), em que a preposição *pa* não permite identificar a presença ou ausência do artigo definido.

(32) **(o) Manuel Bandera** também já teve aqui (CMP2-APA/37)

(33) “vô tirá ua mudinha e plantá **pa Dona Valderês...** que ela adora planta (PRC9-CLE/223-224)

Também foram excluídas as ocorrências em que o antropônimo aparecia em um trecho lido pelo informante, já que o que se buscava era uma fala próxima ao seu vernáculo.

(34) “não disponho... que a autora é campanhense... é filha **do dotor João Luís Alves...** [...]” (CMP3-BRE/256-257)

(35) ((lê)) “**Manuel Bandera** na Campanha os primeiros versos de um poeta tuberculoso” (CMP5-SFD/252-253)

Em (34) e (35), as informantes estavam cada uma com um livro na mão e leram alguns trechos durante a gravação.

2.2.3.2. Os grupos de fatores

Os grupos de fatores estabelecidos foram os seguintes:

- a) idade do informante;
- b) nível de escolaridade do informante;
- c) grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada;

- d) ausência/presença de título;
- e) posição do antropônimo no turno conversacional;
- f) presença do antropônimo em estrutura de genitivo;
- g) antropônimo como item de uma enumeração.

A seguir, explica-se cada um desses grupos de fatores.

a) Idade do informante

Os informantes foram divididos em 2 faixas etárias, conforme foi explicado em 2.2.1.2. São elas:

- i) **faixa etária 1:** de 18 a 30 anos;
- ii) **faixa etária 2:** a partir de 50 anos.

b) Nível de escolaridade do informante

Os informantes foram divididos em 2 níveis de escolaridade, de acordo com o que foi explicado 2.2.1.3. São eles:

- (i) **nível 1:** analfabeto ou com os primeiros anos do atual Ensino Fundamental (ou antigo primário);
- (ii) **nível 2:** com Ensino Médio ou Ensino Superior.

c) Grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada

Na análise de Silva (1996a:130), a autora, segundo o que ela mesma diz, não tinha acesso ao grau de afetividade entre o falante e a pessoa mencionada por ele. Por isso, preferiu usar uma variável que tentasse refletir essa afetividade, intuitivamente condicionadora da realização do artigo. Assim, baseou-se no grau de intimidade com que é tratado o referente: pelo apelido, nome de família ou de batismo; pelo nome de batismo e de família; pela presença de título.

No caso dos dados desta pesquisa, a situação foi mais favorável. Como o pesquisador esteve presente durante todas as gravações, atuando como condutor na

maioria delas, foi possível perceber, quase sempre, o tipo de relação que havia entre o falante e a pessoa mencionada. A partir disso, foram estabelecidos os três fatores abaixo:

- i) pessoa do meio social do informante (amigos, parentes e vizinhos)
- ii) personalidade famosa e com prestígio na região do informante (políticos, artistas, etc. com bom reconhecimento local)
- iii) personalidade famosa nacionalmente (políticos, artistas, personagens históricos, etc.)

Afirmou-se acima que foi possível perceber, quase sempre, o tipo de relação entre o entrevistado e a pessoa mencionada. Algumas vezes, porém, resultou difícil, por exemplo, distinguir se uma pessoa se encaixava em i) ou ii), principalmente se o informante era uma pessoa que mantinha (ou mantém) contato com pessoas como as de ii). Nesse caso, a opção foi considerá-las como i). De qualquer forma, temos extremos bem definidos, uma vez que os entrevistados não possuíam contatos com personalidades como as de iii).

d) Ausência/presença de título

Na análise de Mendes (2000:151), a autora observou que a presença de Qv (os chamados *títulos honoríficos*) condicionava a presença do artigo diante de antropônimo. Partindo dessa constatação, feita com os dados de Barra Longa/MG, resolveu-se incluir aqui este grupo de fatores, com o objetivo de verificar se nos dados dos três municípios a presença de título também condicionaria a ausência/presença de artigo definido no contexto em questão. Foram considerados títulos os seguintes itens antepostos aos antropônimos, que serviam para marcar:

- a) a formalidade: dom, dona, senhor, seu, sô;
- b) as relações de parentesco: cumpade, cumpa[dre], cumade, cuma[dre], ti[o], tia;

- c) a profissão: doutor, dotô, dotora, professor, professora;
- d) cargo religioso: padre, pade, irmão, irmã, pastor, monsenhor;
- e) cargo político: ministro, prefeita, presidente, senador, vereador;
- f) título de nobreza: conde, princesa.

e) Posição do antropônimo no turno conversacional

Observando os dados, verificou-se que, muitas vezes, o antropônimo, quando estava no início do turno conversacional, aparecia desarticulado, como nos exemplos (36), (37) e (38). Resolveu-se então verificar se esta posição seria favorecedora da ausência de artigo definido antes de antropônimo.³⁵

(36) *PESQUISADOR*: do pessoal que cuida do patrimônio assim... quem são os mais?

INFORMANTE: Dona Beatriz... (cê conversô com ela?) (CMP5-LAF/51-52)

(37) *PESQUISADOR*: a senhora/a senhora é... é crente aqui?

INFORMANTE: não... não

PESQUISADOR: Carlota né?... que eu cunversei lembrei

INFORMANTE: Carlota é crente (MNV4-JAA/164-167)

(38) *INFORMANTE*: sô Márcio é muito boa pessoa (PRC9-CLE/214)

f) Presença do antropônimo em estrutura de genitivo

Com base na arcaicidade da ausência de artigo antes de nomes próprios em estruturas genitivas discutida por Mendes (2000:89) e aliada ao *estranhamento* que este tipo de estrutura causou tanto no primeiro contato com a língua oral contemporânea, quanto com os textos de língua escrita pretérita, a autora optou por analisar as ocorrências de SPREP que estivessem em relação de posse, no caso genitivo.

³⁵ Segundo Bussmann (1996:500), há várias definições para *turno*, baseadas em diferentes critérios, sejam eles, por exemplo, formais ou funcionais. Não se pretende discuti-las aqui. Será usado o termo *turno* de acordo com a definição de Marcuschi (1991:89), segundo a qual é “a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade do silêncio, que é significativo e notado”.

O *estranhamento* de que trata a autora, de fato, merece atenção e pode ser relacionado aos diferentes ‘graus de estranhamento’ aos que se referiu Cohen (2000b) ao retomar Tarallo (1990). Ao ouvir as estruturas de genitivo com antropônimos desarticulados, como as que estão em (39), (40) e (41), percebe-se rapidamente que há *algo* diferente. Em Minas Gerais, esse *algo* diferente parece ser uma marca de falares. Por este motivo, resolveu-se verificar se este tipo de construção sintática estaria atuando na ausência/presença de artigo no contexto estudado.

(39) cunheço cunheço... a mãe **de Júlio**... cunheço (MNV5-AMA/30)

(40) adoro música **de Amado Batista** (PRC9-CLE/113-114)

(41) oh passei pela mãe **de Dália**... várias fases... (PRC2-CSM/342)

g) Antropônimo como item de uma enumeração

Baseando-se no roteiro previamente elaborado para as entrevistas, explicado em 2.2.1.4, com o objetivo de propiciar a ocorrência de antropônimos, questões como as seguintes eram feitas aos informantes:

- a) Quem são as pessoas mais conhecidas da cidade?
- b) Você gosta de música? Quem são seus cantores preferidos?
- c) Quais são seus atores preferidos?

Tais questões às vezes levavam os entrevistados a iniciar uma espécie de lista ou enumeração, na qual se referiam, usando os antropônimos, às pessoas solicitadas. Observando as transcrições das gravações, verificou-se que, freqüentemente, nessa enumeração apareciam antropônimos desarticulados, como em (42), (43) e (44). Resolveu-se pois observar se esse contexto favorecia a ausência do artigo.

- (42) *PESQUISADOR*: () artistas... ator atriz quem que você... gosta assim?
INFORMANTE: **Antônio Fagundes**... e da (cumé que o nome daquela da novela das sete que tá careca?) **Glória Menezes** num é isso?... **Glória Menezes** gosto muito dela... **Antônio Fagundes**... artista/cantor... **Daniel** (CMP5-LAF/79-82)

(43) *PESQUISADOR*: ((para *INFORMANTE 2*)) também não né?... é... quem que dá aula procês?

INFORMANTE 1: é o ano passado quem deu foi a **Janete... a Lia... é Nacilane**

INFORMANTE 2: **Maria Geralda... Leni**

INFORMANTE 1: **Cláudia**

INFORMANTE 2: **Cláudia**

INFORMANTE 1: **Valdirene** (MNV3-EDI-HIG/141-146)

(44) *PESQUISADOR*: é cantô tem algum?

INFORMANTE 2: ah tem os cantô daqui que tá fazeno sucesso...

Gilberto... Jean e Júnio (PRC9-JGL/67-68)

A enumeração também foi citada por Brandão (1963) como um contexto de ausência do artigo definido, embora tenha exemplificado com nomes comuns. O autor afirma que em geral se omite o artigo

“com os nomes que entram em uma enumeração: ‘...*artes* criminosas, *trato* com o espírito mau, *penitência* de uma abominável vida passada e, até loucura, tudo serviu sucessivamente para explicar o procedimento misterioso do presbítero” (Brandão, 1963:204)

Neste capítulo foram vistos os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a realização deste trabalho. Depois de um breve percurso pela história dos estudos dialetológicos e sociolingüísticos, com interesse especial à pouca (ou nenhuma) atenção oferecida aos fenômenos sintáticos, foram explicados todos os métodos e procedimentos utilizados desde a coleta de dados até a sua quantificação. O capítulo seguinte apresenta a análise dos dados obtidos.



Capítulo 3

Análise dos dados

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados coletados para este trabalho. Primeiramente, serão expostos os resultados da análise quantitativa à que foram submetidos *os corpora*. Em seguida, serão descritas e comentadas diversas ocorrências de antropônimos relacionadas ao fenômeno em estudo.

Nos três *corpora*, excluídos os casos descritos em 2.2.3.1, foram totalizadas 639 ocorrências de antropônimos, sendo 242 em Campanha, 233 em Minas Novas e 164 em Paracatu, como mostra a tabela 4.

Tabela 4
Número de ocorrências de antropônimos em cada localidade

Localidade	Número
Campanha	242
Minas Novas	233
Paracatu	164
Total	639

Como o programa Goldvarb 2000 selecionou fatores diferentes nas três localidades pesquisadas, serão apresentados os resultados de cada uma separadamente, para depois ser feita uma comparação entre eles.

3.1. OS RESULTADOS NAS TRÊS LOCALIDADES

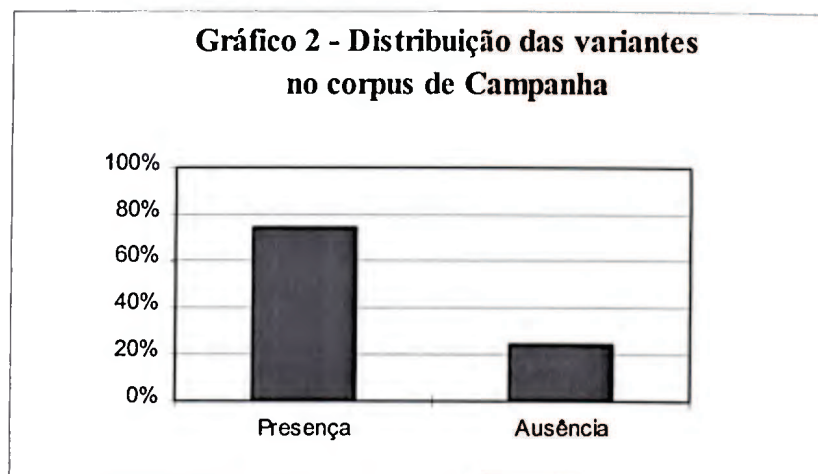
3.1. 1. Resultados de Campanha

Em Campanha, computou-se um total de 242 ocorrências de antropônimos. Dessas, 183 (75%) apresentaram artigo definido, enquanto 59 (24%) não estavam articuladas, o que pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5
Distribuição das variantes no *corpus* de Campanha

	Número	%
Presença	183	75%
Ausência	59	24%
Total	242	100%³⁶

Os dados acima serão melhor visualizados no Gráfico 2:



Como se vê, em Campanha, é predominantemente maior o número de casos de presença do artigo definido antes de antropônimo, comparados com os de ausência. Os fatores que se mostraram estatisticamente relevantes para a presença de artigo no *corpus* desta localidade foram os seguintes: posição do antropônimo no turno conversacional e intimidade.

Com relação ao primeiro fator selecionado, de acordo com o que se pode ver na Tabela 6, a presença do artigo é favorecida quando o antropônimo não está na posição inicial do turno (0.58) e desfavorecida quando está no início (0.14).

³⁶ Nesse total, já estão realizados os arredondamentos.

Tabela 6
Distribuição da presença do artigo definido
em função da posição do antropônimo no turno no *corpus* de Campanha

	Nº	%	P.R.
Início do turno	17/41	41%	0.14
Fora do início	166/201	82%	0.58

A Tabela 7 expõe o resultado da influência do fator intimidade. A presença do artigo é favorecida quando os falantes de Campanha se referem a pessoas públicas da região (0.59) e a pessoas do meio social em que vivem (0.58), resultados praticamente idênticos. No entanto, a presença do artigo é fortemente desfavorecida quando se referem a pessoas famosas nacionalmente (0.28).

Tabela 7
Distribuição da presença do artigo em função da intimidade
no *corpus* de Campanha

	Nº	%	P.R.
Pessoa do meio social	88/109	80%	0.58
Pessoa pública na região	52/63	82%	0.59
Pessoa famosa nacionalmente	43/70	61%	0.28

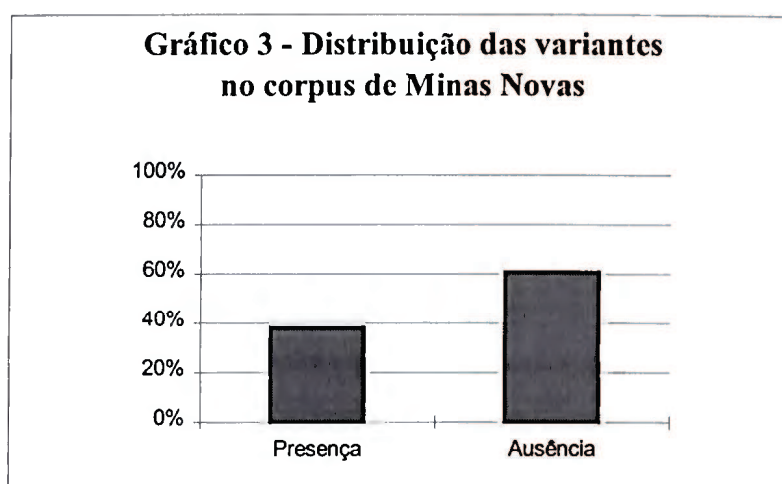
3.1.2. Resultados de Minas Novas

Em Minas Novas, foi computado um total de 233 ocorrências de antropônimos. Desse total, 89 (38%) aparecem anteceditos pelo artigo definido e 144 (61%) desarticulados, resultados que estão na Tabela 8.

Tabela 8
Distribuição das variantes no *corpus* de Minas Novas

	Número	%
Presença	89	38%
Ausência	144	61%
Total	233	100%³⁷

Os valores acima podem ser melhor visualizados no Gráfico 3:



Como é possível observar, em Minas Novas, é predominante a ausência do artigo definido antes de antropônimos. Os fatores que, no *corpus* deste município, foram selecionados como favorecedores da presença do artigo foram os seguintes: faixa etária e intimidade.

Com respeito ao primeiro fator, conforme se observa na Tabela 9, a presença do artigo é favorecida pela faixa etária 1 (0.61), ao passo que é desfavorecida pela faixa etária 2 (0.40) – recordando que na faixa etária 1 estão os informantes com idade entre 18 e 30 anos e na faixa etária 2, aqueles que têm idade a partir de 50 anos.

³⁷ Nesse total, já estão realizados os arredondamentos.

Tabela 9

**Distribuição da presença do artigo em função da faixa etária
no *corpus* de Minas Novas**

	Nº	%	P.R.
Faixa etária 2	37/131	28%	0.40
Faixa etária 1	52/102	50%	0.61

O segundo fator selecionado foi a intimidade. Pela Tabela 10 observa-se que a presença do artigo é favorecida quando os informantes de Minas Novas se referem a pessoas famosas nacionalmente (0.62) ou a pessoas públicas na região (0.61) e desfavorecida quando se referem a pessoas do meio social em que vivem (0.42).

Tabela 10

**Distribuição da presença do artigo em função da intimidade
no *corpus* de Minas Novas**

	Nº	%	P.R.
Pessoa do meio social	44/147	29%	0.42
Pessoa pública na região	13/23	56%	0.61
Pessoa famosa nacionalmente	32/63	50%	0.62

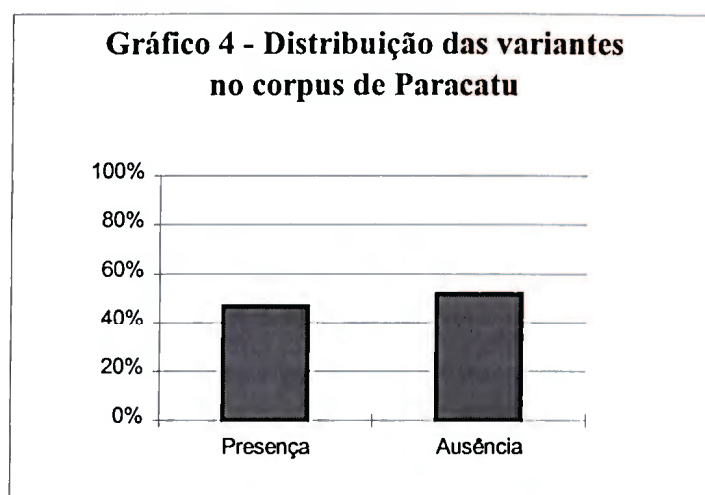
3.1.3. Resultados de Paracatu

Em Paracatu, totalizaram-se 164 ocorrências de antropônimos, das quais 78 (47%) se encontram com artigo definido e 86 (52%) sem artigo, de acordo com o que pode ser visto na Tabela 11.

Tabela 11
Distribuição das variantes no *corpus* de Paracatu

	Número	%
Presença	78	47%
Ausência	86	52%
Total	164	100%³⁸

Os dados acima serão melhor visualizados no Gráfico 4:



Com uma pequena diferença, a ausência de artigo definido antes de antropônimos é predominante em Paracatu. No *corpus* dessa localidade, os fatores que se mostraram estatisticamente relevantes foram os seguintes: faixa etária, nível de escolaridade e posição do antropônimo no turno conversacional.

O primeiro fator selecionado revelou que a presença do artigo é favorecida pela faixa etária 1 (0.62) e desfavorecida pela faixa etária 2 (0.35) o que está representado na Tabela 12.

³⁸ Nesse total, já estão realizados os arredondamentos.

Tabela 12

**Distribuição da presença do artigo em função da faixa etária
no *corpus* de Paracatu**

	Nº	%	P.R.
Faixa etária 2	32/74	43%	0.35
Faixa etária 1	46/90	51%	0.62

A Tabela 13 representa o resultado da influência do fator escolaridade. Em Paracatu, o nível 2 de escolaridade favorece a presença do artigo (0.63), ao passo que o nível 1 a desfavorece (0.30).

Tabela 13

**Distribuição da presença do artigo em função do nível de escolaridade
no *corpus* de Paracatu**

	Nº	%	P.R.
Nível 1	26/68	38%	0.30
Nível 2	52/96	54%	0.63

O último fator selecionado em Paracatu, a posição do antropônimo no turno, revelou que a presença do artigo é favorecida quando o antropônimo não está na posição inicial do turno (0.57) e é desfavorecida quando está no início (0.19), resultados que estão na Tabela 14.

Tabela 14

**Distribuição da presença do artigo
em função da posição do antropônimo no turno no *corpus* de Paracatu**

	Nº	%	P.R.
Início do turno	6/28	21%	0.19
Fora do início	72/136	52%	0.57

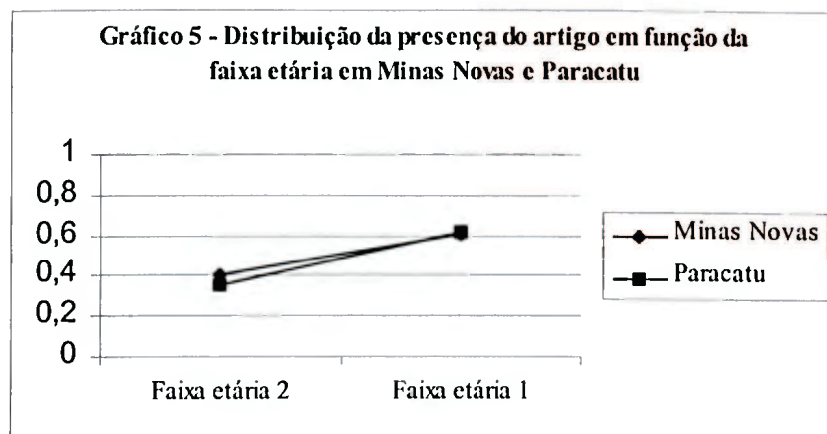
3.2. COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DAS TRÊS LOCALIDADES

Passamos agora a comparar os resultados apresentados na seção anterior, de acordo com os fatores que se mostraram estatisticamente relevantes. Primeiramente, verificou-se que três fatores não foram selecionados pelo programa: presença de título, antropônimo como item de enumeração e presença do antropônimo em estrutura de genitivo. Apesar disso, algumas considerações sobre este último serão feitas mais adiante, em 3.3.2.

Entre os fatores selecionados, com exceção do nível de escolaridade, todos os outros o foram em duas localidades. Antes de comentá-los, é interessante observar que o nível de escolaridade só foi selecionado em Paracatu, localidade em que a diferença entre a ausência (52%) e a presença (47%) do artigo é pequena (apenas 5%). Nesta cidade, de acordo com a Tabela 13, o nível 2 de escolaridade (Ensino Médio ou Superior) favorece a presença do artigo (0.63). Este resultado é semelhante ao que encontrou Silva (1996a) nos dados do Rio de Janeiro, onde a escolarização também atua no sentido de privilegiar o emprego do artigo – v. 1.3.2.3.

Nas outras duas localidades, Campanha e Minas Novas, onde a diferença da distribuição da presença ou da ausência do artigo é mais acentuada, o nível de escolaridade não favorece a ocorrência de uma ou outra variante. Seria possível supor que em ambos municípios os falantes teriam a tendência a usar a estrutura predominante (seja a ausência ou a presença), independentemente da escolaridade que possuem, ou seja, a escolarização não exerceria um papel de privilegiar uma determinada variante.

Voltando aos outros fatores selecionados, o primeiro deles, a faixa etária do informante, foi considerado estatisticamente relevante em Minas Novas e em Paracatu. Os dados obtidos, apresentados nas tabelas 9 e 12, podem ser agora visualizados no Gráfico 5.



Pelo Gráfico 5, observa-se que, tanto em Minas Novas quanto em Paracatu, o artigo definido antes de antropônimos é utilizado com maior frequência pelos informantes da faixa etária 1, ou seja, os mais jovens.

Considerando apenas os dados de Paracatu, onde o fator escolaridade também foi selecionado, realizou-se o cruzamento dele com a faixa etária, o que pode ser visto na Tabela 15.

Tabela 15

Cruzamento dos fatores faixa etária e nível de escolaridade nos dados de Paracatu

		Faixa etária 2		Faixa etária 1	
		núm.	%	núm.	%
Nível 2	Presença	28/63	44%	24/33	73%
	Ausência	35/63	56%	9/33	27%
Nível 1	Presença	4/11	36%	22/57	39%
	Ausência	7/11	64%	35/57	61%

Pelos valores da Tabela 15, observa-se que, apesar de a quantidade de dados não ser muito grande, i) a presença de artigo definido antes de antropônimos é maior entre os informantes de escolaridade nível 2 (Ensino Médio ou Superior) que pertencem à faixa etária 1 (jovens), (73%), ii) a ausência é maior entre os informantes de nível 1

(analfabetos ou com os primeiros anos do atual Ensino Fundamental) que pertencem à faixa etária 2 (velhos), 64%.

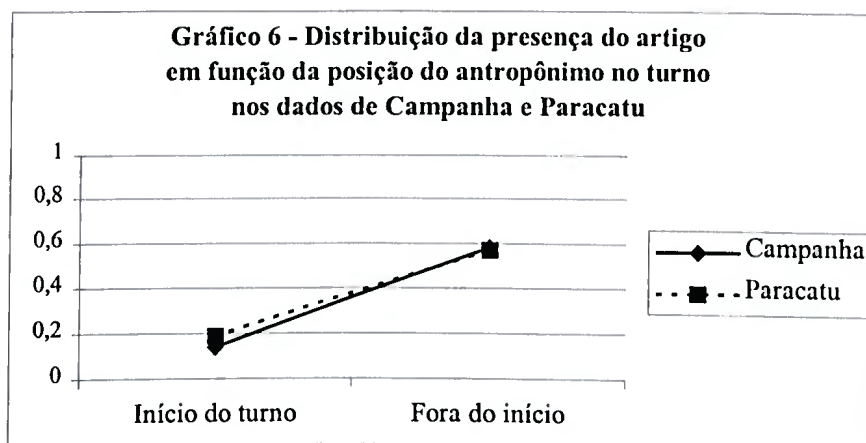
Não é o objetivo deste trabalho, como já foi exposto, verificar se o fenômeno objeto desta pesquisa constitui um quadro de mudança em progresso. Entretanto, considerando

- i) os resultados de Minas Novas e Paracatu apresentados no Gráfico 5;
- ii) os resultados de Paracatu apresentados na Tabela 15;

pode-se supor que o fenômeno abordado aqui seja, tanto em Minas Novas quanto em Paracatu, um caso de uma mudança lingüística. Uma futura pesquisa, incluindo dados de informantes de outra(s) faixa(s) etária(s), poderia testar esta hipótese.

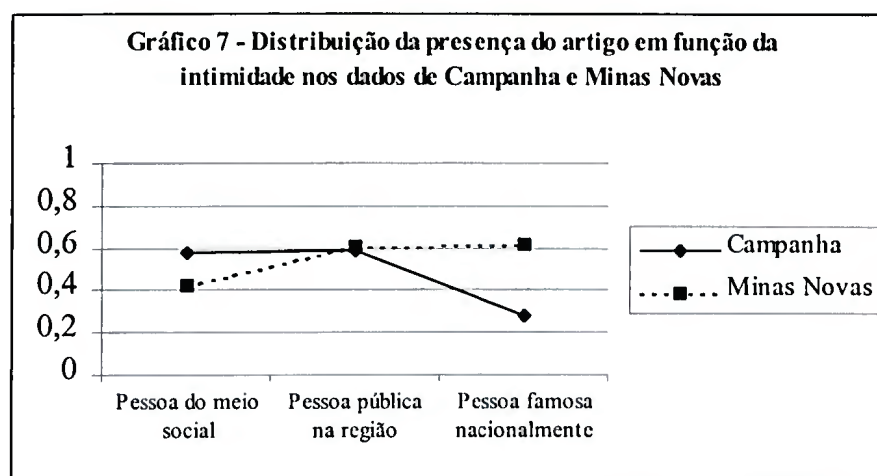
Os últimos resultados comentados vão ao encontro do que Mendes (2000) verificou nos dados de Barra Longa/MG, onde a ausência de artigo definido diante de antropônimos configura um caso de retenção na fala dos informantes idosos. Nas três localidades, a ausência do artigo é maior entre os informantes mais velhos, que são aqueles que normalmente tendem mais a conservar traços na língua.

Com relação ao próximo fator, a posição do antropônimo no turno conversacional, verificou-se que ele foi considerado relevante tanto em Campanha quanto em Paracatu. Os resultados foram mostrados nas Tabelas 6 e 14 e podem ser visualizados no Gráfico 6.



Observando o Gráfico 6, verifica-se que os dados de Campanha e de Paracatu confirmam a hipótese de que a posição inicial é favorecedora da ausência do artigo. Apenas nos dados de Minas Novas este fator não se mostrou relevante.

O fator seguinte, a intimidade do falante com a pessoa mencionada, foi selecionado pelo programa em Minas Novas e em Campanha, conforme foi demonstrado nas Tabelas 7 e 10. No entanto, os resultados das duas localidades são bem diferentes, o que pode ser visto no Gráfico 7.

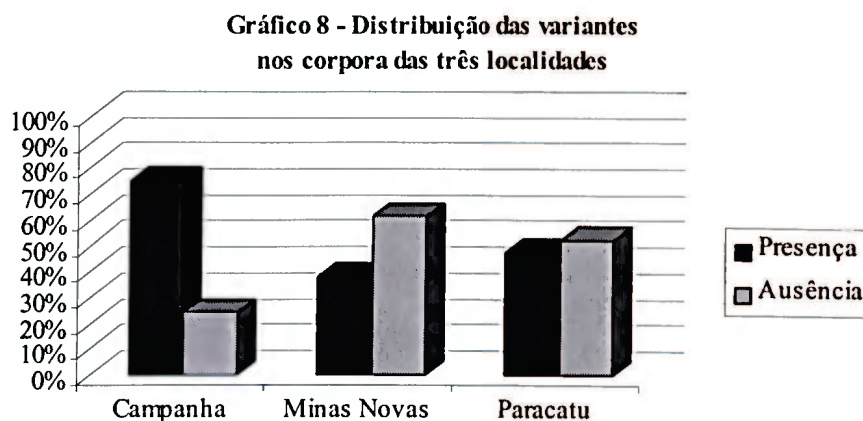


Observando os dois extremos do Gráfico 7, pessoa do meio social e pessoa famosa nacionalmente, pode-se chegar a algumas conclusões, já que apresentam resultados opostos em Campanha e Minas Novas. Como se viu antes (Tabela 5), em Campanha é predominante a presença do artigo antes de antropônimo. Nessa localidade, a **ausência** é favorecida quando os falantes se referem a pessoas famosas nacionalmente. Por outro lado, em Minas Novas, predomina a ausência do artigo e a **presença** é favorecida quando os falantes se referem a pessoas famosas nacionalmente. Dessa forma, temos a seguinte situação: a variante predominante nas duas localidades é a mesma utilizada para as pessoas do convívio social dos moradores. A outra é utilizada para pessoas famosas nacionalmente. Estes resultados indicam que o uso das variantes é uma marca de identificação do tipo de contato que se tem com a pessoa à qual se referem os informantes.

Restam agora os valores referentes às pessoas públicas na região do informante. Vê-se pelo Gráfico 7 que em Campanha a variante predominante para essas pessoas é a mesma daquela do grupo de pessoas do meio social. Por outro lado, em Minas Novas, a variante que predomina para as pessoas públicas na região é a mesma utilizada para pessoas famosas nacionalmente. Os resultados para esta última localidade não eram os esperados, principalmente porque Minas Novas é um município, como se viu, com uma população relativamente pequena, onde, pelo que se pôde perceber, não existe uma heterogeneidade nas relações sociais, ou seja, parece que os moradores têm contato uns com os outros independentemente de estratificações sociais. Para compreender esses resultados, seria necessário um futuro trabalho, que investigasse mais as redes sociais nessas localidades.

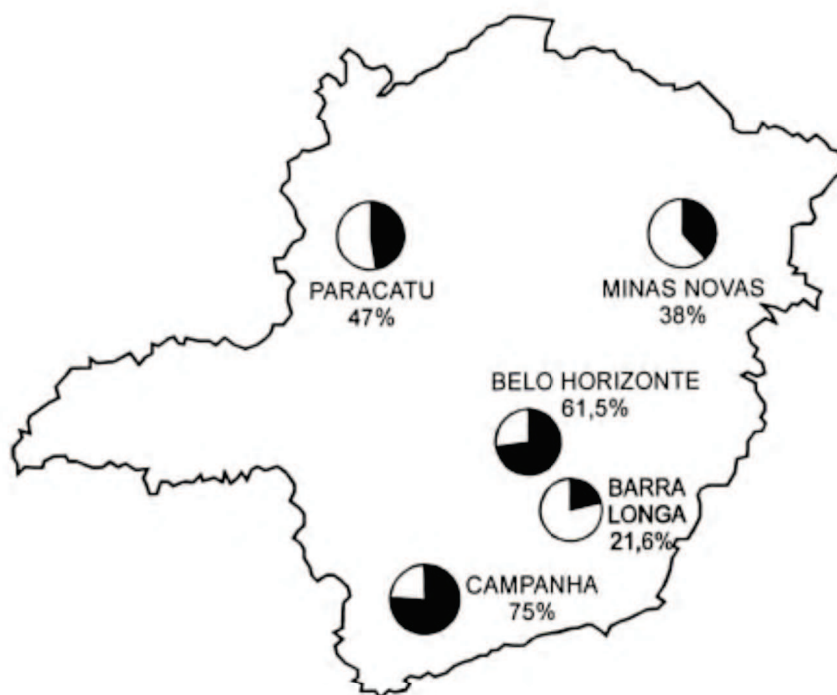
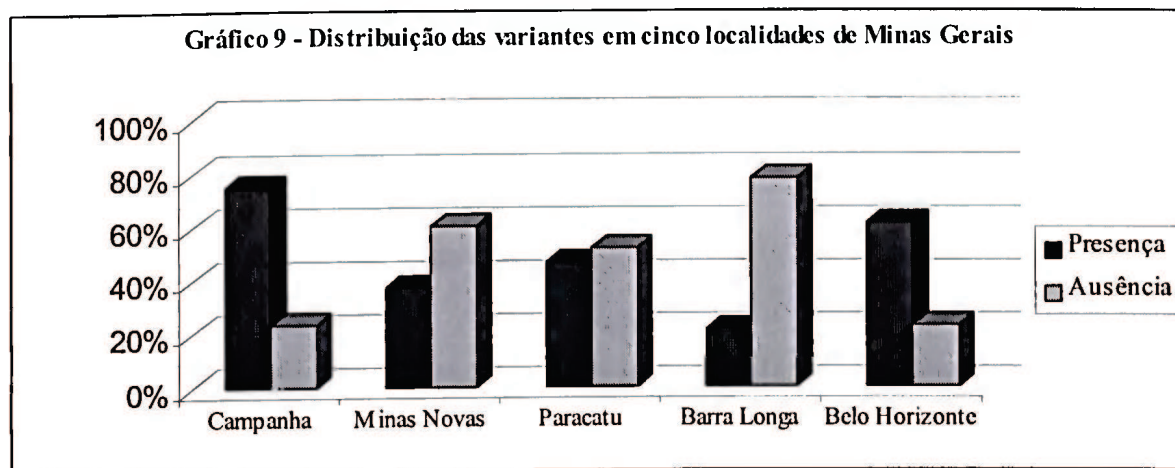
Vejamos agora a que conclusões podemos chegar a partir dos dados, considerando as questões de variação regional apresentadas no início deste trabalho.

De acordo com os resultados da análise quantitativa, a variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos apresentou valores bem diferentes nas três localidades, o que pode ser visualizado no Gráfico 8:



Os dados acima podem ainda ser comparados com aqueles dos trabalhos feitos por Moisés (1995) e Mendes (2000). Apesar de terem sido feitos com uma metodologia diferente da que foi utilizada para esta pesquisa, esta comparação servirá para podermos visualizar a variação regional da ausência/presença de artigo definido

diante de antropônimo em cinco pontos de Minas Gerais. Veja-se então o Gráfico 9³⁹ e posteriormente o Mapa 5, que apresenta a distribuição da presença do artigo no território mineiro.



Mapa 5 – Distribuição da presença do artigo definido diante de antropônimo em cinco localidades de Minas Gerais

³⁹ Os valores para Barra Longa foram obtidos através das informações fornecidas pelos quadros 14b e 15, ambos com os resultados do *corpus* de língua oral contemporânea apresentados por Mendes (2000:137).

De acordo com o que se viu no Capítulo 1, Moisés (1995) e Mendes (2000) fornecem as primeiras indicações da existência da variação regional da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo em Minas Gerais. Este trabalho apresenta agora os resultados da análise de dados de mais três localidades que, somados aos das autoras citadas, comprovam a hipótese inicial de que, com respeito ao fenômeno em questão, a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, existe de fato uma variação diatópica em Minas.

O número total de localidades com dados sobre o fenômeno estudado ainda é pequeno e não permite que sejam definidas áreas lingüísticas. Mas, pelo que indicam os dados, a variação espacial da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos parece não se encaixar na divisão de falares apresentada por Zágari (1998). Observando o Mapa 5 e comparando-o com o Mapa 3, em que o autor propõe a divisão de Minas em três falares, verifica-se que Barra Longa e Minas Novas, localidades apresentadas em falares diferentes, são dois pontos representativos da ausência de artigo no contexto estudado. Por outro lado, Belo Horizonte e Campanha, apresentadas também em falares diferentes, são dois pontos representativos da presença. Paracatu, por sua vez, parece realmente constituir um caso de transição. No Mapa 3, a cidade é apresentada entre dois falares, o paulista e o baiano, e, com este trabalho, verifica-se que, pelo fato de não apresentar uma diferença acentuada nos resultados da ausência e da presença, não pode ser considerada um ponto típico de uma ou outra variante. Apesar das diferenças observadas nos dois mapas, repete-se, são necessárias novas pesquisas em outras localidades para a delimitação de áreas lingüísticas.

Passemos agora à questão da sintaxe nos estudos dialetológicos. Os resultados acima fortalecem a hipótese de que variáveis sintáticas podem ser utilizadas para a delimitação de áreas lingüísticas, o que, como se viu em 2.1.2, não tem sido feito pelos estudiosos da dialetologia. Observação como essa também é feita por Koch (2000), para quem uma das explicações para a inexistência da variação diatópica de fenômenos morfo-sintáticos nos atlas lingüísticos brasileiros seria a idéia de que tais fenômenos teriam um caráter mais diastrático que diatópico. De acordo com o exposto em 2.1.1, Zágari (1998:32) apresenta idéia semelhante para os falares de Minas, ao afirmar que se diferenciariam gramaticalmente de acordo com os estrados sociais e com

a escolaridade. No entanto, este trabalho demonstra que, pelo menos com base na variação sintática da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, é possível traçar uma delimitação de zonas lingüísticas em Minas.

3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE OUTRAS ESTRUTURAS ENVOLVENDO ANTROPÔNIMOS

A seguir, comentam-se algumas estruturas envolvendo antropônimos que foram encontradas nos *corpora*. Primeiramente, discutem-se as que são precedidas por demonstrativos. Recorde-se que elas não entraram na quantificação dos dados, uma vez que não co-ocorrem artigo definido e demonstrativo. Logo após, são comentadas as ocorrências em que o antropônimo faz parte de uma estrutura de posse ou genitivo. Como se viu, como fator lingüístico favorecedor de uma ou outra variante, a presença do antropônimo nessa estrutura não foi selecionada pelo programa. Porém, achou-se importante discuti-las aqui. A seguir, comentam-se as ocorrências de antropônimos com *complementos adjetivais* de valor restritivo e por último aquelas em que há um topônimo no lugar de um nome próprio de pessoa. Todos esses casos são considerados importantes para a descrição do sintagma do qual faz parte o antropônimo e por esse motivo serão comentados nas próximas subseções.

3.3.1. As estruturas de antropônimos precedidos por demonstrativos

Nos *corpora* desta pesquisa, aparecem antropônimos precedidos pelos demonstrativos *esse* e *aquela/a*, contraídos ou não com preposição. Todas as ocorrências confirmam o valor fórico desses elementos. Os casos com *esse* são exemplos de usos endofóricos, todos como anáfora:

- (45) seria interessante se você conseguisse falar com ele... conversá com ele... tem ele... o professor Milton... e a isposa dele também é uma pessoa muito culta... uma ex-religiosa uma pessoa... muito inteligente...

é a a Teresa... (quem mais?)... **esse professor Milton**/as filhas dele também são assim (CMP5-LAF/41-44)

(46) agora o mais velho deles é o doutor Márcio... ele é () ((ri)) e a gente tem muita gente... tem os médicos que tã em Belo Horizonte tem otos em São Paulo... o filho desse... **desse Márcio** também é advogado em Belo Horizonte é muito conhecido (CMP3-BRE/137-140)

Em (45), o antropônimo *Milton*, precedido também pelo título *professor*, já havia sido mencionado pela informante, da mesma forma que *Márcio* em (46). Ambos são retomados com a presença de *esse*, seguido do mesmo antropônimo.

Os casos com *aquele* são exemplos de uso exofórico e referem-se, na maioria das vezes, a alguém bem distante do contexto dos interlocutores:

(47) *PESQUISADOR*: de quem que s[enh]o[ra] gosta mais ali [na novela]?
INFORMANTE: daquela... **daquela Dalva** eu gosto muito dela (MNV1-MPR/180-181)

(48) ten[ho] muita amizade... lá naquele ()... **aquele João da farmaça...** amigo meu (MNV4-JAA/183-184)

Em (47), o antropônimo *Dalva* se refere a um personagem de novela, ou seja, uma “pessoa” distante do contexto de fala do informante. Em (48), o antropônimo *João da farmaça* se refere também a uma pessoa distante da situação de fala do entrevistado. Deve-se salientar que, nesse caso, a informante, moradora da zona rural de Minas Novas, no distrito de Bem Posta, falava das pessoas que residiam na zona urbana.

Mendes (2000:146), com base em Lapesa (1961), afirma que acredita que “o uso do demonstrativo num ambiente anafórico junto a NPr [nome próprio] encontrado no *corpus* da LOC [língua oral contemporânea] preserva uma estrutura que antecede a gênese do artigo definido”. O número de ocorrências com demonstrativos da autora é pequeno, da mesma forma que o é o deste trabalho. Foram totalizadas aqui 16 ocorrências (10 em Campanha, 6 (seis) em Minas Novas e 0 (zero) em Paracatu). Entre elas, pode-se observar que a maioria (12 = 75%) se encontra na fala dos informantes da faixa etária 2, os mais velhos. Uma futura pesquisa, em tempo aparente, com um

volume maior de dados, poderia dizer se o fator *idade* condiciona a ocorrência de demonstrativos antes de antropônimos.

3.3.2. Antropônimos em estruturas de genitivo

Para a análise quantitativa dos *corpora*, decidiu-se verificar se a presença de antropônimo em estrutura de genitivo seria fator relevante estatisticamente na ausência/presença de artigo, conforme foi visto na subção 2.2.3.2, cujos exemplos são retomados abaixo com nova numeração:

(49) cunheço cunheço... a mãe **de Júlio**... cunheço (MNV5-AMA/30)

(50) adoro música **de Amado Batista** (PRC9-CLE/113-114)

(51) oh passei pela mãe de **Dália**... várias fases... (PRC2-CSM/342)

Todas os exemplos de genitivo acima encontram-se em estruturas como a de (52). Um antropônimo, acompanhado de artigo definido zero (\emptyset), constitui o núcleo de um sintagma nominal (SN2) que por sua vez é constituinte de um sintagma preposicionado (Sprep), cuja preposição é *de*. Este sintagma preposicionado é constituinte de outro sintagma nominal (SN1), que pode estar ou não articulado.

(52) [_{SN1}[_{Sprep}de[_{SN2}[_{Art. def.} \emptyset] [antropônimo]]]]

Como se viu em 3.1, este fator, em nenhuma das três localidades da pesquisa, foi selecionado pelo programa *Goldvarb 2001* como estatisticamente relevante no favorecimento de uma ou outra variante. Entretanto, esse resultado quantitativo não invalida o que foi exposto sobre o *estranhamento* que esses exemplos provocam em certos falantes e que parece ser uma marca de distinção de falares em Minas Gerais. Muitos falantes, às vezes não lingüistas, ao se referirem à variação da ausência/presença de artigo diante de antropônimos utilizam estruturas como as anteriores para exemplificação.

Embora não apresente os números, Mendes (2000:148) afirma que quantitativamente há nos seus dados uma maior ocorrência de [artigo zero + NSN2-NPr] em Sprep de caso genitivo. Apoiando-se no que diz o gramático João de Barros e ainda Lapesa (1961) e Posner (1966), a autora defende a hipótese de que este tipo de estrutura (como a de (52)) é o “resquício de uma forma pretérita da língua que se manteve no sistema lingüístico de Barra Longa/MG”.

Nos *corpora* desta pesquisa, foi encontrada a seguinte quantidade de ocorrências de estruturas de antropônimo em genitivo:

Tabela 16

Índice de ocorrência de antropônimos em estrutura de genitivo de acordo com a presença ou ausência de artigo em cada uma das três localidades

	Presença		Ausência		Total
	Núm.	%	Núm.	%	
Campanha	25	80%	6	19%	31
Minas Novas	11	28%	28	71%	39
Paracatu	12	46%	14	53%	26

A Tabela 16 apresenta valores que corroboram a distribuição das variantes, de acordo com os dados do Gráfico 8. As 28 ocorrências de antropônimos desarticulados em estrutura de genitivo nos dados de Minas Novas (71% de 39 casos) confirmam a diferenciação do falar dessa localidade, situada no Vale do Jequitinhonha.

3.3.3. Antropônimos com *complementos adjetivais*

Como foi visto no Capítulo 1, Cunha e Cintra (1985:217) afirmam que os nomes de pessoas são empregados com artigo se vêm acompanhados de determinativo ou qualificativo denotadores de um aspecto, de uma época, ou de uma circunstância da vida do indivíduo. Os exemplos que os autores dão são os seguintes: *Era o Daniel de outrora que eu tinha diante de mim.*; *Estas palavras eram de Raul, o Raul adolescente.*

Vejam-se as seguintes ocorrências encontradas nos *corpora* deste trabalho.

- (53) e afartô **Maria de Tiofe** (MNV4-JAA/125)
- (54) oh a diferença... cadê ieu... **Maria de Juão... Maria de Tiofe** (MNV4-JAA/131)
- (55) que era do tempo que a gente conviveu também junto é... **Lurdinha de Juão Batista...** (MNV5-AMA/125-126)
- (56) depois eu peguei a professora que era boa mesmo que é boa... a Preta **de Juão da Farmácia** ela conhece ela (MNV5-AMA/105-106)

Nos exemplos anteriores, o antropônimo é acompanhado de um elemento qualificativo, constituído de um sintagma preposicionado. Em todos eles, não há a presença do artigo, contrariando o que diz os gramáticos em geral, entre eles Cunha e Cintra acima citados. O último exemplo, de um informante de Minas Novas, é entretanto mais curioso: há dois antropônimos, ambos seguidos de um sintagma preposicionado, um com artigo (*a Preta*) e o outro sem (*de Juão*).

Também foram encontrados nos *corpora* antropônimos com outros *complementos*, que podem ser vistos abaixo. Observe-se que, novamente, ao contrário do que dizem os gramáticos, a presença do artigo antes de antropônimo não é categórica:

- (57) é professô de Ciências o Juãzinho né?... **Juão... professô de Ciências** hoje também é da pulícia civil (MNV3-EDE/194-195)
- (58) *INFORMANTE*: dos mais véio... cunhido memo... é o **Tonim dentista**
PESQUISADOR: Tonim?
INFORMANTE: é é... **Tonim dentista...** cê conhece ele... aquele da da da... da da... (CMP1-LOU/130-132)
- (59) *INFORMANTE*: Ricardo... **Ricardo arquiteto** (CMP2-APA/162)
- (60) tem o Manuel Borges né?... já foi prefeito da cidade... tem o... **João Gilberto vereador** (PRC8-KMM/26-27)
- (61) *INFORMANTE*: cê conheceu a Cristina?
PESQUISADOR: não
INFORMANTE: **Cristina mãe do Duvalo...** mãe do Gino (105-108)

(62) o Dom João Sexto tava substituindo... **a dona Maria mãe dele** (CMP3-BRE/206-207)

(63) é a cara do/do/do **Veiga daqui** (CMP3-BRE/78)

Mateus et al. (1983), por sua vez, afirmam que no seguinte exemplo não haveria um nome próprio, mas um nome comum: *O Pessoa ortônimo é um dos astros da constelação poética pessoana*. Segundo os autores, o nome próprio não admite complementos frásicos ou adjetivais de valor restritivo e por isso seria agramatical: **Galileu que era físico nasceu em Pisa*.

Posição semelhante à de Mateus et al. (1983) é a de Valério (2000). Este autor, cujo trabalho também já foi comentado no Capítulo 1, trata da passagem do nome próprio a comum. Entre os exemplos do autor, estão os seguintes, que envolvem *antropônimos* (o primeiro pertence aos casos em que para ele não há antonomásia e o segundo aos que há antonomásia – v. 1.1.4; a numeração original foi conservada):

(66) No programa de hoje, porém, livre de comparações, **o Schubert do Alban Berg** deve soar surpreendente para os ouvintes habituais do compositor.

(123) Pois Godard não é **o Napoleão de hospício do cinema contemporâneo**, o maluco que fala mal de “A Lista de Schindler”?

Segundo Valério (2000), ambos os exemplos são casos de nomes acompanhados de locução adjetiva em que houve a transubcategorização: o nome próprio passou a nome comum.

Observando os exemplos de (53) a (63), extraídos do *corpus* deste trabalho, pode-se ver que os antropônimos em negrito assumem características de nomes comuns. Os complementos que lhes seguem têm valor restritivo. Assim, em (54) *de João* tem valor restritivo junto a *Maria*, ou seja, delimita uma *Maria* em relação a outras, da mesma maneira que em (62) *mãe dele* tem valor restritivo junto a *a dona Maria*.

A análise acima vai ao encontro das idéias expostas sobre os nomes próprios no Capítulo 1, baseadas principalmente em Coseriu (1967). Essa posição também encontra respaldo nas idéias de Liberato (1997), apesar de sua abordagem ser diferente,

conforme já foi visto em 1.2.3. A autora (Liberato, 1997:49) afirma que *a Thaís que eu conheci anos atrás* pode ser contrastada com *a Thaís que eu estou conhecendo agora e*, por este motivo, estes antropônimos 'funcionam' como *classificadores* de SNs descritivos (delimitam classes mais amplas de entidades que podem ser divididas em subclasses).

Voltando às ocorrências desta pesquisa, observa-se que, na maioria dos casos, os antropônimos correspondem a nomes freqüentes, como *Maria, Lurdinha, Preta, João, Tonim*, o que talvez pudesse explicar a necessidade de inclusão de um complemento restritivo.⁴⁰

3.3.4. Antropônimos como topônimos

O *corpus* revelou casos em que os nomes próprios de pessoas são atribuídos a determinados lugares, conforme se viu na seção 2.2.3.1, cujos exemplos serão retomados aqui com nova numeração.

(64) istudei... aqui no **Zoroastro de Olivera** (CMP4-PCE/22)

(65) é o segundo cirurgião do **Felício Rocho** (CMP5-SFD/194)

Nos exemplos, de acordo com o que já foi exposto, os nomes próprios destacados não se referem a pessoas, mas claramente a lugares. Em (64), *Zoroastro de Olivera* é o nome de uma escola e em (65) *Felício Rocho* é o nome de um hospital.

O que acontece nesses casos é que aos lugares (escolas, hospitais, supermercados, etc) são atribuídos nomes de pessoas, muitas vezes de personalidades famosas. Por isso, a escola/colégio recebeu o nome de *Zoroastro de Olivera* e o hospital, de *Felício Rocho*. Esses exemplos são idênticos aos de língua escrita apresentados por Valério (2000:97-98) que estão abaixo (conserva-se a numeração original):

⁴⁰ Apesar da possível interpretação dos *antropônimos* como nomes comuns, os casos citados fizeram parte da análise quantitativa apresentada em 3.1.

- (141) Peça sobre uma mulher fascinada pelo cinema, no **Clara Nunes**, Gávea.
- (144) Na **Régis Bittencourt** e na **Fernão Dias**, os congestionamentos atingiram também 20 km de extensão em cada rodovia.

Com respeito a exemplos como os anteriores, o autor afirma que “verdadeiramente problemáticos são os casos em que existe notoriamente apagamento de um lexema, o que é atestado pela própria flexão muitas vezes. Talvez não se tratem de transubcategorizações.” (Valério, 2000:97). Entretanto, basta observar que, também em seus exemplos, o que temos é que a um lugar foi atribuído um nome de uma pessoa, o que permite que esse lugar seja identificado pelo respectivo nome, independentemente da realização do lexema (ou nome comum, de classe) correspondente. Assim, a um teatro foi atribuído o antropônimo *Clara Nunes* e às rodovias, *Régis Bittencourt* e *Fernão Dias*. A referência, claramente, não é feita às pessoas que um dia receberam estes nomes, mas ao próprio teatro e às rodovias. Nesse sentido, não são casos de nome próprio passando a comum, não configurando, pois, exemplos de transubcategorizações. São exemplos transparentes de topônimos (não deixam de ser nomes próprios), o que pode ser uma resposta à questão levantada por Valério.

Semelhantes aos exemplos (64) e (65) parecem ser os casos seguintes, em que também não há propriamente um antropônimo. O falante se refere na verdade a um determinado lugar.

(66) agoa eu tô ino no **dotor Gustavo** sabe? (CMP3-AMA/114)

(67) por exemplo... lá **nesse seu Orlando Fonseca**... tem a Selma (CMP3-BRE/145)

Em (66), o que o falante diz, na verdade, é que está indo ao *consultório* do doutor Gustavo e em (67) a informante se refere à *casa* do *seu Orlando Fonseca*.

Com exceção de (64), em que o SN do qual faz parte o antropônimo é núcleo de um SPrep cuja preposição é o *de*, todas os topônimos como os de acima que aparecem nos *corpora* são núcleos de um SPrep cuja preposição é *em*, contraída ou não. As formas contraídas são *no* e *nesse*, seguidas do topônimo. Quando não há a contração, a forma da preposição que aparece é *ni*, como nos exemplos abaixo:

- (68) cê deve levá ele é lá **ni Menam** (MNV1-MPR/101)
- (69) a avó dela tá lá **ni Gerald[o] de Binidito** (MNV1-MPR/138-139)
- (70) ali **ni Geci** naquele curral um curral grande que tem (PRC9-CLE/163-164)
- (71) quand[o] ea foi pa ganhá criança ea ficô foi lá **ni Dona Nenem... Dona Neném** que zelô dela até... (MNV4-CXM/68-69)⁴¹

Observando os dados, verifica-se que todas as ocorrências com *ni*, que, de uma certa forma, causam um *estranhamento* a alguns falantes do português, principalmente belo-horizontinos, foram produzidas por pessoas de baixa escolaridade, o que pode ser um indício de que este fator estaria atuando na realização da preposição com essa forma. Porém, nada mais pode ser demonstrado, antes que novas pesquisas sejam feitas.

⁴¹ Este exemplo não pertence aos informantes cujas gravações foram selecionadas para constituir o *corpus* de Minas Novas, mas faz parte das outras entrevistas realizadas na localidade no mesmo período. Foi produzido por uma informante de 72 anos, analfabeta, moradora da zona rural. Está sendo utilizado aqui por atender claramente os objetivos da exemplificação.



Conclusão

Este trabalho teve como objetivo fazer uma descrição da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na língua oral contemporânea de três localidades de Minas Gerais, identificando alguns fatores favorecedores das variantes e contrastando os resultados obtidos com a divisão de falares feita por Zágari (1998) para o Estado. Buscou-se também testar a hipótese de que fenômenos sintáticos podem ser úteis à delimitação de áreas lingüísticas nos estudos dialetológicos.

O primeiro capítulo foi dividido em três partes. A primeira tratou do nome próprio, em especial do antropônimo. Com base em Lyons (1977), verificou-se a importância da noção de referência para a definição de nome próprio e, a partir de Jespersen (1965), Coseriu (1967) e de outros autores, foi visto que os nomes próprios pluralizados possuem traços de nomes comuns. Seguindo o mesmo raciocínio, discutiram-se outros casos em que os nomes próprios passam a nomes comuns, com base em Valério (2000). Foram vistas também diferentes funções que pode exercer o nome próprio, a referencial e a vocativa, a partir de Lyons (1977). Chegou-se dessa forma ao antropônimo, elemento de análise deste trabalho.

A segunda parte do primeiro capítulo tratou do artigo definido. Após uma breve discussão sobre a classe da qual ele pode fazer parte, estabeleceu-se que a esta pesquisa interessariam principalmente as ocorrências de *o* e *a* diante de antropônimos. Foi visto em seguida como alguns autores têm tratado recentemente o artigo definido. Partiu-se da gramática tradicional e depois foram comentados alguns estudos recentes, como os de Halliday e Hasan (1976), Lyons (1978), Negri (1986), Liberato (1997) e Lima (1997). Verificou-se que o que estes autores postulam para o artigo não se aplica aos casos em que ele precede o antropônimo, o que contribui para o tratamento da ausência/presença de artigo definido diante deste item como um fenômeno variável.

Ainda no primeiro capítulo, na terceira parte, discutiram-se alguns trabalhos que trataram da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Após serem comentados brevemente alguns exemplos de outras línguas, com base em Souza (1994), Dardano e Trifone (1995) e Gómez Torrego (2000), passou-se ao português. Foram apresentadas as abordagens de alguns gramáticos para o assunto, bem como os

resultados de alguns trabalhos que o analisaram com base em um *corpus* de uma região. Viu-se que: Moisés (1995) conclui que em Belo Horizonte há um tendência ao uso do artigo definido antes de antropônimo; Mendes (2000) afirma que em Barra Longa/MG os falantes idosos tendem ao não uso; Silva (1996a) e Silva (1996b) identificam diversos fatores condicionadores da presença no *corpus* do Rio de Janeiro; Callou e Silva (1997) fazem o mesmo com o *corpus* do projeto NURC.

O segundo capítulo apresentou os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a realização deste trabalho. Primeiramente, voltou-se à história dos estudos dialetológicos e sociolinguísticos, foi apresentada a divisão em três falares, baiano, mineiro e paulista, que Zágari (1998) faz de Minas Gerais e foi explicado por que a sintaxe tem recebido pouca atenção dos estudos da Dialectologia. A seguir, apresentaram-se os métodos e procedimentos utilizados desde a coleta de dados até a sua quantificação. Viu-se que a escolha das localidades baseou-se em fatores como a existência de zonas dialetais já delimitadas, a história de cada município e sua distribuição geográfica. Com relação aos informantes, foi explicado que a sua escolha tinha como base a idade (duas faixas etárias), a escolaridade (dois níveis) e a naturalidade deles e dos pais. Foi apresentado também o roteiro de entrevista usado durante as gravações, elaborado especificamente para este trabalho, que se preocupa com a ocorrência de antropônimo. Depois de terem sido explicitados os critérios utilizados para as transcrições, viu-se que a quantificação dos dados foi feita pelo programa Goldvarb 2001. O penúltimo item do Capítulo 2 apresentou os diversos casos que foram excluídos da análise quantitativa – por não demonstrarem variação na ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo ou por não constituírem propriamente uma ocorrência de antropônimo. No último item foram explicados os grupos de fatores usados na análise variável.

O capítulo três apresentou a análise dos dados. Primeiramente, foram vistos os resultados de cada uma das três localidades, com os respectivos fatores que favoreceram a presença do artigo definido diante de antropônimo. Verificou-se que cada localidade apresentou um conjunto diferenciado de fatores selecionados, o que contribuiu para as conclusões posteriores sobre a variação espacial do fenômeno.

A seguir, foram comparados os resultados. Observou-se que a faixa etária foi um fator selecionado em Minas Novas e em Paracatu, com a presença do artigo sendo favorecida pelos informantes mais jovens e a ausência, pelos mais velhos. Em Paracatu, também foi selecionado o fator escolaridade, sendo a presença favorecida pelos informantes mais escolarizados, resultado semelhante ao de Silva (1996b) para o *corpus* do Projeto Censo. Esses resultados forneceram indícios de que o fenômeno pode constituir um caso de mudança em progresso nas duas localidades. Concluiu-se que novas pesquisas precisam ser feitas, coletando dados de outra(s) faixa(s) etária(s).

Verificou-se também que a posição do antropônimo no turno conversacional foi fator selecionado em Campanha e Paracatu, comprovando a hipótese inicial, feita a partir do primeiro contato com os dados, de que ausência do artigo seria favorecida pela posição inicial do antropônimo no turno.

O fator intimidade foi selecionado em Campanha e Minas Novas, demonstrando, porém, resultados opostos que, comparados com os resultados gerais e com a caracterização de cada localidade, permitiram observar que o uso das variantes estudadas serve como uma marca de identificação do tipo de contato que o informante tem com a pessoa à qual se refere. Com esses resultados, foi comprovada a importância do fator intimidade na ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos, mas observou-se que o assunto precisa ser melhor investigado, para explicar, por exemplo, as diferenças registradas em Campanha e Minas Novas nas ocorrências em que há a referência a pessoas públicas na região do informante.

Com relação à variação areal, comprovou-se a existência da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no Estado de Minas Gerais, já indicada pelos trabalhos de Moisés (1995) e Mendes (2000). Confirmou-se também a possibilidade de delimitação de áreas lingüísticas a partir de fenômenos sintáticos, o que não tem sido feito pelos estudiosos da Dialetoлогия.

Com os resultados obtidos e junto aos de Moisés (1995) e Mendes (2000), pôde ser observada a variação do fenômeno estudado em cinco pontos do Estado (Belo Horizonte, Barra Longa, Campanha, Minas Novas e Paracatu), que, contrastada com a divisão de falares feita por Zágari (1998), parece indicar que a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos tem uma distribuição no espaço mineiro

diferente daquela apresentada pelo autor. No entanto, foi visto que, para que seja traçada uma delimitação das áreas lingüísticas correspondentes às variantes, novas pesquisas precisam ser realizadas.

Antes de terminar o terceiro capítulo, foram feitas algumas considerações sobre outras estruturas envolvendo o antropônimo, como aquelas em que ele é precedido por demonstrativo, ou que ele aparece em uma ocorrência de genitivo, com complementos *adjetivais* ou como topônimo. Não se exploraram profundamente tais estruturas, mas foram comentadas por acreditar-se que são importantes para a descrição do sintagma do qual o antropônimo faz parte e por servirem de sugestões para futuras pesquisas.

Com o término deste trabalho, conforme foi comentado na Introdução, dá-se uma contribuição para o conhecimento da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em Minas Gerais, fenômeno que tem sido pouco estudado pelos especialistas. Além do mais, espera-se que este trabalho contribua um pouco para o conhecimento da língua falada pelos mineiros e, conseqüentemente, da que é utilizada pelos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: UEL, 1998.
2. ALARCOS LLORACH, Emilio. **Estudios de gramática funcional del español**. Madrid: Gredos, 1970.
3. ALARCOS LLORACH, Emilio. **Gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 1999.
4. ALVAR, Manuel (dir.). **Manual de dialectología hispánica: el español de España**. Barcelona: Ariel, 1996.
5. ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A situação da geografia linguística no Brasil. In: GÄRTNER, Eberhard (ed.) **Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil**. Frankfurt am Maim: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997. p.79-97.
6. ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **Gramática de Port-Royal**. (Trad. Bruno Fregni Bassetto, Henrique Graciano Murachco.) 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (original francês: Grammaire Générale el raisonée.)
7. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
8. BÍBLIA sagrada. 116. ed. São Paulo: Ave-Maria, 1998. Trad.: Centro Bíblico Católico.
9. BRANDÃO, Cláudio. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
10. BUSSMANN, Hadumod. **Routledge dictionary of language and linguistics**. London; New York: Routledge, 1996. (Translated and edited by Gregory Trauth and Kerstin Kazzazi.)
11. CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.
12. CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa**. 11 ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
13. CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Geolinguística: convergências e divergências na coleta de dados. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador: Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, UFBA, jun./dez. 1999, p.143-153.

14. CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Que dimensões outras, que não a diatópica, interessam aos atlas lingüísticos? In: XXIIe. Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, *Actes...* v. III - Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tübingen: Niemeyer, 2000. p. 411-415.
15. CHAMBERS, J. K., TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. 2nd ed. Londres: Cambridge University Press, 1998.
16. CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.
17. COHEN, Maria Antonieta A. M. et al. Filologia Bandeirante. **Filologia e Lingüística Portuguesa**, São Paulo, n. 1, p. 79-94, 1997.
18. COHEN, Maria Antonieta A. M. A língua portuguesa no território mineiro. In: FREITAS, José Eustáquio de; MOL, Maria Lúcia de Almeida (orgs.) **Português: língua pátria, fator de identidade e resistência**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000a.
19. COHEN, Maria Antonieta A. M. Pressupostos teórico-metodológicos do projeto Filologia Bandeirante. In: MEGALE, Heitor. **Filologia bandeirante: estudos**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2000b. v.1. p.211-222.
20. COHEN, Maria Antonieta A. M.; MENDES, Soélis T. Prado; SEABRA, Maria Cândida T. C. BTLH - Banco de Textos para pesquisa em Lingüística Histórica: dados de Barra Longa/MG. In: **Filologia e Lingüística Portuguesa**. n.2. São Paulo: Humanitas, 1998. p.119-142.
21. COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (Brasil). **Atlas lingüístico do Brasil: questionário 2001**. Londrina: UEL, 2001.
22. COSERIU, Eugenio. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1967.
23. COSERIU, Eugenio. **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982. (Trad. orig. esp. Carlos Alberto da Fonseca e Mario Ferreira.)
24. COSTA, Iraneide Santos. **Uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa: período arcaico**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.
25. COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial e administrativa**. 2. ed. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 1997.

26. CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
27. DARDANO, Maurizio; TRIFONE, Pietro. **Grammatica italiana com nozioni di lingüística**. 3.ed. Bologna: Zanichelli, 1995.
28. DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Lingüística**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.
29. ELIA, Silvio. **Preparação à lingüística românica**. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
30. ELIZAINCÍN, Adolfo; THUN, Harald. El “Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay”: un proyecto bilateral en marcha. **Diálogo científico**, I, Tübingen, p.127-132.
31. FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Ática, 1991.
32. FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
33. FERREIRA, Carlota et al. **Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros**. 2. ed. rev. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
34. FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. v. XXIV.
35. FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. v. XXVI.
36. FERREIRA, Manuela B. et al. **Variação lingüística: perspectiva dialetológica**. In: FARIA, Isabel Hub et al. **Introdução à lingüística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996. p.479-502.
37. GARCÍA MOUTON, Pilar. **Dialectología y geografía lingüística**. In: ALVAR, Manuel (dir.). **Manual de dialectología hispánica: el español de España**. Barcelona: Ariel, 1996.
38. GÓMEZ TORREGO, Leonardo. **Gramática didáctica del español**. 7. ed. Madrid: Ediciones SM, 2000.
39. HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London, Nova York: Longman, 1976.

40. HEAD, Brian. F. Os parâmetros da variação dialectal no português do Brasil. In: DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel. Congresso Internacional sobre o Português, *Actas...* Lisboa, junho 1996, p. 141-165.
41. JESPERSEN, Otto. **The philosophy of grammar**. New York: WW Norton & Company Inc, The Norton Library, 1965.
42. KOCH, Walter. As aplicações experimentais do questionário morfo-sintático (extrato). In: **II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico**. Florianópolis, Associação Brasileira de Lingüística, 2000.
43. LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
44. LIBERATO, Yara Goulart. **A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Tese de Doutorado.
45. LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira. **O artigo no processo de construção referencial: as operações de determinação e indeterminação**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 1997.
46. LÓPEZ GARCÍA, Ángel. **Gramática del español**. Madrid: Arco Libros, 1998. v. 3: las partes de la oración.
47. LOZANO RAMÍREZ, Mariano. **Contribución al estudio del apodo en el habla bogotano**. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.
48. LYONS, John. **Semântica**. vol.1. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1977.
49. LYONS, John. **Semantics**. vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
50. MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. 2.ed. São Paulo, Ática, 1991.
51. MARROQUIM, Mario. **A língua do Nordeste: Alagôas e Pernambuco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
52. MATEUS, Maria Helena M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
53. MEGALE, Heitor. **Filologia bandeirante: estudos**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2000. v.1.

54. MENDES, Soélis Teixeira do Prado. **A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?** Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
55. MOISÉS, Juliana de Assis. **O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
56. MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. (ed.) **La división dialectal del español de América.** Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 1993.
57. MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Dialectologia brasileira: o Atlas lingüístico no Brasil. **Revista ANPOLL**, n.8, p. 41-57, jan./jun. 2000.
58. MÜLLER, Ana Lúcia de Paula; NEGRÃO, Esmeralda V. O uso do artigo definido antes do nome próprio em português: uma análise semântica. In: **Estudos lingüísticos XVII – Anais de Seminários do GEL.** São Paulo: USP/GEL, p.530-540, 1989.
59. NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca.** 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.
60. NEGRI, Ligia. **A natureza dêitica do artigo definido.** Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.
61. NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português.** São Paulo: UNESP: 2000.
62. PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolingüística: contribuições do Peul. **DELTA - Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, vol.15, edição especial, São Paulo, 1999.
63. PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português.** São Paulo: Ática, 1996.
64. PIMENTEL, Helen Ulhôa. **História de Paracatu.** Disponível em: <<http://www.paracatu.org.br>> Acesso em: 27 dez. 2002.
65. PLATÃO. **Diálogos.** Universidade Federal do Pará, 1973. v. IX: Teeteto-Crátilo. Trad.: Carlos Alberto Nunes.

66. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
67. RADTKE, Edgard, THUN, Harald. Novos caminhos da geolingüística românica: um balanço. **Cadernos de Tradução**, n.5. Porto Alegre, p.31-51, jan. 1999.
68. RAMOS, Jânia. O uso das formas você, ocê e ce no dialeto mineiro. In: HORA, Demerval da (org.). **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p.43-60.
69. REZENDE, Maria Beatriz Pires de. **Cidade da Campanha**. Campanha: Prefeitura Municipal da Campanha – Serviço Municipal de Cultura, 2002. 6p. (Folheto)
70. RIBEIRO, José et al. **Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais**. Juiz de Fora: Fundação Casa Rui Barbosa/UFJF, 1977. vol.1.
71. ROBINSON, J.S.; LAWRENCE, H. R.; TAGLIAMONTE, S.A. **Goldvarb 2001: a multivariate analysis application for Windows**, 2001.
72. SILVA, Giselle Machline de O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de O.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p.119-145.
73. SILVA, Giselle Machline de O. O emprego do artigo diante de possessivos e de patronímicos: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de O.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b. p.265-281.
74. SOUZA, Paulo Chagas de. **Os artigos e definitude: um estudo comparativo das línguas romena, húngara, búlgara, albanesa e grega**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
75. TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.
76. TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
77. TAUCCE, Pedro Paulo. Minas Novas. **Libertas**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, n.4, p.3-4, set. 2002.

78. VALÉRIO, Yvanowik Dantas. **A passagem do nome próprio para comum em língua portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
79. WAGNER, Claudio. El atlas lingüístico y etnográfico de Chile por regiones (ALECH). **Estudios filológicos**, n.33, Valdivia, 1998.
80. ZÁGARI, Mário R. L. Os falares mineiros: esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de A. (org.) **A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: UEL, 1998. p.31-54.
81. ZAMORA MUNNÉ, Juan C.; GUITART, Jorge M. **Dialectología hispanoamericana: teoría, descripción, historia**. 2. ed. rev. Salamanca: Publicaciones del Colegio de España, 1988.